



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

**O MIGRANTE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO  
DISTRITO FEDERAL: o caso da Estrutural, o espaço  
construído no contexto do lixo**

**TEMÍZIA CRISTINA LOPES LESSA**

**Março, 2014**  
**Brasília – Distrito Federal**

**TEMÍZIA CRISTINA LOPES LESSA**

**O MIGRANTE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO DISTRITO FEDERAL: o caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPG-GEA da Universidade de Brasília/ UnB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial.

Orientador: Professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Março, 2014

Brasília – Distrito Federal

**TEMÍZIA CRISTINA LOPES LESSA**

**BANCA EXAMINADORA**

Professor Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho  
Universidade de Brasília – UnB

Professora Dra. Marília Luiza Peluso  
Universidade de Brasília – UnB

Professora Dra. Andrea Maria Narciso Rocha de Paula  
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Data: 27 de Março de 2014

Resultado: Aprovada.

Dedico este trabalho a Deus, aos meus filhos amados, João Pedro e Clarissa, e ao meu companheiro, Edmar, que divide comigo a mais preciosa missão: educá-los.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por esse momento tão especial em minha vida e pelas pessoas que Ele colocou em meu caminho.

Agradeço ao professor Fernando Sobrinho, meu querido orientador pelo apoio e disponibilidade aos sábados, domingo, feriados, a qualquer hora do dia, e principalmente, pela ternura em compreender a nossa história e pretensões com a pesquisa.

Agradeço às professoras Marli Sales, Marília Luiza Peluso e Andrea Maria Narciso Rocha de Paula pelas ricas contribuições nas bancas de qualificação e defesa, a quem declaro admiração e carinho.

Agradeço a Uilma Carlos, pela dedicação e cuidado com os meus filhos e minha casa para que eu pudesse trabalhar e estudar.

Agradeço à amiga Marinez Castro, com quem discuti, refleti, tive dúvidas e cresci nesse processo que muitos passam sozinhos.

Agradeço a Mocinha, que deixou seus afazeres na roça para me auxiliar no cuidado com os meus filhos. Agradeço, sobretudo, aos meus pais, Fausto Lessa e Rosária Lopes, que sempre nos incentivou a darmos sempre o melhor de nós hoje.

Agradeço aos meus irmãos Tarcísio, Taíse, Tatiany e Dito pelo apoio e torcida constante. Agradeço, principalmente, a Edmar, meu companheiro, pela parceria e dedicação a mim e aos nossos filhos, sempre inventando situações para que João Pedro e Clarissa não me sentissem ausente.

*Quando vim da minha terra, se é que vim da minha terra [...], a correnteza do rio me sussurrou vagamente que eu havia de quedar lá donde me despedia.*

*Os morros, empalidecidos no entrecerrar-se da tarde, pareciam me dizer que não se pode voltar, porque tudo é consequência de um certo nascer ali.*

*Quando vim, se é que vim [...], o mundo girava, alheio à minha baça pessoa, e no seu giro entrevi que não se vai nem se volta de sítio algum a nenhum.*

*Que carregamos as coisas, moldura da nossa vida, rígida cerca de arame, na mais anônima célula, e um chão, um riso, uma voz ressona incessantemente em nossas fundas paredes. Novas coisas, sucedendo-se, iludem a nossa fome de primitivo alimento.*

*As descobertas são máscaras do mais obscuro real, essa ferida alastrada na pele de nossas almas. Quando vim da minha terra, não vim, perdi-me no espaço, na ilusão de ter saído. Ai de mim, nunca saí. [..].*

(Carlos Drummond Andrade – *A ilusão do migrante*)

## RESUMO

O processo de regionalização, advindo do intenso processo de urbanização e de redistribuição espacial da população e das atividades econômicas, fez emergir novas modalidades de deslocamentos populacionais, particularmente entre cidades vizinhas, configurando os movimentos pendulares. A RA Cidade Estrutural, por sua vez, teve origem a partir de movimentos migratórios marcados pela condição de pobreza de moradores oriundos do Entorno do Distrito Federal e de Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto. Assim, o propósito desse trabalho é investigar e compreender o processo de territorialização da Região Administração XXV do Distrito Federal, a “Cidade Estrutural”, analisando os movimentos migratórios que orientaram e estruturaram seu espaço intraurbano, bem como as relações estabelecidas na dinâmica urbana do Distrito Federal. Para tanto correlacionamos o processo de formação do Distrito Federal e a formação da Estrutural como uma das diversas periferias, ressaltando o seu papel na formação territorial do Distrito Federal. Nesse contexto, identificamos os principais agentes e atores, conflitos e questões que permeiam a sua lógica socioespacial. Assim, esta pesquisa foi realizada através de um ensaio de abordagem fenomenológica, em que procuramos descrever e analisar o processo de territorialização da Estrutural a partir da perspectiva do migrante/morador, considerando, entre outras coisas, suas ações, relações, valores e percepções.

**PALAVRAS-CHAVES:** Espaço, migração, território, lugar, Estrutural e Distrito Federal.

## **ABSTRACT**

The process of regionalization, arising from intense urbanization process and spatial redistribution of population and economic activity, did emerge new forms of displacement, particularly between neighboring cities, setting commuting. The RA Structural City, in turn, originated from migratory movements marked by poverty condition of the residents originating surrounding the Federal District and administrative regions furthest from the Pilot Plan. Thus, the purpose of this work is to investigate and understand the process of territorialization of Directors Region XXV of the Federal District, the "structural City", analyzing the migratory movements that have guided and structured intraurban your space as well as the relationships established in the urban dynamic of District Federal. Correlated to both the process of formation of the Federal District and the formation of structural as one of several neighborhoods, highlighting its role in territorial formation of the Federal District. In this context, we identify the key actors and stakeholders, conflicts and issues that permeate its socio-spatial logic. Thus, this research was conducted through a test phenomenological approach, we seek to describe and analyze the process of structural territorialization from the perspective of the migrant / resident considering, among other things, their actions, relationships, values and perceptions.

**KEYWORDS:** Space, migration, territory, place, Structural and Federal District.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutural para o Plano Piloto.....	47
Figura 2: Estrutural para o mundo.....	48
Figura 3: Aterro sanitário da Estrutural visto da área destinada a resíduos de construção civil. Ao fundo, a Floresta Nacional de Brasília.....	74
Figura 4: Barracos de catadores do aterro da Estrutural .....	74
Figura 5: Ocupação da Estrutural (1) .....	75
Figura 6: Ocupação da Estrutural (2) .....	76
Figura 7: Acesso principal à Cidade Estrutural .....	77
Figura 8: Organização dos catadores em volta do caminhão “cuca” à espera do descarte dos resíduos sólidos .....	84
Figura 9: Realização da coleta pelos catadores após a saída do “cuca” .....	85
Figura 10: Área do SCIA dotada de infraestrutura, lotes pertencentes a grandes empresas.....	86
Figura 11: Águas Claras (acima) e casas populares (abaixo).....	98
Figura 12: Lixo espalhado pela rua alagada .....	100
Figura 13: Rua alagada, com muitos barracos de madeirite.....	100
Figura 14: Estrutural .....	100
Figura 15: Rua asfaltada .....	100
Figura 16: Barraca de produtos nordestinos .....	102
Figura 17: Barraca de bijuterias .....	102
Figura 18: Comercialização de galinha caipira viva .....	103
Figura 19: Banca de verdura, produzida nas chácaras da Estrutural .....	103
Figura 20: Barracos de madeirite construídos dentro do aterro, sobre o lixo.....	103
Figura 21: Interação entre catador e agente do SLU .....	103
Figura 22: Cozinha improvisada no lixão, utilizada por três famílias.....	104
Figura 23: A marcha da sobrevivência, a primeira coleta após o despejo .....	104

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: População imigrante segundo a naturalidade – Distrito Federal.....	61
Tabela 2: População segundo ano de chegada no DF – SCIA/Estrutural. ....	90
Tabela 3: População segundo a naturalidade – SCIA/Estrutural. ....	92
Tabela 4: População segundo o motivo da mudança para o Distrito Federal – SCIA/Estrutural.....	93
Tabela 5: Moradores segundo unidade da Federação/ RIDE– SCIA/Estrutural. ....	93
Tabela 6: População segundo a Região Administrativa de Procedência – SCIA/Estrutural.....	94

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APROVILES	Associação Pró-Criação da Vila Operária do Baixo Estrutural
BRB	Banco Regional de Brasília
CF	Constituição Federal
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DENIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DF	Distrito Federal
EPCT	Estrada Parque Ceilândia/ Estrutural
GDF	Governo do Distrito Federal
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PISEF	Pesquisa de Informações Socioeconômicas das Famílias
PM	Polícia Militar
RA	Região Administrativa
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SCIA	Setor Complementar de Indústria e abastecimento
SEDUMA	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE ESTRUTURAL NO DISTRITO FEDERAL ..	17
1.1 Espaço, território e lugar: categorias de análise para compreensão do processo de territorialização .....	21
1.2 A questão urbana e os processos espaciais .....	29
1.3 A abordagem fenomenológica como método de análise.....	33
CAPÍTULO 2 O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL NA DÉCADA DE 1960 .....	37
2.1 A história de um projeto de capital: uma breve revisão.....	42
2.2 Movimentos migratórios e dinâmica urbana a partir da construção de Brasília.....	47
2.3 Cenários de vidas e trabalho: a formação de periferias no Distrito Federal.....	56
CAPÍTULO 3 AS MIGRAÇÕES INTERNAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL.....	63
3.1 Reestruturação espacial do Distrito Federal.....	69
3.2 Crescimento urbano no Distrito Federal: deslocamentos e formas de sociabilidade .....	73
3.3 Estrutural: olhares e trajetórias .....	77
CAPÍTULO 4 BRASÍLIA E CIDADE ESTRUTURAL: PROXIMIDADE TERRITORIAL E DISTÂNCIA SOCIAL .....	81
4.1 A integração do migrante no Distrito Federal: características e transformações na Estrutural.....	97
4.2 Estrutural: velhos desafios, novas necessidades .....	110
4.3 Estrutural e as formas de sociabilidade: o lixo como pano de fundo.....	116
À GUIA DE CONCLUSÃO .....	126
REFERÊNCIAS .....	129
ANEXOS.....	141

## INTRODUÇÃO

***“Ninguém chega a parte alguma só, muito menos ao exílio. Nem mesmo os que chegam desacompanhados de sua família, de sua mulher, de seus filhos, de seus pais, de seus irmãos. Ninguém deixa seu mundo, adentrado por suas raízes, com o corpo vazio ou seco. Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós”. (FREIRE, 1992, p.16/17).***



## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização envolve um movimento induzido pela industrialização, que se torna num determinado momento da história indutora de uma nova realidade, em que o fenômeno ultrapassa a fábrica e o processo produtivo, para tomar a vida em suas múltiplas dimensões. Trata-se de um movimento que amplia e supera a produção como decorrência das necessidades do processo de valorização na fábrica para um momento em que a reprodução capitalista se realiza em outras esferas, como as do cotidiano, por exemplo, (CARLOS, 2004).

Como sugere Carlos (2004), o movimento atual da reprodução da sociedade capitalista modifica o ato de habitar, impõe novas relações entre os indivíduos e deteriora o sentido da cidadania, fazendo emergir novas lutas que emanam das mudanças nas formas do habitar, subvertendo as relações entre os cidadãos que moram nas cidades como decorrência do aprofundamento das desigualdades.

Apesar da história relativamente recente, Brasília tem um passado amalgamado pelos mitos que cercaram a construção da nova capital. Diante disso, são grandes os hiatos quanto à memória das lutas populares, o que gera a falsa sensação de inexistência de participação das classes trabalhadoras na história social e política do Distrito Federal. Ressalte-se ainda que Brasília não difere das demais metrópoles brasileiras, que têm os seus ambientes modificados pelos agentes da modelagem urbana.

Justamente, por isso, apresenta-se um estudo acerca da Estrutural, que, como sugere Santos (1977), reproduz a totalidade social, uma vez que se trata de uma realidade objetiva, um produto social em constante transformação. Mas a Estrutural impõe sua própria realidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que o espaço é apreendido como sugere Massey (2008, p.29), “como o produto de inter-relações, constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno”. Compreende-se o espaço ainda “como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem” (MASSEY, 2008, p.29). Em suma, o espaço é entendido como estando em construção constante, isto porque, o espaço

nesta linha de abstração, é um produto das relações entre, “relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas [...]. Jamais está acabado, nunca está fechado”. Assim, compreende-se o espaço como “uma simultaneidade de estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p.29).

Assim, pensar o fenômeno urbano em sua totalidade, e em movimento contraditório de reprodução em direção do possível é refletir numa outra perspectiva, em outra escala dessa reprodução, ou seja, a das relações sociais de produção no seio da reprodução da sociedade.

Diante dessa premissa, surgem os seguintes questionamentos: Como as contradições do mundo moderno vêm às claras como contradições do processo de produção do espaço de forma que pode ser percebido nos movimentos sociais? Quais os reflexos do processo de valorização do capital na realização da vida de homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, temores, e, claro, suas palavras, o que na maioria das vezes é oculto e invisível?

Nesse sentido, com este estudo pretende-se:

Investigar o processo de territorialização da Região Administrativa (RA) “Cidade Estrutural” – Distrito Federal, analisando os movimentos migratórios que orientaram e estruturaram seu espaço intraurbano, o perfil do seu morador e as relações na dinâmica urbana do Distrito Federal. Para tanto, elencamos como objetivos específicos:

– Correlacionar o processo de formação do Distrito Federal e a formação da Cidade Estrutural/Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) como uma das diversas periferias e o seu papel na formação territorial do Distrito Federal;

– Caracterizar o processo de formação territorial da Região Administrativa Cidade Estrutural/SCIA, identificando os principais agentes e atores, conflitos e questões que permeiam a sua lógica socioespacial;

– Identificar o perfil dos moradores da RA XXV e a sua inserção/ exclusão dentro das dinâmicas do Distrito Federal, analisando as diferentes trajetórias dos moradores da Cidade Estrutural.

Com o propósito de atingir os objetivos propostos, o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

O **Capítulo um** – Traz uma reflexão sobre “as categorias de análise geográfica e suas contribuições para compreensão do processo de territorialização da Cidade Estrutural”. Discute-se aqui espaço, território e lugar como categorias de análise para compreensão do processo de territorialização; a questão urbana, os processos espaciais e a adoção da fenomenologia como método de análise.

O **Capítulo dois**, por sua vez, aborda “O cenário político-econômico do Distrito Federal na década de 1960”, trazendo uma breve revisão acerca da história de um projeto da Capital Federal; os movimentos migratórios e a dinâmica urbana a partir da construção de Brasília. Resgata ainda a formação de periferias no Distrito Federal a partir de cenários de vidas e trabalho.

As migrações internas e o processo de urbanização no Distrito Federal são tratados no **Capítulo três**. Nesse contexto, discute-se a “reestruturação espacial do Distrito Federal”; o “crescimento urbano no Distrito Federal: deslocamentos e formas de sociabilidade” e “Estrutural: olhares e trajetórias”, onde o morador/migrante “ganha” voz.

O **Capítulo quatro**, por sua vez, com o título: “Brasília e Cidade Estrutural: proximidade territorial e distância social” destaca a distância social existente entre a Capital da República e a Estrutural, que embora localizadas tão próximas, apresentam realidades distintas e discrepantes; “A integração do migrante no Distrito Federal: características e transformações na Estrutural”; “Estrutural: velhos desafios, novas necessidades”; “Estrutural e as formas de sociabilidade: o lixo como pano de fundo”.

Nesse sentido, esta pesquisa foi realizada através de um ensaio de abordagem fenomenológica em que se procurou descrever e analisar o processo de territorialização da Estrutural a partir das perspectivas do migrante/morador, considerando suas ações, relações, valores e percepções.

Para tanto, utilizamos imagens/fotografias, uma vez que as apreendemos como estratégia metodológica que remete ao terreno da percepção e do

imaginário, e que por sua vez, tentam problematizar o amplo espectro de possibilidades que abre uma imagem fotográfica (TITTONI; MAURENTE, 2007).

Assim, pensamos o uso de imagens na produção científica como um importante elemento que se esquivava à generalização, que por sua vez, causa certa desordem, que é originada pelo fato de que a fotografia designa a realidade, uma vez que “repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 1984, p.13). Trata-se da representação única do instante presente que não se repetirá. Como sugere Bachelard:

A ideia que temos do presente é de uma plenitude e de uma evidência positiva singulares. Instalamo-nos nele com nossa personalidade completa. Somente ali, por ele e nele, é que temos a sensação de existência. E há uma identidade absoluta entre o sentimento do presente e o sentimento da vida (BACHELARD, 2010, p.22).

Nesse sentido, compreendemos esse recurso metodológico como a intuição ilustrada. Segundo Bachelard (2010, 26), “a intuição ilustrada é mais a imagem de uma alma que o retrato das coisas”.

## CAPÍTULO 1

***“Quando uma alma sensível e culta se lembra de seus esforços para desenhar, de acordo com seu próprio destino intelectual, as grandes linhas da razão, quando estuda, pela memória, a história de sua própria cultura, ela se dá conta de que, nas bases das certezas íntimas, fica sempre a lembrança de uma ignorância essencial. No reino do próprio conhecimento há, assim, um erro original: o de ter uma origem; o de faltar à glória de ser intemporal; o de não despertar a si mesmo para permanecer como si mesmo, mas esperar do mundo obscuro a lição de luz”. (BACHELARD, 2010, p.11)***



## **CAPÍTULO 1**

### **AS CATEGORIAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE ESTRUTURAL NO DISTRITO FEDERAL**

Considerando a análise espacial como instrumento imprescindível para compreensão da realidade social, foram elencados espaço, território e lugar como categorias decisivas para compreensão do processo de territorialização da Cidade Estrutural, no Distrito Federal.

Para Santos (1977, p. 81), quando se analisam questões acerca da sociedade, “nos deparamos com tipos históricos de sociedades”. É o mesmo que afirmar que não há uma sociedade em geral, mas que as sociedades existem sob o invólucro da história que a determina. Isto é, a sociedade é determinada historicamente.

Somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem, pois a história acontece no espaço, que é social. Assim, a reflexão acerca dos modos de produção envolve, além das relações sociais, as questões de caráter político-ideológico. Isso porque ambos têm influência determinante nas localizações e podem tornar tanto fator de produção como de força produtiva (SANTOS, 1977).

Ressalte-se ainda que, embora esta análise apresente uma abordagem particular, ela não pode ser apreendida senão ao nível da totalidade.

Segundo Santos (1977, 91), “o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas”. Nesse sentido, Santos (1985, p. 67) leciona: “O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade”. Por isso, a sociedade não pode operar fora dele. Assim, no estudo do espaço, é fundamental apreender sua relação com a sociedade, pois é através dessa relação que se poderão compreender os efeitos dos processos – tempo e mudança, além de especificar as

noções de forma, função, estrutura e processo elementos fundamentais para compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985).

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. [...] O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. (SANTOS, 1985, p. 36-37).

Dollfus (1972, p. 8), por sua vez, defende o conceito de espaço geográfico como “esteio de sistemas de relações”, que pode ser dividido em quantas forem as necessidades de reflexão, seja do ponto de vista físico, provenientes das sociedades humanas, em função da densidade demográfica, seja da organização social e econômica. Assim, ao analisar o espaço localizado e diferenciado se está analisando o espaço impregnado de história (DOLLFUS, 1972).

Segundo Tuan (1983, p. 6), “o lugar é a segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”.

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. Espaço é mais aberto do que lugar. O que começa como espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, a liberdade e da ameaça do espaço. [...], se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p.6).

Nesse sentido, o espaço é concebido pela mobilidade potencial, em que “os movimentos frequentemente são dirigidos para, ou repelidos por objetos e lugares” (TUAN, 1983, p.14).

É consensual entre os geógrafos que as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. Todavia, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. Nesse conjunto, os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial que é determinada historicamente e que as particularidades dos lugares são reforçadas (SANTOS, 1974, p. 8).

Tuan (1983, p.14), por sua vez sugere que o espaço pode ser experienciado de várias maneiras, seja como localização de objetos e lugares, seja como distância e extensão que separam ou ligam lugares, e de forma mais abstrata, como área definida por uma “rede de lugares”. Para tanto, é importante considerar que os espaços interpretados “dependem” do poder de reflexão capaz de apreender muito além dos dados percebidos. Esses espaços estão no extremo conceitual do *continuum* experiencial. Tuan (1983, p.19) sugere três tipos principais, com área ampla de superposição, “o mítico, o pragmático e o abstrato ou teórico”.

O espaço mítico é um esquema conceitual, mas também é espaço pragmático no sentido de que dentro do esquema é ordenado um grande número de atividades práticas, como o plantio e a colheita. Uma diferença entre o espaço mítico e pragmático é que este é definido por um conjunto mais limitado de atividades econômicas. O reconhecimento de um espaço pragmático, como cinturões de solo pobre e rico, é sem dúvida um feito intelectual. (TUAN, 1983, p.19)

O autor afirma que os seres humanos têm a capacidade de criar espaços abstratos na mente, bem como procuram materializar seus, anseios, imagens e pensamentos. “O resultado é o espaço arquitetural e, em grande escala, a cidade planejada”, como é o caso de Brasília, cidade projetada para ser a capital do Brasil, em que o progresso vai desde sentimentos simplistas pelo espaço e compreensão momentânea do ambiente até a sua concretização material e pública. Tuan (1983, p. 20) leciona ainda: “Lugares e objetos definem o espaço, dando-lhe uma personalidade geométrica”.

Segundo Kozel e Mendonça (2002), o espaço que os novos enfoques apreendem não é mais concebido como um mosaico de meios naturais ou humanizados; ele não aparece mais como o suporte folheado e organizado das atividades humanas. Constitui um teatro onde as pessoas se oferecem um espetáculo. Nesse sentido, afirmar que o espaço dos novos enfoques constitui um palco é dizer que “existe uma relação estreita entre a intriga apresentada e o cenário onde acontece” (KOZEL; MENDONÇA, 2002, p.33).

Os autores propõem ainda que o espaço transformado em território oferece aos grupos uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem isso. Faz nascer

um sentimento de segurança. Nesse sentido, o território constitui um dos componentes essenciais das identidades (KOZEL; MENDONÇA, 2002).

### **1.1 Espaço, território e lugar: categorias de análise para compreensão do processo de territorialização**

A segunda metade do século XX foi marcada pela modernização das técnicas de informação, que, por sua vez, viabilizaram uma diversidade de novas técnicas, e a comunicação entre todas elas. Essa noção de fluidez conforme Santos (2007, p.17), nos leva à “ilusão da velocidade como matriz de tudo, como necessidade indispensável” e, finalmente, cria-se uma fluidez efetiva a serviço de capitais globalizados. Nessa conjuntura, o capital se destaca como o elemento que “imprime velocidade aos outros elementos da história”. (SANTOS, 2007, p.17).

Trata-se de um período que tem como característica fundamental a mudança contínua, movimento permanente de rápidas substituições e interações entre o velho e o novo, da “imprevisibilidade das transformações” entre os anúncios das mudanças e os processos efetivamente vivenciados (HAESBAERT, 2002, p. 80).

Segundo Haesbaert (2002, p. 81), o espaço é testemunha de todas as mudanças, pois estão nele os signos da permanência e da mudança em sua diversidade de sentidos, e, em todos os lugares do planeta. Entretanto, Santos (1985 p. 12) afirma que a evolução técnica e a evolução do capital não se fazem paralelamente para todas as variáveis, nem se realizam uniformemente em todos os lugares, pois cada lugar representa uma totalidade, que, por sua vez, apresenta uma combinação de variáveis específicas.

Cada lugar é marcado por uma combinação técnica diferente e por uma combinação diferente dos componentes do capital, o que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria, específica, e uma estrutura de capital própria, específicas às quais corresponde uma estrutura própria, específica do trabalho (SANTOS, 1985, p.12).

O lugar pode ser apreendido como um fenômeno da experiência humana. Para Serpa (2011, p. 99), “os lugares clamam nossas afeições e obrigações, pois

conhecemos o mundo através daqueles nos quais vivemos”. Relph (1979), por sua vez, afiança que os lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade social.

É no lugar que as diversas experiências de espaços podem relacionar-se de modo particular. Uma fenomenologia do lugar representa uma possibilidade para a análise do espaço geográfico, mas não esgota em toda a sua potencialidade a operacionalização do conceito no âmbito da Geografia. Como fenômeno da experiência humana, o lugar também expressa e condiciona a rotina, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com seus ritmos e contradições (CARLOS, 2010; SERPA, 2011).

Para Tuan (1983), os lugares são reflexo e condição para reprodução das relações sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas escalas de análises. Nesse contexto, é possível dialetizar a relação espaço-sociedade-transformação. Segundo Castro (1995), a operacionalização do conceito de lugar é uma porta de entrada, mas também uma forma de aprofundamento das análises espaciais.

Todavia, é importante ressaltar que o termo *espaço* apresenta uma diversidade de conceitos. Nesse sentido, será utilizado o vocábulo *espaço* como fator da evolução social (SANTOS, 1985), pois as pessoas pensam o espaço tanto como instância social, quanto econômica ou cultural-ideológica. Conforme essa lógica, cada instância é, ao mesmo tempo, parte e todo em constante processo de interdependência.

Isso quer dizer que a essência do espaço é social. [...] o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. (SANTOS, 1985, p.12).

Nesse sentido, o espaço deve ser apreendido como uma totalidade, uma vez que constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso a sociedade não pode operar fora dele. Assim, para compreender o espaço, é importante apreender a sua relação com a sociedade, ou a totalidade social (SANTOS, 1985).

O território, por sua vez, deve ser compreendido como um componente indissociável de todos os processos sociais, pois ele é o palco em que desembocam todas as ações, todas as paixões, poderes, forças e fraquezas, no qual a história da humanidade é realizada a partir das manifestações de sua existência. Conforme enfatiza Koga (2011, p.16), “o território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, na medida em que expressa a distribuição de bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana”.

O território tem a sua origem na corrente Geografia Política, como “espaço concreto em si”, com seus predicados naturais ou resultado da construção em sociedade, como apropriação por determinado grupo social (SOUZA, 2008, p. 84).

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade, haja vista que um grupo não pode ser reconhecido sem o seu território, uma vez que a identidade sociocultural dos sujeitos está ligada aos atributos do espaço concreto, como – natureza, patrimônio arquitetônico e paisagem, por exemplo. (SOUZA, 2008).

Entende-se ainda o território como fundamento do trabalho, o lugar da residência, as trocas de toda espécie, do exercício da vida. O território é apreendido como território usado (SANTOS, 2007). Nesse sentido, a noção do território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam.

Essa relação mútua pode ser pensada como uma particularidade fecunda quando se observa a dinâmica da população no território. Por isso, Santos (2000, p. 121) leciona: “Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como categoria geográfica e territorial”.

Ressalte-se, aqui, a distinção feita por Guattari (1985, p.110): “Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva, e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie”.

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p. 22).

De acordo com Santos (2007), o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, mas deve ser entendido como território usado – o chão mais a identidade. “A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”, pois o trabalho, o lugar de moradia e o exercício da vida se realizam no território (SANTOS, 2007, p.14).

Souza (2008, p.78) caracteriza o território como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Segundo ele, a palavra território comumente remete a território nacional, voltada a sentimentos patrióticos, dominação. Mas também sugere outra forma de abordar essa temática – de maneira mais abrangente e crítica, pressupõe uma flexibilização da visão do que seja o território. Nesse caso, o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, “a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ – o grupo, os membros da coletividade ou comunidade ou *outsiders* – e os outros” (SOUZA, 2008, p. 86).

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (uma rua) à internacional (área formada pelo conjunto dos territórios [...]), territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica cíclica. (SOUZA, 2008, p. 80).

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: “um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território”, uma vez que “a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, paisagem)” (SOUZA, 2008, p. 85).

O pertencimento ao território (territorialidade) implica a representação da identidade cultural, e não mais a posição num determinado ponto. Nesse sentido, o território tem reforçado sua dimensão como valor simbólico (BONNEMAISON; CAMBÉZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 50). Bonnemaïson e Cambézy (1996, p. 14) têm o território como um “construtor de identidades, talvez o mais eficaz de todos”.

Isso se deve, principalmente, aos valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos investidos no espaço, e não somente aos valores materiais. É uma das maneiras de entender o território cultural como precedente ao político, que por sua vez é anterior ao econômico.

Nessa perspectiva, o território pode ser definido por um princípio cultural de identificação, de pertencimento, e não como um princípio material de apropriação. E o princípio do pertencimento explica a intensidade da relação ao território (BONNEMAISON; CAMBÉZY, 1996). Os autores afirmam ainda que o território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, uma vez que é uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço. Assim como Santos (1977), Haesbaert (2006) também considera imprescindível trabalhar o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais.

O território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas. Podemos dizer que essa é a noção mais ampla de território, passível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico. (HAESBAERT, 2007, p. 55).

Partindo desse pressuposto, “o território é relacional” não porque incorpora um conjunto de relações sociais complexas (processos imateriais/ espaços materiais), mas pela percepção de que o território não significa estabilidade, enraizamento, limite ou fronteira, que inclui o movimento, a fluidez, as conexões (HAESBAERT, 2012, p. 56). Há, entretanto, aqueles que afirmam que o território se restringe à base espaço – material sobre o qual se reproduz a sociedade.

Diante dessa premissa, o território pode ser considerado relacional tanto no sentido de incorporar um conjunto de relações sociais quanto no de envolver uma relação complexa entre os diversos processos sociais e o espaço material. Assim, o território como relação social tem a historicidade como uma das características que merecem destaque (HAESBAERT, 2007, p.58).

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2011, p.33).

Haesbaert (2007), por sua vez, destaca que o território é valorizado em sua dimensão cultural, identitária, vinculado à diferenciação e à diversidade cultural. Sob esta ótica, a identidade do grupo e os símbolos que a sustentam são construídos na própria luta pela terra como instrumento de trabalho; no caso da cidade, o solo urbano para construção de moradia.

O que se percebe na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, é que o processo de exclusão, ou precarização socioespacial promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pelos movimentos migratórios.

Para Santos (2012), a expulsão de um grande número de migrantes (desterritorialização) e a chegada em outras áreas (reterritorialização) como mão de obra se deve à expansão do chamado capital técnico-científico. Isso ocorre na medida em que as exigências da produção mudam. Há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho; em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico, direcionando os trabalhadores a migrarem para outras áreas.

Segundo Santos (2012, p.63), “essa migração se dá como consequência da incapacidade técnica de exercer as novas funções”, que surgem ao longo do processo produtivo.

Isso significa que há um duplo processo de alienação, talvez menos sensível para os que chegam, em virtude dos seus objetivos, ou pelo fato de que já estão habituados a um estilo de vida menos vinculado a um só lugar. Além do mais, os que estão chegando vêm, já, com um emprego ou com uma esperança de obtê-lo. Para os que saem a situação é mais dramática porque são deslocados de uma posição social, política ou empregatícia cuja estabilidade se criou através do tempo [...] e cuja existência tinha uma certa comunhão com as condições da área à qual estavam intimamente ligados e de onde se veem, de uma hora para outra, obrigados a

um êxodo que os põe diante de um novo espaço, uma nova economia, uma nova sociedade, onde vão ter grande dificuldade para empenhar um papel novo. (SANTOS, 2012, p.64).

Nessa perspectiva, Haesbaert (2001, p.1775) afirma que para os mais pobres, a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana.

Marandola Junior (2008) afirma que a hipermobilidade contemporânea é componente do próprio processo de globalização, estando associada diretamente às suas origens e às suas consequências. Segundo ele:

O problema maior dessa elevada mobilidade são os processos de territorialização, desterritorialização e de identidades territoriais, haja vista que a mobilidade, enquanto elemento estruturante do próprio ser e estar moderno, potencializa a incerteza e induz a desterritorialização. Esta é a expressão mais bem acabada da separação espaço-ser, que a metafísica moderna manteve cuidadosamente separados.

Diante disso, ressalte-se que a noção de território perpassa os limites do campo da Geografia, e tem despertado interesse de outras áreas de conhecimento. Mas foi na busca de uma conceituação que Milton Santos estabeleceu um importante parâmetro nesse processo, de que “a noção de território se constrói a partir da relação entre este e as pessoas que dele se utilizam” (KOGA, 2011, p. 35).

Para esta autora, é justamente nessa indivisibilidade que se pode observar e apreender a dinâmica das populações nos territórios. Nesse sentido, a relação apontada por Santos (2000) entre território e sujeitos, ou entre território e população, possibilita uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelos moradores de um determinado lugar.

O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolivelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como uma categoria geográfica e territorial. (SANTOS, 2000, p. 121).

Segundo Koga (2011, p.40) o território acolhe tanto as atuais quanto as novas dimensões temporais da divisão do trabalho, da mesma forma que acumula suas formas futuras. Para a autora, “É da interseção entre essas temporalidades que nascem as rugosidades do espaço”.

Nesse sentido, é na interação entre o território e os moradores da Cidade Estrutural que se tentará encher de sentido o conceito trazido até aqui. Uma vez que é na dinâmica construtiva que os aspectos materiais e imateriais se colocam de maneira indissociável no território vivido e sentido, que formam uma realidade complexa (KOGA, 2011). E assim, através do estudo das interações, apreender a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Bourdieu, (1996, p.18), por sua vez, compreende o espaço a partir de seu caráter social. Spósito, (2004, p.96) corrobora com Bourdieu, uma vez que apreende o espaço a partir da relação espaço-sociedade.

Analisa o espaço, adjetivando-o como social, através da relação entre as posições sociais (para ele o conceito relacional), as disposições (o que ele chama de *habitus*) e as tomadas e posição (definidas escolhas realizadas pelos diferentes atores sociais). Pela óptica das posições sociais, “o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que, em sociedades mais desenvolvidas [...] são sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural (BOURDIEU, 1996, p.18).

Segundo Bourdieu (1996, p.18), “o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomada de posições” e a cada classe de posições corresponde a uma classe de *habitus* princípio gerador de práticas distintas e distintivas, produzidas pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente.

O conceito de *habitus* é apreendido como um instrumento conceitual que auxilia a reflexão acerca da relação/mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos (SETTON, 2002). Segundo Bourdieu (1983. p. 65), trata-se de “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepção, de apreciações e de ações” – e torna possível a realização de

tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.

Tuan (1983, p.77), por sua vez, considera fundamental “os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou um povo sobre o espaço a partir da experiência”. Esse autor concebe uma diversidade de espaços – espaço pessoal (experiência individual), espaço grupal (onde é vivida a experiência do outro), espaço mítico-conceitual (ligado à experiência, extrapolando as experiências sensoriais com vistas a estruturas mais abstratas).

## **1.2 A questão urbana e os processos espaciais**

A problemática urbana tem sido construída atualmente a partir de novas questões e novas abordagens. Nesse contexto, é possível apreender as novas articulações que apresentam as determinações históricas do momento atual.

Segundo Carlos (2009, p. 293), “o urbano, revela a universalidade do fenômeno”, além de nortear o campo de análise, uma vez que a problemática urbana como conteúdo de realização da vida é o que permite a reflexão e o debate acerca dos conteúdos para a construção de um novo humanismo.

Carlos (2009) afirma ainda que as contradições do mundo moderno vêm às claras como contradições do movimento do processo de produção do espaço, o que pode ser percebido nas lutas e movimentos sociais que colocam em xeque o planejamento da cidade através do questionamento da orientação das políticas espaciais dirigidas pelo processo de valorização do capital em detrimento da realização da vida.

Muitas foram as transformações do capitalismo mundial que, atualmente, marcam a passagem da hegemonia do capital industrial para o capitalismo financeiro, o que trouxe sérias consequências no processo de produção desigual do espaço nas mais diversas escalas. A esse respeito, Harvey (2005, p. 41) afirma:

A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e

constantemente, reforma o mundo em que vivemos. [...] No capitalismo, o crescimento econômico é um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises.

Nesse sentido, o espaço urbano revela, sob a ótica de sua produção, dois momentos de acumulação que se interpenetram. O primeiro momento está assentado na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza, onde o espaço produzido é mercadoria. Desse modo, a cidade é vista como mercadoria que deve ser consumida, e suas frações são comercializadas no mercado imobiliário. Tem-se aqui a moradia como “mercadoria essencial à reprodução da vida”. O segundo momento, período atual, sob o movimento do capital financeiro, o espaço é redefinido e também assume a condição de produto imobiliário (CARLOS, 2009, p. 294).

Todavia, a crise estrutural do capitalismo, revelada no contexto histórico atual, manifesta-se também sob a forma de crise urbana, que direciona para a necessidade de reabilitar novas áreas e criar novas formas urbanas. Diante disso, a realidade urbana tem sido apreendida como a explosão da cidade, decorrente da extensão excessiva da periferia e da mudança de sentido do espaço na reprodução.

Assim, a periferia abrange, de forma contraditória, uma diversidade de renda, muitas formas de ocupação e a expulsão de áreas de pobreza com necessidade de valorização.

Segundo Haesbaert (1995), o que une periferia e pobreza é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denomina como “aglomerados humanos de exclusão”.

Carlos (2009) afirma ainda que esses novos espaços “surgem” como resultado do movimento de acumulação.

O momento da produção do espaço em que a cidade se produz como condição para a realização do ciclo do capital como possibilidade de realização dos momentos envolvidos e necessários da produção, circulação, distribuição e troca, o que exige a criação de lugares definidos com características próprias a esse movimento de acumulação (CARLOS, 2009, p. 294).

Ressalte-se ainda que a atenção dedicada ao fenômeno urbano da atualidade, no contexto da crise urbana, é resultado das inúmeras contradições vivenciadas pela sociedade contemporânea independentemente da área em que ela se localize.

Segundo Barbosa (2007), a visibilidade do colapso do planejamento urbano, que se mostra incapaz de evitar o crescimento desordenado das cidades, as mudanças nas funções<sup>1</sup> urbanas, as elevadas densidades demográficas e o aumento dos movimentos migratórios são exemplos recorrentes dos sintomas mais agudos do mal-estar da sociedade contemporânea.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a imagem da cidade desordenada tem ganhado lugar de destaque nas práticas sociais de intervenção e gestão das cidades, em que a requalificação do espaço urbano é o resultado mais evidente da produção de uma nova hegemonia social, como sugere Barbosa (2007, p.132):

Essa cartografia urbana é permanentemente alimentada por intermédio dos apelos à normatização da cidade diante da desordem e resulta na produção/organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho –, como também de estratégias de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos; constitui-se, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade.

Segundo Volochko (2004), muitas cidades brasileiras conheceram, no curso da urbanização, boa parte dos processos resultantes do seu próprio crescimento e desenvolvimento, como inferência da industrialização, entre eles – metropolização, suburbanização, periferização, expansão de loteamentos irregulares, autoconstrução de periferias, favelização e encortiçamento do centro.

É imprescindível ressaltar que a urbanização foi pensada durante muito tempo como o crescimento quantitativo do tecido urbano, o que direcionou a compreensão limitada acerca do fenômeno. Isso pode ser percebido em muitos trabalhos, que, na maioria das vezes, se dedicam construir uma abordagem

---

<sup>1</sup> O vocábulo **função** é utilizado aqui, conforme sugere Santos (2012, p.69), “é a atividade elementar de que a **forma** se reveste”, e a forma pode ser definida como “uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função”.

analítica superficial pautada apenas na descrição e no somatório daquilo que existe no interior da cidade, como sua função, setores e características (VOLOCHKO, 2004).

Diante disso, é fundamental que o processo de urbanização da sociedade conduza à reflexão fundamentada, principalmente na ideia de que a sua compreensão sugira o tratamento dos conflitos que escondem/revelam as contradições da produção do espaço. Entre as contradições desse processo, destaca-se o fato de que a cidade, produzida coletivamente – portanto socialmente – só é apropriada privadamente (CARLOS, 1991; VOLOCHKO, 2004). Contudo, é fundamental considerar nos estudos acerca da temática urbana os agentes de produção do espaço (SPÓSITO, 2004).

Souza (2012, p.148) afirma que muitos estudiosos têm negligenciado o estudo dos produtores do espaço, em seus aspectos mais importantes. Isso ocorre, segundo ele, “mesmo nos casos em que abraçam uma perspectiva de crítica social, anticapitalista e em oposição ao Estado capitalista”.

No que se refere à Geografia, nem mesmo a ‘virada crítica’ do início dos anos de 1970 (ou especificamente no caso brasileiro, de fins dos anos 1970), trouxe consigo, de imediato, uma superação da centralidade conferida à ‘visão de sobrevoo’. Ainda que ‘crítica’ [...], essa ‘Geografia nova’, predominantemente influenciada por um marxismo de tipo estruturalista, superenfatizava as estruturas em detrimento dos agentes, a economia e o trabalho em detrimento do imaginário [...]. Não é à toa, por conseguinte, que o capital e o Estado foram privilegiados, como objetos de estudo, em comparação com os movimentos sociais. (SOUZA, 2007, p.148).

Souza (2012) sugere ainda que trabalhar a questão urbana não é tratar da relação entre as coisas apenas, mas, sobretudo, das relações e práticas sociais. Fato que exige do estudioso levar em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, temores, e, claro, suas palavras, o que na maioria das vezes é oculto<sup>2</sup> e invisível.

---

<sup>2</sup> O termo sujeito oculto é utilizado conforme sugere Martins (2003, p.12-13). Embora esse autor o utilize em outro contexto, trata-se do mesmo sujeito, o *sujeito vivencial* – “aquele que se propõe como sujeito nas ocultações próprias do processo social, que se manifesta não no pretendido e no não esperado, o sujeito cuja visibilidade depende das revelações da análise sociológica”.

Segundo Martins (2003, p.12), “não é João, não é José, [...] não é sem fé”. É o sujeito que surpreende e contraria quando sua verdade social se manifesta em contradição com o desenho ideológico que lhe imputam os que dele esperam conduta diversa, é o sujeito vivencial.

### **1.3 A abordagem fenomenológica como método de análise**

A fenomenologia é o sistema de Edmund Husserl (1859-1938), “caracterizado principalmente pela abordagem dos problemas filosóficos segundo um método que busca a volta ‘às coisas mesmas’, numa tentativa de reencontrar a verdade nos dados originários da experiência, entendida esta como a intuição das essências” (FERREIRA, 1999, p. 893).

É compreendida como método da crítica do conhecimento universal das essências, “método que é a própria ciência da essência do conhecimento, ou doutrina universal das essências” (HUSSERL, 1990, p. 22). Elucidar o nexos “entre verdadeiro ser e conhecer e, deste modo, investigar em geral as correlações entre ato, significação e objeto é a tarefa da fenomenologia transcendental” (HUSSERL, 1990, p.13-14).

A fenomenologia, no intuito de propiciar algumas condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo, convida os indivíduos, a partir das suas próprias experiências, a buscar denominadores comuns na experiência dos outros. Essas condições unificadoras residem nas facetas rotineiras da vida cotidiana, no conceito fenomenológico e existencialista do mundo vivido (*lebenswelt*), definido como um “horizonte abrangente de nossas vidas individual e coletiva” (BUTTNER, 1982, p.172). Schutz (2012, p.17) corrobora esse pensamento ao afirmar que o fenomenólogo não deve apenas examinar “a própria experiência de si mesmo”, mas também a experiência derivativa de outros eus e da sociedade.

Temos a experiência de um mundo, não no sentido de um sistema de relações que determinam inteiramente cada acontecimento, mas no sentido de uma totalidade aberta cuja síntese não pode ser acabada. Temos a experiência de um Eu, não no sentido de uma subjetividade absoluta, mas indivisivelmente desfeito e refeito pelo curso do tempo. A unidade do sujeito ou do objeto não é uma

unidade real, mas uma unidade presuntiva no horizonte da experiência; é preciso reencontrar, para alguém da ideia do sujeito e da ideia do objeto, o fato de minha subjetividade e o objeto em estado nascente, a camada primordial em que nascem tanto as ideias como as coisas. (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 296).

Diante disso, busca-se desvelar e descrever as “verdades” gerais acerca do fenômeno estudado (o processo de territorialização da Cidade Estrutural) através da análise e interpretação fenomenológica. Para tanto, os passos para esse caminho será a descrição, a redução e a análise.

Apoiado no aporte cultural e fenomenológico e no balizamento oferecido pela Geografia e Sociologia, espera-se, no âmbito da ciência geográfica valorizar as dimensões socioespaciais sob a ótica do lugar, utilizando as categorias espaço e território a partir do estudo cognitivo e da abordagem perceptiva da Cidade Estrutural (PAULA, 2009, p.33).

A opção pela abordagem fenomenológica como método de análise se fundamenta na ideia de que a fenomenologia tem por vocação original a tarefa de suprir a ausência de considerações sobre a realidade concreta dos sujeitos.

A abordagem qualitativa nessa pesquisa tem como marca o saber do outro, significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os que são possuidores de histórias que podem ser desveladas, narradas, contadas como um saber, como uma história, um acontecimento, uma lenda, um mito, e que descrevem, entre o vivido e o pensado, os modos de vida e de trabalho das pessoas nos diversos espaços, tempos e lugares que são criados e recriados pelo exercício de uma cultura peculiar através dos seus atores humanos logo, sociais (PAULA, 2009, p.33).

Assim, a abordagem perceptiva em Geografia é uma forma de apreender a essência do espaço. Para tanto, consideram-se a linguagem<sup>3</sup> e a maneira pela qual as significações são direcionadas e cedidas ao mundo, aos outros e ao próprio ser humano como fundamentais nesse processo.

---

<sup>3</sup> Segundo Merleau-Ponty (1994, p. 249-267), “a fala é um verdadeiro gesto e contém seu sentido, assim como o gesto contém o seu [...] a fala é o excesso de nossa existência por sobre o ser natural. Mas o ato de expressão constitui um mundo linguístico e um mundo cultural”.

Por essa razão, o termo *representação* é utilizado, uma vez que esta é realizada por meio de um aparato linguístico específico, que dá a um determinado recorte espacial um substrato simbólico específico, historicamente estabelecido, socialmente imposto, politicamente consensual e culturalmente abstraído.

Relativamente a esse aspecto, Schutz (2012, p. 268-273) afirma:

As formas simbólicas sob as quais as forças do universo, da natureza e da sociedade são apresentadas [...] são tão variadas quanto os símbolos que as apresentam (expressivos, propositais ou gestos miméticos, apresentações linguísticas ou pictóricas, simpatias, encantamentos, ritos mágicos ou religiosos, cerimônias). [...] é o significado de nossas experiências, e não da estrutura ontológica dos objetos, o que constitui a realidade. Nesse sentido, a compreensão de um símbolo não consiste, portanto, na apreensão de seu significado de um modo racional, mas em experienciá-lo existencialmente em sua intenção simbólica como a referência única a algo transcendente que desaparece num ponto-limite.

A realidade do mundo exterior não é negada nem confirmada, ela é apenas “colocada entre parênteses”, em um ato de redução fenomenológica – *epoché*. Esta, por sua vez, revela o fenômeno da verdadeira experiência interna: a redução *eidética* revela as formas essenciais que constituem a experiência empírica. Sob este prisma, a abordagem perceptiva preocupa-se com aquela realidade cognitiva que está incorporada nos processos das experiências humanas subjetivas – consciência, experiência, significado, conduta, atenção à vida e ação no mundo exterior. Isto porque o mundo social ou mundo da vida constitui a esfera de todas as experiências, orientações e ações cotidianas, mediante as quais os indivíduos buscam realizar seus interesses e seus negócios a partir da manipulação de objetos da interação entre e com as pessoas e da elaboração e efetivação de planos (SCHUTZ, 2012).

Nesse sentido, apreendemos a experiência como fundamento da existência. Como propôs Marandola Júnior (2008b), partimos da necessidade de considerar as repercussões ontológicas e epistemológicas para a operacionalização de conceitos da pesquisa. Procuramos qualificar os fenômenos geográficos na experiência, buscando compreendê-los em seus atributos ontológicos. “Estes se dão em determinada intersubjetividade, que envolve os fenômenos coletivos que nos

conduzem aos significados cultural, social, geográfico e historicamente compartilhados”.

Para Santo Agostinho, a filosofia considera a essência subjetiva do tempo porque ele não teria existência fora do espírito nem teria nenhuma materialidade. O tempo real seria o da alma. Para que seja experimentado pela alma, é preciso que esta seja afetada pela existência de mudanças que não acontecem se não são efeito de mudanças que se produzem fora dela, no mundo.

Kant, por sua vez, concebe tempo e espaço como categorias filosóficas, fundamentais para compreensão da realidade, e afirma: “podemos abstrair, na experiência, todo o dado material sensível, mas nunca o espaço e o tempo” (SPÓSITO, 2004, p.96).

Diante dessa premissa, a comunidade, o bairro e a cidade, a família, o grupo demográfico, a religião e a origem cultural são eixos fundamentais dessa intersubjetividade. Em vista disso, na investigação das experiências, a história de vida é fundamental para balizar a compreensão da existência como um fenômeno abrangente e com capacidade de revelar-se em si mesmo (MARANDOLA JÚNIOR, 2008b).

Será que não estamos nos arriscando, se colocamos o indivíduo no centro da análise, e esquecer o jogo das forças sociais, econômicas ou políticas? Não, mesmo se não as apreendemos mais da mesma forma. Com efeito, é a um nível mais elementar que apreendemos a constituição social: este se implanta através do jogo das representações que as pessoas recebem do mundo que as cerca, e que constituem as grades através das quais percebem o real (BAILLY, 1995; DEBARDIEUX, 1998)

## CAPÍTULO 2

***“É necessária a memória de muitos instantes para fazer uma lembrança completa”. (BACHELARD, 2010, p.17)***



## CAPÍTULO 2

### O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL NA DÉCADA DE 1960

É comum que as cidades se formem de maneira voluntária, a partir de um somatório de decisões individuais, sem umnexo comum aparente, e acabem por adquirir uma coerência lógica, caracterizando o processo voluntário. As cidades novas, planejadas surgem de decisões políticas, a partir de um desenho do projeto que sustenta a justificativa da escolha (NUNES, 2003, p. 75). Porém, as cidades planejadas não são casos especiais no conjunto dos fenômenos que caracterizam o urbano. Conforme afirma Anjos (2005, p.199):

A maioria das cidades brasileiras exibe problemas parecidos e apresenta diferenças no grau e na intensidade dos processos espaciais. A expansão das periferias urbanas e o conseqüente “inchaço” das cidades são, sem dúvida, os processos mais evidentes na maioria das cidades de porte médio e grande porte tomando dimensões variadas a partir de mecanismos econômicos, políticos e sociais que operam no espaço urbano.

Brasília encaixa-se na lógica das cidades novas, mas a origem de seu projeto remonta ao século XIX, período em que o capitalismo se firmara como novo sistema produtivo. Este, por sua vez, transformou profundamente o espaço da cidade e do campo, onde as tecnologias e os sistemas agrícolas inovadores inviabilizaram a vida dos camponeses, que se viram obrigados a se dirigir às cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida (PELUSO, 2006).

Segundo Koga (2011, p. 89), as cidades no Brasil são, ainda hoje, a maior aproximação territorial enquanto referência para a configuração de prioridades para políticas públicas. Contudo, são consideradas apenas “nas suas generalidades, nas suas médias”. Nesse sentido, as medidas para análise da cidade partem das diferenças e desigualdades, a fim de compreender a totalidade. No caso de Brasília, a abordagem não é diferente, como lembra Holanda (2010, p.19), “as contradições são extremas em Brasília”.

Criada por decisão governamental, “Brasília nasceu predestinada a se tornar uma grande cidade ou mesmo uma metrópole” (FERREIRA, 2010, p. 61). Outro fator considerável está no fato de que sua implantação se deu a partir de um projeto, com especificações quanto ao uso do solo urbano.

A intencionalidade da formação de um aglomerado urbano foi explícita, pois teve o Estado como indutor da urbanização, bem como viabilizador da implantação de ligações de Brasília com outras áreas do País.

A articulação dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal deu nova configuração às relações inter-regionais do País, principalmente se se considerar (dependendo da região) que esses sistemas ora complementavam, ora eram complementados pela antiga malha ferroviária do País (em parte expandida e reaparelhada pelo Plano). Essas articulações repercutiram principalmente no interior do centro-sul do País, em particular nas regiões industriais, interligando de modo efetivo áreas produtoras de matérias-primas, centros industriais, pontos e mercados internos de consumo (COSTA, 2000, p. 52-53).

Foram aproximadamente 6 mil km de estradas federais, ligando Brasília a Belém, Acre, Fortaleza, Belo Horizonte e Goiânia. Por isso, Ferreira (2010, p. 62) afirma que “Brasília poderia mesmo ser considerada um marco no desencadeamento da urbanização brasileira”.

Nesse contexto, Brasília e seu significado passam a ser analisados como elemento geográfico na vasta extensão territorial do País. Para tanto, é importante atentar ao que os clássicos da geografia política já apontavam – “todo Estado almeja a ser central em relação ao seu território, mesmo que espacialmente ele não esteja centrado nesse território”. (COSTA, 2000, p. 53). Disto surge a importância da estrutura de circulação que o Estado brasileiro procurou assentar no espaço nacional.

Há indícios de que a localização estudada para construção da nova capital procurou ainda atingir alguns objetivos que transitavam no conjunto de estratégias voltadas para mudanças territoriais que tiveram início a partir da década de 1940. Isso não nega, em absoluto, o caráter explicitamente econômico do projeto, como lembra Costa (2000).

Diante do exposto, Brasília representou a implantação de um poderoso “posto de vanguarda” para regiões isoladas que o Estado tentava abarcar há décadas como verdadeiro polo de articulação inter-regional, atraindo com força a atenção governamental, segmentos privados da economia e também da opinião pública.

O projeto da nova capital, principalmente no que se refere à lógica social de ocupação do solo urbano, pode ser compreendido como resultado de um característico modelo de sociedade. Pois o período entre a decisão de construir e a construção, até os primeiros anos como cidade-capital, é caracterizado por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas na sociedade brasileira (NUNES, 2010, p. 76).

Nesse sentido, a capacidade de sedução do projeto de Brasília sobre os indivíduos que se encontravam em disponibilidade para migrar era um elemento favorável à representação simbólica, que significava participar da construção da capital do País.

Nunes (2010) postula ainda que, após o término da construção de Brasília, não houve a transferência maciça de trabalhadores migrantes para outros grandes projetos, como ocorre comumente nas construções de hidroelétricas e grandes obras de infraestrutura.

O que aconteceu foi justamente o contrário, a cidade se transformou rapidamente em polo nacional de atração de correntes migratórias, o que favoreceu a fixação da população desde o momento em que Brasília ainda era um canteiro de obras.

Os indivíduos que para cá se dirigiram vieram com uma especial intenção de se engajar num projeto nacional decantado pelos meios de comunicação da época. Mas, individualmente, vieram, sobretudo, à procura de melhores condições de vida, de emprego e renda, que lhes permitissem a inserção numa lógica mercantil que cada vez mais se mostrava inexorável. Na ótica individual do migrante, Brasília é um ‘ponto’ no território nacional onde se vislumbram possibilidades objetivas de ultrapassar o estágio socioeconômico em que está inserto. (NUNES, 2010, p. 76).

Trata-se de um período em que o Brasil passou por um intenso processo de industrialização. Deixou de ser uma sociedade predominantemente rural e passou a ser urbana. Trouxe nesse contexto a consolidação de duas classes sociais: o proletariado industrial e a classe média urbana (NUNES, 2010).

O urbanismo procurava adaptar as cidades geométricas à modernidade, numa época em que o mundo atentava para a era da tecnologia e da valorização da máquina no trabalho e na vida das pessoas. A pretensão da cidade ideal se justificava pela tentativa de tornar a sociedade mais justa e igualitária por meio das formas urbanas (PELUSO, 2006). Assim, a construção de uma nova capital, nos moldes arquitetônicos foi o símbolo de um país que se industrializava e se urbanizava rapidamente.

Passadas algumas décadas, a capital brasileira, com uma trajetória repleta de conflitos, tem seu foco voltado para os modos de produção do espaço, que se fazem hegemônicos, e isso afeta sobremaneira a vida de sua população (HOLANDA, 2010).

O fato de Brasília ter surgido a partir de um planejamento não a diferencia totalmente das demais cidades brasileiras, tampouco se vê nela a transposição dos ideais modernistas. Sua população quase quadruplicou em relação aos números inicialmente estimados, e a expansão territorial se deu de forma rápida e desordenada. Novos problemas surgiram, com proporções e rumos impensados, além de apresentar os mesmos problemas das demais cidades brasileiras, como degradação ambiental, segregação social, pobreza, déficit habitacional, falta de infraestrutura urbana e desemprego (PELUSO & OLIVEIRA, 2006).

Nesse sentido, Brasília pode ser pensada sob o signo da mobilidade urbana e das trajetórias sociais. Como lembra Grafmeyer (1994 apud TELLES, 2006, p. 62). “os fluxos migratórios, os deslocamentos habitacionais e os percursos ocupacionais traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas”.

## 2.1 A história de um projeto de capital: uma breve revisão

[...] Não, a futura capital do Brasil não vai ser como pensam muitos, uma clareira aberta na mata. Vai ser a continuação da obra de povoamento que começou com o fabuloso Anhanguera e jamais foi abandonada. Terá como vizinhas próximas as florescentes cidades de Santa Luzia, Planaltina e Formosa, sem falar na rica Anápolis, onde o progresso é uma febre, e na jovem crescente Goiânia. Não serão os índios seus povoadores; mas goianos tão quatrocentões quanto os paulistas, já que de bandeirantes paulistas foi que se gerou Goiás. (RACHEL DE QUEIROZ)<sup>4</sup>

O texto de Rachel de Queiroz é datado do período em que a autora defendia a mudança da capital e prestava apoio ao então presidente Juscelino Kubitschek. Segundo Chauvet (2009, p. 7), “Rachel olhava o Brasil de dentro para fora, do centro para o litoral, do sertão dos despossuídos para as cidades cosmopolitas”, e escrevera o referido texto quando Brasília era apenas “meia dúzia” de barracas do exército numa clareira no Cerrado.

Mourão (2010, p.39) enumera algumas vantagens da transferência da capital para a área central do País segundo Cruls<sup>5</sup> (1947):

Sem entrarmos aqui em considerações de ordem política e administrativa [...] muitas razões há que aconselham a mudança da Capital Federal para um ponto do interior do território. Entre elas salienta-se o incontestável benefício que daí resultará para toda essa imensa região central, à qual faltou até hoje a indispensável vitalidade para que se pudesse desenvolver e progredir convenientemente. Para ela convergiriam então as principais estradas de ferro, que seriam como as artérias ligando-as não só aos principais portos do litoral como também às capitais dos diversos Estados. [...] Quanto aos inconvenientes ou desvantagens que dessa medida podem provir, acreditamos que eles só existem na imaginação de um pequeno número de pessoas pouco propensas às ideias progressistas e que considerando insuperáveis as dificuldades que lhe são inerentes, acham preferível não sair dos trilhos da velha rotina, esquecendo-se que esta é incompatível com todo e qualquer progresso. (CRULS, 1947, p.58-59)

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que Rachel de Queiroz foi a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, atuou ainda como professora, jornalista, romancista, cronista e teatróloga. E, esse texto, foi publicado originalmente na revista O Cruzeiro e reproduzido no jornal O Planalto, de Formosa, no final dos anos 1990 (CHAUVET, 2009).

<sup>5</sup> Luiz Cruls foi o astrônomo que coordenou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, criada pelo governo republicano em 1891 para demarcar a área de 14.400 km<sup>2</sup> no Planalto Central, destinada ao futuro Distrito Federal (FERREIRA, 2010, p.30).

A transferência da capital federal para o interior do país foi repleta de argumentos e justificativas. A princípio, como uma tentativa de romper com os vestígios e simbologias da dominação portuguesa, o que estava presente na cidade do Rio de Janeiro; por razões de defesa nacional, pois a capital localizada na área central diminuiria a vulnerabilidade do País a ataques estrangeiros. E também uma tentativa de unificar o País, instituindo um padrão ideológico capaz de criar um espírito de identidade nacional, promover novos padrões de eficiência no serviço público. E, por último, promover o desenvolvimento regional do Centro-Oeste com introdução às inovações tecnológicas, econômicas e sociais (FARRET, 2010, p.25).

Segundo Farret (2010, p. 26), a construção de Brasília constitui-se num passo lógico dentro do processo de acumulação que impõe determinados padrões de divisão social e espacial do trabalho, e a intermediação do Estado nesse processo se dá por meio da política territorial.

Diante disso, a construção de Brasília sai da esfera de um psicologismo, identificando a ação de Juscelino Kubitschek, como indivíduo, para se inserir no contexto mais amplo da elaboração de uma política territorial, que como política pública específica, constitui-se num meio de harmonizar o complexo jogo de interação entre a economia e a política a de uma determinada formação social histórica (FARRET, 2010).

Nesse sentido, é importante destacar que a política territorial deve ser pensada como um conjunto complexo de programas e ações dirigidos para a eliminação de obstáculos à total socialização dos espaços nacional, regional, local pela reprodução expandida do capital.

Segundo Farret (2010, p. 26), embora a implantação de Brasília seja datada da década de 1950, a temática ocupou a agenda legislativa desde 1789, e, a partir de 1899, passou a fazer parte das diversas constituições republicanas. Assim, Brasília é resultado da ação deliberada do Estado sobre o território, com a intenção de eliminar obstáculos à plena socialização do espaço. Por essa razão, a construção de um “Centro Político Nacional” não é um fato isolado que ocorre em nível puramente ideológico. Tal efetivação só foi possível na década de 1950 em

virtude da conjugação de forças sociais que constituíram o efeito cumulativo de todo o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

No capitalismo, o crescimento econômico é um processo de contradições internas, que frequentemente se manifesta em forma de crises. Nesse sistema político-econômico, o crescimento harmonioso ou equilibrado é inteiramente acidental, devido à natureza espontânea e caótica da produção de mercadorias sob o capitalismo competitivo. A análise de Marx a respeito desse sistema de produção de mercadorias o levou à percepção de que há diversas possibilidades de ocorrência de crises, assim como à percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação (HARVEY, 2005, p.42).

Segundo Harvey (2005, p.42), essas tensões podem ser compreendidas mais facilmente na medida em que reconhecemos que o progresso da acumulação depende e pressupõe:

A existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, a geração de correntes migratórias, a atração de 'elementos latentes' – força de trabalho empregada em situações não capitalistas; mulheres, crianças [...] para o trabalho, ou a criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho. [...] A existência no mercado de quantidades necessárias [...] de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infraestrutura física [...]. A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas [...]. (HARVEY, 2005, p. 42-43).

No caso brasileiro, na década de 1950, o Estado assumiu importante papel de investidor nos setores de infraestrutura e bens intermediários, o que caracterizou um modelo visto como capaz de ampliar o controle da economia nacional. O quadro político, econômico e espacial foi abalado pelo Plano de Metas<sup>6</sup> 1956 – 1961. Segundo Melo (1982), o Plano previa privilégios cambiais e

---

<sup>6</sup> Segundo Farret (2010, p.34), o Plano de Metas foi um ambicioso programa setorial, suportado por investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura, indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, recursos humanos e, a mais controversa de todas as metas, a construção da nova capital, Brasília.

creditícios, incentivos fiscais, liberação na remessa de lucros, além de abrir setores inteiros da economia nacional para o capital estrangeiro.

O Plano de Metas causou muitos impactos socioeconômicos e espaciais sobre o território brasileiro. Segundo Fishlow (1973), o referido plano reforçou os desequilíbrios setoriais, pois evidenciava o setor manufatureiro; acentuou ainda os desequilíbrios sociais, resultado da concentração de renda resultante da compressão de salários dos trabalhadores, uma vez que as mudanças provocadas privilegiavam a parcela mais abastada da população. Agravou ainda o desequilíbrio espacial, como consequência de investimentos concentrados e direcionados às regiões Sudeste e Sul especificamente.

Nesse contexto, os problemas resultantes do processo de urbanização nascente, e as desigualdades regionais, principalmente no cenário das metrópoles nacionais e regionais, fizeram com que a questão territorial associada ao desenvolvimento nacional ganhasse importância considerável. Isso porque a questão territorial passa a ser objeto de política pública, em que a organização e desenvolvimento regional, prática de planejamento urbano e habitação popular passam a fazer parte da agenda do sistema político brasileiro (FARRET, 2005, p. 34).

Porém, algumas ações ganharam maior destaque, como foi o caso da criação da Sudene<sup>7</sup> e o programa rodoviário de integração nacional. Segundo Farret (2005, p. 35), “é neste quadro de referência que a implantação de Brasília deve ser situada”.

---

<sup>7</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene foi uma autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, criada pela Lei Complementar nº 125, de 03/01/2007, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A SUDENE foi criada em 15/12/1959 destacando a “incorporação” progressiva da Região Nordeste e, logo em seguida, da Amazônia, ao processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal, que até àquela data se concentrava nos estreitos limites das Regiões Sudeste e Sul. A mesma foi extinta em 2001. Com sua extinção criou-se a ADENE, mas esta sofreu severa rejeição da sociedade nordestina abrindo espaço para a discussão de propostas alternativas quanto à política de desenvolvimento regional. A Nova SUDENE surgiu por meio da Lei Complementar nº 125/2007, que veio em resposta aos anseios da população nordestina, manifestos no amplo processo de mobilização das forças sociais, políticas e econômicas da Região, ocorrido no período 2001/2003, onde se tornou evidente a inadequada configuração institucional da ADENE e a necessidade de implantação de uma nova instituição de desenvolvimento regional.

Brasília foi implantada com a premissa de que, justamente com investimentos em capital físico em rodovias e em outras áreas, iria contribuir para a concretização de um dos pré-requisitos básicos do Plano de Metas: O crescimento da demanda interna, com a incorporação de novos segmentos e áreas do país no processo econômico. (FARRET, 2005, p.36).

Entretanto, Farret (2005, p. 36) complementa: de todas as justificativas apresentadas para a construção da nova capital, a que continha maior peso foi aquela que ressaltou o processo de desenvolvimento brasileiro na década de 1950. A construção de Brasília, por si só, já atribuía papel relevante nesse processo por meio do desenvolvimento da indústria da construção civil, que é caracterizada no Brasil, entre outras coisas, pelo uso intensivo de mão de obra. Por outro lado, uma obra desta magnitude foi marcada pela presença do alto escalão da administração, e isso já foi suficiente para garantir a existência de um mercado consumidor considerável na região.

Neste sentido, Brasília tornou-se “necessária” por meio do processo de produção capitalista, a partir desse período, quando juntamente com o seu entorno regional constituíram um canal para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e ao Norte.

No caso de Brasília, a ação do Estado como indutor da urbanização do País se deu de forma evidente “não só pela da criação mesma da cidade e da destinação do uso de seu solo urbano, mas também pela implementação de ligações de Brasília com o interior do país” (FERREIRA, 2005, p. 61), e também de outras que estimularam e permitiram a urbanização pelo interior. Diante dessa premissa, Brasília pode ser considerada um marco no desencadeamento da urbanização brasileira.

A forma atual do aglomerado não seria pura e simplesmente, o resultado da implantação de seu plano urbanístico, mas sobretudo, a expressão espacial que assume o processo de urbanização, interagindo com o plano e a condição de cidade criada visando uma finalidade específica: ser a capital do país. (FERREIRA, 2005, p.62).

Assim, a Cidade de Brasília guarda em sua organização interna a particularização dos processos sociais que estão na base da própria urbanização do País.

## **2.2 Movimentos migratórios e dinâmica urbana a partir da construção de Brasília**

Nos discursos acerca do subdesenvolvimento, o fenômeno da migração tem sido considerado um elemento secundário de análise. A maior preocupação atinha-se ao crescimento vegetativo, natural. A partir da década de 1960, o crescimento natural aparece com importância secundária em relação à análise da migração (DAMIANI, 1997).

Segundo Damiani (1997), o estudo da migração desencadeou uma análise do processo de desenvolvimento, a partir da degradação das estruturas de pequenas propriedades e da consolidação dos grandes latifúndios. Nessa perspectiva, o enfoque populacional não aparecia como exterior a esse processo, porquanto a questão populacional passou a ser considerada parte integrante do processo de acumulação.

Essa importância crescente dos estudos e análises sobre movimentos populacionais deve-se, em parte e sob a ótica da produção demográfica, a uma tendência de convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade que, pouco a pouco, vai envolvendo maiores contingentes populacionais e ampliando-se para espaços diversos quanto a suas características gerais de condições econômico-sociais. (PATARRA et al., 1997, p. 25).

Para os autores, trata-se de uma tendência que reflete quedas acentuadas nas taxas de crescimento populacional. Nesse sentido, “tornam-se mais nítidas as disparidades da alocação da população no espaço” (PATARRA; PACHECO, 1997, p. 25), bem como as transformações decorrentes dos movimentos migratórios intensos, variados e em crescente diversidade, que transforma a dimensão da dinâmica demográfica, fundamental para a reflexão acerca das relações entre população, desenvolvimento econômico e social (PATARRA; PACHECO, 1997).

Contudo o fenômeno do povoamento não poderia ser compreendido sem o estudo dos movimentos migratórios. Por isso, os trabalhos geográficos acerca das migrações envolvem uma perspectiva histórica ampla desde a Antiguidade, inclusive, apresentando conteúdo bastante rico. Partindo dessa premissa, pode-se

afirmar que as cidades testemunham com força expressiva rara as etapas anteriores das civilizações humanas (PATARRA, 1997).

Segundo Patarra *et. al.* (1997, p.15), “os movimentos migratórios marcados pela condição de pobreza passaram a mesclar-se com fluxos migratórios de populações de renda média e alta”. Destacam ainda os deslocamentos de uma população envelhecida, que os autores afirmam ser fruto de alterações observadas no perfil demográfico da população brasileira.

Muitos dos padrões migratórios considerados emergentes constituem modalidades de deslocamentos populacionais já configurados em outro contexto histórico. Conforme Patarra e Pacheco (1997), as alterações nos fluxos migratórios, mudança dos fatores de atração e de expulsão, diferenças na seletividade dos migrantes e dos grupos sociais envolvidos, aumento das migrações de retorno, circularidade dos movimentos, manutenção de movimentos sazonais e temporários têm sempre como pano de fundo questões relativas ao excedente populacional.

Marandola Júnior 2010, por sua vez, propõe refletir o fenômeno da migração como este é vivido, experienciado:

[...] a preocupação em pensar o fenômeno migração na forma como este é vivido. Em termos fenomenológicos, a atenção recai sobre a forma como o fenômeno aparece na experiência. [...] expressa também uma preocupação ontológica original: o migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primeiro. E é neste deslocamento que procuramos o significado do que é esta condição. A tradição dos estudos migratórios consolidou uma série de questões fundamentais que giraram em torno das leis da migração e dos motivos e forças sociais que atraem ou expulsam as populações, enquanto reflexos da própria estruturação produtiva do capital e de suas necessidades (MARANDOLA JÚNIOR, 2010, p.3).

Antico (1997) afirma que a década de 1980 pode ser caracterizada por marcantes alterações no processo de redistribuição espacial da população brasileira, uma vez que trouxe a necessidade de repensar as interpretações e formas de abordagem aos movimentos migratórios.

A autora lembra ainda que estudos datados desse período perderam parte do potencial explicativo com as transformações do processo produtivo e da configuração dos espaços, bem como da dinâmica urbana em geral.

O atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais – envolvendo a movimentação entre núcleos urbanos, o crescimento da busca por cidades médias, movimentos migratórios de distintos grupos sociais e em diferentes etapas do ciclo vital, movimentos pendulares, de retorno [...] – já não possibilita mais análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração – expulsão. (ANTICO, 1997, p. 97).

Assim, as várias dimensões do processo migratório, incluindo a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas, adquirem papel relevante para o seu entendimento. Porque, para Antico (1997), as razões para migrar deixaram de ser relacionadas exclusivamente a emprego.

Este trabalho propõe-se a contribuir com os estudos geográficos acerca da temática da migração. No entanto, esta análise será conduzida a partir do ponto de vista do migrante – como este compreende o processo de territorialização da Região Administrativa (RA) em que reside; como se deu a escolha pelo local de moradia; quais os fatores que influenciaram essa escolha. Deste modo, será reforçada neste estudo a importância do contexto regional para a compreensão da dinâmica urbano-populacional.

Segundo Santos (2012, p. 63) “a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão de obra de outras áreas”. Independentemente do caso, há sempre um deslocamento: primeiro, do mercado de trabalho e, em seguida, o deslocamento geográfico, conduzindo os trabalhadores e/ou proprietários a migrarem para outras áreas.

Moreira (2007, p. 62), por sua vez, afirma que detrás de todo arranjo espacial estão as relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes<sup>8</sup>.

Nesse sentido, retomando o caso do Distrito Federal, o surgimento de Brasília como polo de desenvolvimento dá início a uma importante fase no processo de ocupação do território na Região Centro-Oeste, com a implantação da modernização conservadora com base na lavoura comercial para exportação, que tem a sua origem na década de 1960. Ressalte-se, que a urbanização ganha intensidade como o deslocamento em massa de população rural em direção ao tão falado “polo de desenvolvimento”. Nesse ínterim, o assalariamento e a migração campo–cidade vêm formar o mercado interno (FERREIRA, 2010, p. 47).

Entretanto, no caso de Brasília, as indústrias (detentoras de postos de trabalho) não migraram para as periferias como era comum nas metrópoles. Isso fez com que os trabalhadores, residentes de áreas distantes, tivessem de se deslocar por longos períodos a fim de exercerem a sua função ligada à reprodução da força de trabalho.

[...] a periferia próxima ao centro – Plano Piloto – foi satelitizada, vivendo em função do mesmo, suplementando-o naquelas atividades que a seletividade expulsou, inclusive no que se refere ao atendimento do contingente populacional local e da periferia próxima e mais distante [...] A periferia mais distante (dentro do DF e nos seus limites externos) concentra a população periferizada e as atividades ligadas a esse mercado de subsistência: subúrbios dormitórios. (FERREIRA, 2010, p. 50).

---

<sup>8</sup> A expressão **classes sociais** é utilizada, como sugere Ridenti (1959, p.13), como sentido específico-particular, como fenômeno específico “determinado pela produção capitalista moderna”. Em sentido mais amplo, identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir o próprio sustento, criando relações de dominação para se apropriarem além do mínimo necessário à sobrevivência. Assim, as classes estariam presentes tanto nas sociedades estruturadas em castas como nas chamadas sociedades modernas. Segundo Przeworski (1989), classe é o nome de uma relação, não uma coleção de indivíduos. Os indivíduos ocupam lugares no sistema de produção; os agentes coletivos aparecem em lutas em momentos concretos da história. Nenhum deles, ocupantes de lugares ou participantes de ações coletivas, são classes. A *classe* é a relação entre eles, e nesse sentido a luta de classes diz respeito à organização social de tais relações. Refletir nesta perspectiva é considerar que as condições políticas, econômicas e ideológicas estruturam conjuntamente a esfera das lutas que têm como resultado a organização, desorganização e reorganização das classes. Nesse sentido, as classes devem ser consideradas como efeitos de lutas estruturadas por condições objetivas que são simultaneamente de ordem econômica, política e ideológica. (RIDENTE, 2001, p.58-59).

Diante do exposto, é possível afirmar que a produção espacial de Brasília se dá por meio de duas forças concomitantes – uma que polariza e centraliza, e outra que exclui e periferiza as pessoas. Tem-se, então, de um lado, o centro com funções estabelecidas; de outro, a periferia desestruturada e fragmentada territorialmente<sup>9</sup>, que, por sua vez, abriga tanto a população quanto as atividades excluídas do centro (FERREIRA, 2010).

Ressalte-se também que tanto a preservação do plano urbanístico da cidade-patrimônio como a valorização da terra urbana fizeram com que os pobres, num processo de segregação socioespacial compulsório, fossem excluídos do perímetro valorizado e planejado. Como consequência disso, começaram a surgir as periferias, paralelamente à implantação da cidade-polo, que passou a ser segmentada em classes e fragmentada espacialmente.

Assim, o Distrito Federal desenvolveu uma estrutura social de dupla natureza que se consolidou numa rapidez inimaginada pelos idealizadores da nova capital. Segundo Nunes (1996, p.13), “Brasília reflete em seu espaço a sensação de uma ‘ilha da fantasia’, ao lado da face mais cruel da urbanização que segrega os menos influentes”.

Nesse contexto de segregação, surgem as chamadas cidades satélites ou Regiões Administrativas do Distrito Federal, compostas por uma grande massa de migrantes que se instalaram e ainda se instalam em condições precárias, na tentativa de se beneficiar da promessa de acesso à moradia e aos equipamentos de saúde e educação de qualidade. Assim também foi a gênese da Estrutural/SCIA, que, antes de se tornar a Região Administrativa XXV do Distrito Federal, foi “Invasão do Lixão do Jóquei” e “Vila Estrutural”.

Situada em área privilegiada, a 11,7 km do centro de Brasília, a Estrutural/SCIA, ou Região Administrativa XXV do Distrito Federal, é cenário de vidas e histórias, marcadas pela luta por habitar com dignidade e trabalho pesado.

A Cidade Estrutural é a Região Administrativa XXV do Distrito Federal, chamada erroneamente de “cidade satélite”. O local onde se encontra instalado o

---

<sup>9</sup> Embora a autora tenha se referido a Brasília em outro contexto, ainda assim, a leitura permanece atual. O que não quer dizer que não se reconheça a autonomia de algumas RAs (cidades) do Distrito Federal, como Taguatinga e Brazlândia, por exemplo, que têm “vidas” próprias.

Parcelamento Urbano “Vila Estrutural” está totalmente inserido na malha urbana da cidade do Guará – Região Administrativa X. Localizada ainda próximo ao lixão do Jóquei Clube, ao Poliduto da Petrobrás, em uma área de 154 hectares, tem a sua história marcada pela luta sangrenta e fortes questões socioeconômicas.

A Vila Estrutural não é a maior área de ocupação do Distrito Federal, porém foi considerada, em 2006, a ocupação em condições mais críticas. Segundo Peluso (2006), as invasões de baixa renda são aspectos consideráveis na organização territorial do Distrito Federal, uma vez que a maioria das ocupações ocorre em loteamentos clandestinos, geralmente em áreas públicas.

O mapa 1: “Estrutural para o Plano Piloto” e o mapa 2: “Estrutural para o mundo” permite melhor compreensão e localização da área em questão, conforme segue:

# Mapa 1: Estrutural para o Plano Piloto



1:100.000



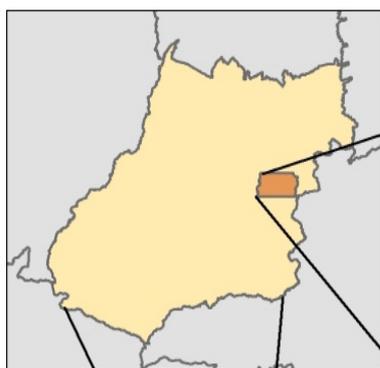
Fonte:  
SEDUMA  
DENIT  
Google Earth

## Legenda

 RA XXV - SCIA

Projeto: RESBIO  
Região da Biosfera  
LABOTER/IESA/UFG/GEA/UnB  
Organização: Caio Riebold

# Mapa 2: Estrutural para o mundo



Fonte:  
SEDUMA  
DENIT  
Google Earth

Projeto: RESBIO  
Região da Biosfera  
LABOTER/IESA/UFG/GEA/UnB  
Organização: Caio Riebold

Muitos loteamentos irregulares alcançaram grandes proporções. Com isso, tornou-se extremamente problemático desalojar seus moradores e encaminhá-los a áreas legais e urbanizadas. Diante dessa premissa, os governos locais têm regularizado essas áreas, dotando-as de serviços públicos básicos (PELUSO, 2006). Mas, na maioria das vezes, deixam muito a desejar. Este é o lado que reproduz “esquemas característicos” da chamada urbanização periférica, como má qualidade dos serviços coletivos na periferia, dificuldade de acesso às vantagens da urbanização, além de problemas sociopsicológicos decorrentes das dificuldades de adaptação dos migrantes a um novo espaço, diferente daquele de origem (NUNES, 1996, p.11).

Nesse contexto, a organização espacial do Distrito Federal sofreu intensas alterações, resultado da criação de novos núcleos urbanos, da proliferação de loteamentos irregulares, bem como da disseminação de ocupações. Assim, paulatinamente, a cidade polinucleada dá lugar à conurbação, que é reforçada pela ocupação horizontal do solo urbano, o que Peluso (2006) atribuiu ao intenso crescimento populacional, reflexo da imigração acentuada que o Distrito Federal vivenciou entre as décadas de 1960 e 1970.

A população do Distrito Federal cresceu intensamente nos primeiros anos da construção de Brasília e continua crescendo a taxas elevadas. Alguns fatores explicam este notável crescimento: o êxodo do campo provocado pela modernização e concentração da propriedade, uma característica marcante da estrutura fundiária brasileira. Os centros urbanos, ao oferecerem emprego e renda para a população rural em atividades que exigem pouca especialização, são o desaguadouro do processo de migração dos mais pobres. (PELUSO, 2006, p. 69).

A falta de programas habitacionais que contemplassem o crescimento vegetativo e migratório do Distrito Federal levou ao uso urbano das terras rurais, ao aumento das invasões de áreas públicas, de preservação e conservação ambientais e à comercialização cada vez mais rápida das terras em poder de particulares, pois apenas pouco mais da metade do Distrito Federal foi realmente desapropriada (PELUSO, 2006).

Assim, acreditando que a prosperidade urbana está diretamente articulada à importância da população, parte-se da seguinte hipótese ou pressuposto: O

processo de regionalização, advindo do intenso processo de urbanização e de redistribuição espacial da população e das atividades econômicas, fez emergir novas modalidades de deslocamentos populacionais, particularmente entre cidades vizinhas, configurando os movimentos pendulares.<sup>10</sup> A RA Cidade Estrutural/ SCIA, por sua vez, teve origem a partir de movimentos migratórios marcados pela condição de pobreza de moradores oriundos do Entorno do Distrito Federal e de Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto.

### **2.3 Cenários de vidas e trabalho: A formação de periferias no Distrito Federal**

A construção da nova capital foi norteadada pelo planejamento urbano casado ao mito da vida social igualitária e a realidade de uma parcela considerável da população que não tinha acesso à moradia. Nesse contexto, multiplicaram as ocupações de áreas públicas e, conseqüentemente, a formação de favelas, dentro de um processo de ocupação do espaço urbano marcado por lutas sociais (SOUSA et.al., 1996, p.57).

A construção injusta do espaço se deu pela lógica da periferização, que foi viabilizado pela elitização da parte central do projeto urbano, o que segundo, Sousa et al. (1996, p.61) pode ser compreendido com facilidade quando confirma a colocação de Lúcio Costa, reconhecendo que grande parte dos trabalhadores migrantes, responsáveis pela construção de Brasília, não voltaram aos seus locais de origem, mesmo após a construção da capital.

Contudo Serpa (2011) alerta quanto à utilização do par dialético centro-periferia. Segundo ele, o conceito de centro e periferia é ainda operacional e expressa contradições da reprodução do sistema capitalista. Centros são sempre relativos a periferias, “já que o espaço não é nunca homogêneo e não se pode negar a existência de uma hierarquia de lugares” (SERPA, 2011, p. 99).

---

<sup>10</sup> “A expressão ‘movimento pendular’ é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo”. (CINTRA et al., 2009, p. 3).

O cenário social em Brasília na década de 1950 foi marcado pela proliferação de favelas, que no contexto local foram denominadas “invasões” pelas autoridades governamentais e, conseqüentemente, internalizadas pela população. Essas ocupações eram habitadas pelos segmentos mais pobres da sociedade (SOUSA et.al., 1996, p.57).

Diante da nova realidade, a administração local, representada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) foi obrigada a encontrar soluções para os problemas que surgiram com a tão sonhada capital, em virtude disso, criando as cidades-satélites, sendo Taguatinga, a primeira.

A atração de migrantes se deu a partir do anúncio da construção de Brasília. Isso fez com que as correntes imigratórias fortes e contínuas extrapolaram as previsões dos planejadores. Como sugere Silva (1971) e Paviani (2010, p.87, o afluxo populacional foi de tal porte que, a partir dos trabalhadores pioneiros (cerca de 500, em fins de 1956), a população passou para 12.700 um ano depois, e para 127.000, quando da inauguração da cidade, em 1960.

É importante ressaltar que a origem dos movimentos migratórios esteve presa à decisão de transferir a Capital Federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, quando se desdobraram importantes iniciativas, como a criação da Novacap, antiga Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Nova Capital; abertura de concorrência internacional para elaboração de Planos Urbanísticos e; finalmente, a formação de canteiros de obras, em 1956 (PAVIANI, 2010, p.87a).

Brasília foi considerada “como uma das cidades-laboratórios do mundo no que se refere à experiência com o planejamento urbano” (NUNES, 1996, p.11). Todavia, reproduziu esquemas característicos da chamada urbanização periférica, como segregação espacial, má qualidade dos serviços coletivos destinados à periferia e, principalmente, problemas sociopsicológicos decorrentes da dificuldade de adaptação dos migrantes a um novo espaço, diferente do lugar de origem (NUNES, 1996).

A nova capital apresentava uma estrutura social de dupla natureza, consolidou-se paulatinamente e incorporou característica de um espaço totalitário. Segundo Nunes (1996, p.12), “a lei do valor impregna as relações mercantis nesse

espaço”. Vale lembrar que esse espaço urbano se consolidou durante o período militar, época em que a estrutura de poder se encarregava em reproduzir as relações entre Estado e sociedade.

Segundo Harvey (2005, p.88), é importante reconhecer que o Estado não é uma coisa, por isso, não existe. O que o Estado representa são diversas instituições específicas, que juntas constituem sua realidade e, por sua vez interagem como partes do que pode ser denominado sistema estatal. Segundo Roberts (1978), nem sempre é possível conciliar os interesses do Estado àquilo que a população tem como necessidade.

A intervenção do Estado é um dos maiores fatores na explicação das variações no relacionamento entre os setores de pequena e larga escala da economia urbana. Como o controle da economia fica cada vez mais centralizado e as cidades são planejadas para maximizar um uso econômico eficiente do espaço, muitas das ações do Estado podem conflitar com os interesses da maior parte da população urbana. (ROBERTS, 1978, p.154).

E foi através do Estado que se desenvolveu a chamada ideologia nacional – desenvolvimentista através da interiorização econômica do País, tendo como fio condutor a lógica da penetração do capitalismo, como afirma Rodrigues (1996, p.178):

Quase que abruptamente [...] ganhou a consciência da necessidade de industrializar-se a todo custo. [...] a industrialização passa a ser percebida não só como um processo econômico, mas como um modo de vida, como o caminho através do qual a nação atingiria sua independência econômica, marcaria sua soberania. O desenvolvimento se afirma como ideologia nacional.

O Estado foi um amplo divulgador das formulações ideológicas da nova capital como símbolo da nacionalidade brasileira e de progresso socioeconômico. O resultado disso se manifesta de forma concreta na organização do espaço do aglomerado urbano, e, assim, Brasília cresce como uma cidade de frente pioneira. Por sua especificidade de ter nascido para ser uma cidade grande, desde o início, um poder direcionado para além da atração de excedentes populacionais locais ou regionais, uma vez que atraía correntes migratórias das mais diversas partes do Brasil, todos, atraídos pela ideia de oportunidade (FERREIRA, 2010).

Ainda segundo Ferreira (2010) para o canteiro de obras afluíram massas migratórias de procedência rural que se proletarizaram na cidade em construção. O contingente migratório apresentava a característica de ser em grande massa, proveniente do Nordeste, tendo chegado desde o início da construção da cidade e sendo absorvido na construção civil.

A população foi composta por uma grande massa de migrantes que se instalaram na região em condições precárias, na esperança de se beneficiar da promessa de acesso à terra, aos equipamentos de saúde e educação. Destaque-se que tudo isso ocorria sem estrutura produtiva privada condizente com o ritmo de crescimento da população. Assim, com grande poder de atração das populações carentes, observou-se ainda a atração de indivíduos ligados ao terciário e ao quaternário (NUNES, 1996, p.14). Período em que os estudiosos desenvolveram discursos alarmistas permanentes acerca do crescimento populacional desenfreado, principalmente nas metrópoles. Em virtude disso, as políticas urbanas insistiam direta ou indiretamente na necessidade urgente de criar polos alternativos de atração de migrantes, como forma de mitigar a pressão sobre a oferta de serviços coletivos, em especial, os oferecidos pelo Estado.

O povoamento desordenado interferiu na espacialização do Distrito Federal (DF), quando se alterou a estrutura, forma e função por meio das pressões advindas da população. O que pode ser mais bem compreendido com a proposição de Santos (2012, p.67) de que “o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele”. Nesse sentido, é fundamental apreender a relação espaço-sociedade.

As noções de forma, função, estrutura e processo constituem elementos fundamentais para compreensão da produção espacial. Assim, para apreensão de como a população (grupos de trabalhadores) interferiram na espacialização do Distrito Federal. Santos (2010, p.67) sugere ainda:

Sempre que a sociedade (totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de

funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas.

As variações funcionais passam a depender unicamente de mudanças na localização espacial, seja qual for o ponto no tempo em que se fazem as observações, mas a forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere valor social (SANTOS, 2012, p.73).

Foi pelo quantitativo populacional que Brasília se distanciou do projeto original, especialmente, impulsionada pelo mercado imobiliário, “a cidade que deveria ser igualitária segregou os destituídos antes mesmo de inaugurada, nasceu unitária e fechada”, mas se abriu “criando” inúmeras cidades-satélites e núcleos dormitórios da periferia, que ultrapassou os limites do DF, chegando ao Estado de Goiás (PAVIANI, 2010, p. 99).

Assim, a pontualização de Brasília se deu por meio do discurso de preservação do Plano Piloto e do discurso ambientalista (já que o Lago Paranoá deveria ser preservado da poluição). Desse modo, a população se espalhou pelos arredores do DF, perifêrizados por mecanismos de uso da terra e “flexibilidade” do mercado imobiliário. Segundo Paviani (2010), só após a instalação da população, que ocorria sem qualquer infraestrutura, o Estado vai ao encontro das demandas do setor imobiliário privado, como forma de atender aos clamores dos moradores por serviços, principalmente, atinentes à infraestrutura. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Governo do Distrito Federal, além de ter a posse da terra urbana, também detém o poder de alocar terrenos para construção de conjuntos habitacionais. Trata-se de característica da urbanização local.

A intervenção do Estado era realizada por meio da Novacap, com o objetivo de evitar a consolidação das alternativas de moradia, como “ocupações e sublocações”, que foram adotadas pelos trabalhadores sem ou com menor qualificação. Segundo Campos (2010, p.113), isso “expressa a lógica do capitalismo monopolista na produção – reprodução do espaço, sob a égide do Estado. Em nome da ordem, respaldado por um plano urbanístico que entende a cidade como uma realidade funcional [...]”. Nesse contexto, lutou-se contra o espontaneísmo e a desordem simbolizada nos acampamentos e ocupações já existentes no canteiro de obras.

Segundo Sousa et al. (1996), grande parte dos acampamentos foram viabilizados pelas construtoras; outros, tiveram caráter espontâneo, como forma “improvisada” de fixação de migrantes. “Eram alternativas imediatas, sem qualquer planejamento por parte da Novacap, que marcaram desde o início a presença dos excluídos no projeto da nova capital país”. Os autores complementam:

A lógica da periferização, presente nas diversas remoções governamentais de favelas e acampamentos, atua também em sentido contrário, elitizando a parte central do projeto urbano [...], a urbanização do DF adquire um perfil socioespacial segmentado e segregado: de um lado, o chamado ‘espaço dado’, onde predomina o controle, o assistencialismo e o paternalismo, e de outro o ‘espaço conquistado’, fruto dos movimentos das classes populares por melhores condições de moradia, infraestrutura e transporte. [...], são a expressão mais evidente das carências básicas às quais ficaram submetidas dentro da lógica do planejamento *versus* periferização (SOUSA et al. 1996, p. 58-59).

Nesse contexto, a parcela mais empobrecida da sociedade procurou a periferia mais remota para a sobrevivência de suas famílias. Todavia, nessas periferias, os problemas são quase sempre relacionados a insuficiências diversas, seja de saúde pública, escolas, seja de falta de ofertas de empregos. Neste caso, essas localidades funcionam como dormitórios, onde a dependência em relação a Brasília é evidente. Paviani (2010, p.102) contribui com a discussão quando afirma:

Na medida em que a terra urbana é ocupada [...] vai ficando escasso e cara, expulsando para loteamentos periféricos, cada vez mais distantes, as populações incapazes de suportar aluguéis que se elevam a todo instante, ou o terreno, que, pelo seu preço, torna-se inacessível ao ocupante pobre. [...] é cada vez mais frequente o surgimento de favelas em diferentes pontos da cidade, com a segregação das populações pobres para os anéis mais externos ou para terrenos insalubres, com fortes declividades’.

É sabido que a segregação espacial e o inaccess social não são privilégios de Brasília, mas cabe ressaltar que esta cidade é um dos modelos de urbanização do Brasil, em que a população menos abastada é duplamente periferizada.<sup>11</sup> Em

---

<sup>11</sup> Periferia refere-se a um lugar afastado de algum ponto central, o que quer dizer, que pouco tem a ver com miséria, pobreza ou mazelas. Todavia, o termo ainda é muito utilizado para fazer alusão à pobreza. Segundo Moura e Ultramarini (1996), os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre o centro e a periferia, mas revelados, sobretudo, pelas

escala nacional, quando o modelo concentrador de renda é mantido por grandes períodos, faz com que a parcela de destituídos seja crescente. Em escala local, os órgãos do governo viabilizam a perpetuação da periferização. Isso pode ser comprovado quando se analisa que as demandas advindas da sociedade, quando são atendidas, ocorrem de forma paternalista.

Diante do exposto, pode-se afirmar que Brasília teve a sua organização espacial articulada pelo Estado, principalmente no que se refere à estruturação residencial, o que viabilizou mercados imobiliários paralelos, sendo um voltado à alta produção (áreas nobres, Plano Piloto) e outro, da grilagem e da “invasão”<sup>12</sup> (áreas mais distantes do centro). Nesse sentido, a segregação socioespacial nasceu e cresceu com a cidade, isso porque os estratos sociais ainda ocupam os espaços de acordo com sua condição de classe, isto é, pouco se alterou ao longo dos diversos períodos históricos (SOUSA, MACHADO e JACOUB, 1996, p.61).

---

condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre os moradores dessas regiões da cidade. De modo geral, a característica-padrão das periferias expressa uma baixa densidade de ocupação para as áreas novas e mais distantes. Socialmente, as periferias urbanas são áreas de concentração de moradias de populações de baixa renda, carentes dos serviços básicos essenciais e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer, o que reforça um ciclo de pobreza. As áreas periféricas implicam, também, a deterioração progressiva da cidade e da vida urbana como um todo.

<sup>12</sup> O termo “*Invasão*” é amplamente utilizado no Distrito Federal para designar que determinada área foi ocupada indevidamente. O termo foi popularizado pelas autoridades governamentais no final da década de 1950 quando referiam à proliferação de favelas (SOUSA, MACHADO e JACOUB, 1996, p.61). Era, inclusive, uma forma de negar o processo de favelização pelo qual passava o Distrito Federal na ocasião (grifo nosso).

## CAPÍTULO 3

***“Nós nascemos, por assim dizer, provisoriamente, em algum lugar; pouco a pouco é que compomos, em nós, o lugar de nossa origem, para lá nascer mais tarde e, a cada dia, mais definitivamente”.***  
**(RILKE, apud BARBIER, 2002, p.37)**



## CAPÍTULO 3

### AS MIGRAÇÕES INTERNAS E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Migrar é trocar de país, de estado, de região ou até de domicílio, um fenômeno tão antigo que se confunde com a própria história da humanidade, tal como propôs Sarmiento (1984, p. 24):

É possível constatar no Brasil diversos tipos de migrações, rural-rurais; rural-urbanas; urbano-rurais e urbano-urbanas. Podendo ser inter-regional e intrarregional [...] 30% dos brasileiros se encaixam em uma dessas categorias, o que significa morar em um lugar diferente de onde nasceram.

O direito de ir e vir estão previsto na Constituição Federal, e diante dele não há muito que se discutir: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988, art. 5.º, CF, XV).

Contudo, a polêmica que envolve a questão da migração se dá exatamente em torno das condições em que ela ocorre. Se de maneira livre – um direito de fato, ou de maneira compulsória, consequência de modelos e interesses políticos desumanos.

A história das migrações internas do Brasil pode ser utilizada como prelúdio para a compreensão do modo como se formou a atual sociedade brasileira.

Segundo Singer (1976, p. 217), “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”. Para Santos et al. (2010, p.12), “O processo de migração está diretamente associado com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente com o processo de industrialização provocado por este”. Tanto Singer (1976) como Santos (2010) consideram que o principal motor das migrações seriam as desigualdades regionais e que a industrialização levaria à concentração das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais que, por sua vez, motivariam as migrações.

Santos et. al. (2010) entende a migração como um processo de mobilização social. Nesse sentido, para que a migração ocorra é fundamental que se tenham informações sobre o local de destino. E, só, então, são criadas expectativas melhores que aquelas do lugar de origem. Assim, realizada a análise acerca das condições atuais, mais as perspectivas geradas a partir das informações é que o indivíduo tem motivação para migrar. Nessa perspectiva, “não é possível que haja migração se houver isolamento social”. (SANTOS, 2010, p.12).

O autor sugere ainda que a análise acerca da migração deve se dar em três níveis:

O primeiro nível seria o ambiental, composto pelos fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino. O segundo nível, o normativo, seria composto pelos papéis, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados, que forneceriam o referencial dentro do qual os indivíduos conseguiriam perceber e avaliar as suas condições objetivas de existência. O último nível de análise seria o psicossocial, ou seja, devem ser consideradas as atitudes e expectativas dos indivíduos concretos (SANTOS, 2010, p.11).

Para Santos (2010), o processo de industrialização leva à concentração das atividades econômicas, gerando desequilíbrios regionais, que por sua vez, impulsionam as migrações. Em suma, as desigualdades regionais são o que motivam os movimentos migratórios.

Singer (1976), afirma que existem fatores que atuam na expulsão do indivíduo de determinado local. Segundo ele, podem ser dois tipos, fatores de mudança ou de estagnação.

Os fatores de mudança seriam resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, o que levaria a um desemprego estrutural. Já os fatores de estagnação seriam resultantes da incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos. O principal fator de atração dos migrantes seria a demanda por força de trabalho nas cidades, sendo que a principal motivação para migrar seriam as oportunidades econômicas, principalmente a possibilidade de uma melhor remuneração. (SANTOS, 2010, p.12).

Nesse contexto, Santos (2010, p.12) considera como principais óbices à migração:

A baixa qualificação dos migrantes e sua insuficiência de recursos; A oferta de trabalho nas cidades que, devido à migração, seria menor que a demanda; O fato da demanda por mão de obra crescer menos que o produto e a marginalização do migrante, que resultaria na formação de um exército industrial de reserva, que pressionaria os salários dos trabalhadores urbanos.

Germani (1974) postula que, em uma sociedade totalmente integrada, as atitudes e expectativas tendem a refletir o padrão normativo vigente no grupo social, uma vez que esse padrão é internalizado pelos indivíduos, formando uma espécie de imaginário coletivo.

No caso de Brasília, em estudo acerca da história da construção da capital, Ribeiro (2008, p. 24) afirma que ocorreu manipulação ideológica em torno da construção da cidade e daqueles que formaram o maior contingente populacional envolvido nesse processo, os operários. A história de um operariado embalado pelos sonhos e ideais nacionalistas recobriam toda a motivação ideológica da construção da nova capital.

Na reflexão sobre a história dessa grande obra observou-se um conjunto de especificidades que se articulou e apontou para a existência de uma forma de produção que pode ser verificada em momentos distintos da história<sup>13</sup>. Com a intenção de produzir reflexos ideológicos, principalmente porque anunciava o grande projeto com vistas ao tão sonhado progresso que iria redimir toda região. “Ao mesmo tempo, o relativo isolamento do território da construção constitui-se em uma marca fundamental que determina várias outras” (RIBEIRO, 2008, p.21).

Nesse sentido, Farret (2010), corrobora com as afirmações de Ribeiro quando afirma:

---

<sup>13</sup> A urbanização na América Latina permite uma visão mais ampla acerca dos processos socioespaciais, em fins da década de 1970 – 1980. Segundo Paviani (2010, p.14), o crescimento de algumas metrópoles, como Lima, Cidade do México, Bogotá, Santiago e Caracas é referido, inicialmente, como sendo acréscimo populacional, por migração e por incremento vegetativo. [...] Posteriormente, alguns autores ampliam a abordagem, introduzindo variáveis históricas e socioeconômicas. [...] e, mais recentemente, a atuação de agentes no processo de urbanização, principalmente a ação do Estado, é analisada criticamente.

Das justificativas apresentadas para Brasília, aquela que a situava como chave para o desenvolvimento regional continha maior peso no processo de desenvolvimento brasileiro, na década de 1950. Mesmo assim, e por não admitirmos a possibilidade de desenvolvimento autônomo, acreditamos que, dado o estágio de inserção da periferia na qual Brasília deveria localizar-se no espaço econômico nacional, a Região Centro-Oeste, de fato, constituiu-se num instrumento para o desenvolvimento nacional, isto é, o desenvolvimento do centro. E Brasília tornou-se viável [...]. (FARRET, 2010, p.36)

Segundo Harvey (2005, p. 85), “a ideologia proporciona um canal importante, e o poder estatal é, conseqüentemente, utilizado para influenciar a educação e para controlar, direta ou indiretamente, o fluxo de ideias e informações”. O autor complementa:

O relacionamento entre a ideologia da classe capitalista e aquela dos administradores e burocratas também adquire grande importância [...] Essencialmente, o Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. Além disso, talvez se verifique, secundariamente, o uso do poder estatal para o controle da organização do consumo, o que pode ser vantajoso para a classe capitalista a longo prazo, pois estabiliza o mercado e a acumulação. (HARVEY, 2005, p.85-86).

Diante da nova realidade, tornou-se indispensável interiorizar uma considerável parcela da população brasileira mediante seu deslocamento para uma área específica do território nacional que deveria integrar-se ao resto do País, o que foi fundamental para a reestruturação espacial do Distrito Federal. Todavia, é reconhecida aqui, a importância da motivação ideológica na difusão e implementação da antiga ideia da “nova capital”, bem como as condições do processo de produção capitalista que não só a tornou viável, como necessária no contexto político-econômico da década de 1950.

Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan/ Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) (2011), o Distrito Federal continua atrativo aos imigrantes. Ressalte-se, ademais, que 46,43% do seu contingente populacional reside no Distrito Federal há mais de 15 anos, e 23,33% a

menos de seis anos. Destaque-se ainda que 48,11% dos residentes são naturais do Distrito Federal. Em relação ao total de imigrantes 51,05% são da Região Nordeste, seguidos pelos oriundos da Região Sudeste: com 27,65%. Do Centro-Oeste vieram cerca de 13,88%; as Regiões Norte e Sul do país juntas representam 6,84%; e 0,52% são estrangeiros. Em relação aos Estados, 17,56% dos imigrantes são de Minas Gerais; 13,43% de Goiás, Bahia e Piauí (relativamente a mesma participação, em torno de 10%), e Maranhão 9,04%. Quando desagregada a naturalidade por RAs, observa-se que nas regiões de maior renda, prevaleceu a população oriunda da região Sudeste, no Lago Sul com (49,6%), Lago Norte (49,58%) e Brasília (44,06%), enquanto nas regiões de menor poder aquisitivo, o Nordeste foi mais representativo, no Estrutural/ SCIA com 69,38% e Itapoã com 67,79%.

Nesse sentido, a tabela que segue demonstra os dados atinentes à naturalidade dos moradores do Distrito Federal:

**Tabela 1:** População imigrante segundo a naturalidade – Distrito Federal

<b>População imigrante segundo a naturalidade – Distrito Federal</b>		
<b>Região</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Norte	49.965	3,77
Nordeste	677.110	51,05
Sudeste	366,771	27,65
Sul	40.656	3,07
Centro-Oeste	184.085	13,88
Exterior	6.833	0,52
Não sabe	904	0,07

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD Distrito Federal – DF, 2011 (com adaptação).

É nesse movimento que se coloca a reflexão, uma vez que o capitalismo contemporâneo foi um dos principais responsáveis pela recomposição urbana, (re)produzindo e (re)articulando os territórios do Distrito Federal, onde circulam

capitais, bens, mercadorias, serviços e, principalmente, populações que vivenciam diversas realidades. Assim, a (re)distribuição demográfica e os deslocamentos populacionais também (re)definem as dinâmicas locais.

### **3.1 Reestruturação espacial do Distrito Federal**

É importante diferenciar a construção de Brasília de outras grandes obras realizadas em áreas urbanas, como metrô e rodovias, uma vez que os trabalhos relacionados às obras de construção da nova capital foram realizados em área relativamente isolada, direcionados e executados mais por decisões políticas que econômica (RIBEIRO, 2008, p. 21).

Nesse caso específico, a industrialização não foi a propulsora da urbanização de Brasília, “mas sim sua posição de interconexão” e, sobretudo, a sua função de capital, o que lhe garantia ser um mercado urbano em potencial, devido ao seu porte e ao poder aquisitivo bastante elevado da população composta por funcionários e trabalhadores (FERREIRA, 2010).

Na década de 1980, Ferreira (1985, p.56) já considerava Brasília como uma metrópole que envolvia os núcleos periféricos que na década de 1960 ainda se encontravam dispersos.

Brasília hoje não pode ser considerada apenas como o Plano Piloto de Lúcio Costa, como era nos anos cinquenta. Tampouco pode ser apenas a cidade com seus núcleos periféricos dispersos, dos anos sessenta. Ela é agora a metrópole que envolve além desses espaços os municípios vizinhos do Entorno do DF. O espaço metropolitano criado (ou destinado) vai interagir com as novas fases do processo de urbanização brasileiro e não pode ser ignorado nas políticas urbanas, seja ao nível local, regional ou nacional. (FERREIRA, 2010, p. 56).

Segundo Ferreira (2010), a cidade se estruturou e se desenvolveu passando por diferentes momentos no processo de formação do aglomerado urbano. Ressalte-se que da concepção urbanística à modelagem atual do então aglomerado urbano, Brasília “desenvolveu-se um processo de produção do espaço da cidade” (FERREIRA, 2010, p.71).

A urbanização em áreas metropolitanas impõe grandes desafios às instituições públicas, ao setor privado da economia, à população e aos estudiosos do tema. Isso porque os desafios são equivalentes às necessidades de estruturas urbanas nas metrópoles, uma vez que as tomadas de decisões envolvem questões conjunturais no que se refere às relações espaciais, sociais e econômicas.

A metrópole seria uma forma de organização espacial marcada pela fragmentação, ou seja, pela convivência de códigos múltiplos e contraditórios, tornando, assim, difícil, senão impossível, a plena adesão de qualquer um deles, emergindo, daí, no sujeito metropolitano, uma percepção muito acentuada da própria singularidade. Isso faz da metrópole “uma arena de convivência entre dois tipos de individualismo: o quantitativo (que teria como princípios básicos a liberdade e a igualdade no mundo público) e o qualitativo (cuja ênfase residiria na desigualdade subjetiva)” (COELHO, 2009, p. 295).

Paviani (2010, p.19), por sua vez, afirma que essas relações estabelecem desafios “não apenas como fruto da complexidade e especialização das funções urbanas, mas também como resposta às contradições e ao caráter heterogêneo e concentrador”, o que pode ser comprovado com a desigualdade na distribuição de bens e renda para populações.

Assim, cada momento do processo de produção do espaço urbano se manifesta de forma concreta na organização do espaço urbano (FERREIRA, 2010, p.17). Nesse sentido, o rápido crescimento urbano vem acompanhado da desorganização espacial, chegando ao mesmo crescimento caótico das demais cidades brasileiras e latino-americanas.

No Distrito Federal, ocorreram dois aspectos peculiares. Primeiro, porque o processo de crescimento urbano foi deflagrado por meio de ações do Governo Federal, que se deu com a viabilização da construção de Brasília, que, por sua vez, teve seu crescimento como consequência da implantação do projeto de ordenamento espacial da cidade. Contudo, o crescimento não foi comportado nos limites do Plano Piloto. Depois, porque a cidade, à época em construção, tinha o seu centro destinado à função de capital federal, bem como local de moradia à população ligada diretamente a ela.

Segundo Holanda (2010, p. 48) “Brasília tem, por excelência, um dos traços morfológicos mais marcantes das cidades brasileiras – a fragmentação – quando comparada a cidades em outras partes do mundo”. A cidade ainda em construção já era estratificada, como sugere Ferreira (2010, p.72):

A população migrante formava favelas e acampamentos no espaço em construção. Para abrigar essa população foram criados os núcleos periféricos<sup>14</sup> ao Plano Piloto, como forma para impedir o crescimento desordenado no centro. Esses núcleos foram criados quase que simultaneamente à cidade.

Assim, os núcleos dormitórios periféricos surgiram paralelamente à construção de Brasília, que deu origem também a um processo de seletividade espacial e segregação. Nesse contexto, antes mesmo de concluir as obras da cidade planejada, criou-se o espaço da reprodução da força de trabalho necessária à construção da cidade e sua implantação. A população, quando não absorvida nas atividades atinentes à construção passava a constituir reserva de mão de obra (PAVIANI, 2010, p.73).

Ressalte-se que o plano urbanístico previa a formação de periferias, porém, numa etapa posterior à inauguração da nova capital, como consequência da expansão do centro. Mas a periferia surge dentro do ordenamento do espaço que se produziu diferenciadamente para abrigar a diversidade de classes sociais e viabilizou a reprodução das relações sociais, que estão na base do próprio processo de urbanização.

Segundo Oliveira (1983), a periferia inicial, espaço “destinado” às camadas segregadas da população, passou a se reproduzir fora dos limites do Distrito Federal, uma vez que a população de baixa renda e as atividades ligadas a sua reprodução começaram a povoar os municípios goianos vizinhos, no Entorno de Brasília. Muitos loteamentos tiveram início a partir da comercialização de áreas rurais, em que as fazendas e as demais áreas rurais foram vendidas às

---

<sup>14</sup> Os núcleos criados tiveram início com o Núcleo Bandeirante, na época, chamado de “Cidade Livre”. Em seguida, o aglomerado foi expandido com a criação de Taguatinga, em 1958. Em 1960 já existia Sobradinho e o Gama estava no início (PAVIANI; FERREIRA, 1997, p.57). É importante destacar que estas áreas originavam pela transferência das favelas localizadas dentro dos limites do Plano Piloto. Segundo Holanda (2010, p.19), dois pequenos núcleos urbanos preexistiam à capital, cuja configuração remete às cidades vernaculares brasileiras: Planaltina (1810) e Brazlândia (1930).

companhias imobiliárias, as quais passaram a ser urbanas nos demais municípios limítrofes. Diante disso, os loteamentos urbanos que proliferaram foram destinados a usuários de baixa renda.

Entendendo historicamente e avaliando a constituição de Brasília dentro do sentido dado à preservação daquilo que foi planejado, a consequência imediata foi, e continua sendo até hoje, a de afastar e controlar o fator de aglomeração que se formaria inevitavelmente em torno do Plano Piloto (QUINTO JÚNIOR e IWAKAMI, 2010, p.79).

Já em 1985, Brasília tornou-se um aglomerado urbano, em que seus habitantes já ultrapassavam os limites do quadrilátero do DF. Porém, o adensamento da área central foi bloqueado pela preservação dos limites de densidade do Plano Piloto, o que acarretou na supervalorização das áreas centrais (FERREIRA, 2010, p.77). Em contrapartida, o crescimento de novas localidades foi reforçado com a vinda de novos contingentes migratórios e com as posteriores transferências de favelas e acampamentos que cresceram desordenadamente e mal equipadas.

Conforme Paviani (2010, p.83), a evolução populacional é um dos elementos a serem considerados em um estudo acerca da urbanização, o qual deve incorporar outras características, como as mudanças sociais e econômicas que marcaram o processo; a emergência de um sistema urbano; e o crescimento físico individual das cidades “no sentido de cimento e tijolo”.

A consolidação das relações de mercado, por meio da divisão social do trabalho propiciou a difusão de “invasores” e cidades-satélites o que configurou como elementos estruturadores da nova capital, que, por sua vez, é resultado da consolidação do fator de aglomeração do espaço urbano (QUINTO JÚNIOR e IWAKAMI, 2010, p.81).

Segundo Gouvêa (2010, p.90), as pessoas migravam por causa da intensa propaganda existente na época, que estimulava a vinda dos brasileiros para construir a nova capital. Os migrantes vinham para o Planalto Central não somente para construir uma cidade, mas para construir a “capital da esperança”, pois nutriam a esperança de acesso à moradia, melhores condições de vida, trabalho e acesso à educação, de forma que suas famílias pudessem viver com dignidade.

### **3.2 Crescimento urbano no Distrito Federal: deslocamentos e formas de sociabilidade**

Segundo Ferreira (2010, p.65), a transformação do Brasil numa sociedade cada vez mais urbana ocorreu pela passagem de quantidade considerável de população rural à condição de urbanos, tornados excedentes pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, as quais acarretam a proletarianização de camponeses e agricultores mais pobres, que acabam por migrar para as cidades.

O processo de urbanização assumiu intensa concentração baseada na migração como uma de suas formas concretas. A migração, por sua vez, está diretamente ligada às mudanças que atingem a sociedade brasileira como um todo e que envolvem o rural e o urbano (FERREIRA, 2010). Na urbanização brasileira a terciarização é uma especificidade, pois é uma resposta funcional à falta de empregos industriais e está aliada ao crescimento demográfico e às migrações.

Cabe lembrar que existe uma grande diferença entre o terciário nos países desenvolvidos e nos subdesenvolvidos. Nos países altamente industrializados o terciário corresponde a um alto nível de vida, e satisfação de necessidades superiores. Já os países subdesenvolvidos vivem outra realidade, composta de grandes dificuldades (SANTOS, 1982; FERREIRA, 2010).

Mas nos países subdesenvolvidos, onde o mercado de trabalho é desorganizado e grande a massa de iletrados que aflui às cidades grandes, o chamado terciário inflacionado, porque as pessoas em idade de trabalhar se veem obrigados a aceitar qualquer emprego, mesmo abaixo dos níveis legais mínimos de remuneração. (SANTOS, 1982, 43).

Ferreira (2010) sugere que a terciarização é regra geral nas cidades brasileiras, independentemente do nível de industrialização. Para a autora, esse setor abrange as formas de desemprego disfarçado e subemprego, além de abrigar o que é comumente chamado de 'população marginal' e as atividades do 'setor informal'.

O terciário no Brasil abarca uma gama muito variada de atividades, que vão desde as mais sofisticadas e modernizadas especializações requeridas pelo

desenvolvimento das indústrias, até aquelas que atendem às necessidades primeiras das camadas mais pobres da população. Nesse sentido, o terciário absorve cada vez mais força de trabalho, uma vez que é parte integrante do modo de acumulação urbana, sendo, inclusive, adequado à expansão do capitalismo no Brasil (FERREIRA, 2010).

“A metrópole terciária<sup>15</sup>” consolidou-se e expandiu-se absorvendo as características das demais metrópoles brasileiras. Entre as características, podem-se destacar os processos políticos e econômicos perversos para a maioria dos que ajudaram a construir a cidade: os operários que foram periferizados (PAVIANI, 2010, p.84).

O conjunto urbano formado no Distrito Federal foi marcado pelo volume populacional, mas, sobretudo, pelo crescimento rápido e desordenado (PAVIANI, 2010, p. 84). Por isso, Brasília inclui-se entre as grandes cidades brasileiras tanto no que se refere ao contingente populacional quanto à complexidade funcional. Assim, a semelhança é quanto aos aspectos da urbanização, e a diferença no que se refere ao povoamento polinucleado.

Todavia, o povoamento da região não se submeteu a nenhum tipo de planejamento, uma vez que havia pressa em transferir a capital para a Região Central. Nesse sentido, é possível caracterizar o processo de povoamento em três fases da evolução urbana, mas segundo Paviani (2010), o ritmo das obras não influenciou o contingente migratório, nem tampouco a ocupação do espaço em questão.

A migração, com o passar do tempo, tenderia a tornar-se independente dos fatores iniciais que a provocaram, tornando-se um processo autorreforçado e que possuiria uma dinâmica própria. Entretanto, os autores ressaltam que esse processo não tenderia a ser, necessariamente, cumulativo, uma vez que mudanças no contexto social, econômico ou político poderiam afetar o seu funcionamento. (PAVIANI, 2010, p.15).

A *primeira fase* foi caracterizada pela chegada de grande contingente de operários para a construção civil. Período em que foram instalados os primeiros

---

<sup>15</sup> Como Brasília foi chamada por Aldo Paviani, Geógrafo, com grande número de trabalhos-referências sobre Brasília, na obra: “Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão”, no capítulo IV.

serviços para atendimento aos pioneiros, como hospital, departamento de endemias rurais e a construção da cidade livre, o primeiro nome do Núcleo Bandeirante. A chegada de migrantes aumentava na proporção do progresso das obras. Entre 1959 a 1960 a população duplicou, isso se deveu principalmente à migração provocada pela intensificação das obras, como forma de inaugurar a Nova Capital no tempo previsto. A *segunda fase* corresponde ao período em que a população quadruplicou. Segundo a Codeplan a população computava um total de 401.019 pessoas provenientes da migração, que correspondia a 66,3% da população do DF, e apenas 33,7% correspondente ao incremento vegetativo (PAVIANI, 2010, p.88).

Todavia, mais importante que quantificar a migração é compreender o significado dos fluxos migratórios para a nova capital, como sugere Ferreira e Penna (1996, p.197):

A análise das migrações internas não passa apenas pela simples revelação geográfica dos lugares onde ocorrem as migrações. É necessário compreender o que significam os fluxos para Brasília e as razões do desenvolvimento desigual da distribuição-redistribuição territorial da população presa às regulações do mercado.

Já a *terceira fase*, é o período de consolidação de Brasília como capital da República, com a transferência de órgãos públicos, como forma de implantar os organismos de decisão central na capital. Incentivou-se ainda, a instalação das embaixadas mais importantes, o que trouxe a Brasília forte poder aquisitivo e vida social e diplomática (PAVIANI, 2010, p.89).

Trata-se da consolidação do capitalismo, uma vez que o projeto, execução e transferência da Capital Federal revelou o imperativo subjacente contido no sistema capitalista, relativo à acumulação de capital e à realização disso, necessariamente, numa escala “geográfica expansível e intensificada” (HARVEY, 2005, p.69).

O espaço novo para a acumulação é capaz de ser criado por meio de diversas estratégias em situações históricas reais. Quer seja ou não possível uma diferente estrutura [...] não depende da estrutura, mas das possibilidades contidas em situações históricas reais. (HARVEY, 2005, p.66)

Os diferentes mecanismos do desenvolvimento técnico-científico, como as intervenções urbanísticas, os equipamentos coletivos criados pelas políticas sociais públicas, as plantas industriais e demais estabelecimentos das atividades econômicas, os estilos e tipos de moradias, de transporte, entre tantas outras formas-conteúdos que materializam o espaço cotidiano das cidades, atribuindo-lhes uma dada paisagem urbana, se acumulam no espaço (CARDOSO, 2007, p. 40).

Cardoso (2007, p. 41) sugere ainda que ao considerar que o tempo do capital é o da aceleração e reconstrução contínuas; é o tempo do efêmero, da aceleração técnico-científica-informacional desigual (processo sem o qual a perenidade do desenvolvimento técnico, das necessidades de consumo e das trocas não se viabiliza para dar lugar a novos ciclos sucessivos de desenvolvimento tecnológico, novas necessidades (desnecessárias) e relações desiguais de consumo e de trocas). As possibilidades de desencontro entre o espaço e seu uso são exponencialmente elevadas.

Assim, sem a instrumentalização social necessária, a cidade perde o papel de um espaço de encontros entre próximos e distantes, capaz de iluminar as diferenças do ato de viver em sociedade. Isso porque “a cidade é uma escrita de práticas socioespaciais que exprimem e renovam questões acerca da apropriação social” (BARBOSA, 2007, p.141).

A fragmentação e dispersão espacial dos processos produtivos que resultam na reorganização e/ou reprodução dos meios de produção e da força de trabalho influenciam a redistribuição e reestruturação tanto dos processos produtivos quanto das populações envolvidas nesse processo, o que se evidencia nos movimentos de realocação das atividades produtivas e/ou por movimentos e redistribuição espacial da população, isto é, migração.

O surgimento de uma cultura migratória, resultante do contato com a estrutura social e econômica das regiões escolhidas como destino, levaria os migrantes a mudarem seus hábitos de consumo e a adquirir estilos de vida não encontrados nos locais de origem. Com o tempo, a emigração passaria a fazer parte dos valores da comunidade e, para alguns jovens, se tornaria um ritual de passagem. Com relação à distribuição regional do capital humano, como a migração é um processo seletivo, o fluxo migratório

provocaria a depreciação de capital humano nas regiões de origem dos fluxos e sua acumulação nos locais de destino. A depreciação de capital humano nas regiões de origem contribui para a estagnação destas regiões, o que estimularia a emigração. Por último, há a rotulação social de alguns tipos de trabalho, que passam a ser considerados como 'sendo de imigrantes'. Como a população local não estaria disposta a ocupar estes postos de trabalho, isso contribuiria para o aumento da demanda por imigrantes (SANTOS, 2010, p.13).

Para Marandola Junior e Gallo (2010), os estudos migratórios consolidaram uma série de questões fundamentais acerca da migração e dos motivos e forças sociais que atraem ou expulsam as populações, como reflexos da própria estruturação produtiva do capital e de suas necessidades. Segundo os autores, os movimentos se davam por classes, não por indivíduos que decidiam isoladamente migrar (SINGER, 1973).

A intensidade das interações urbanas e interurbanas tem se espalhado pelo território, para além das grandes aglomerações urbanas. Há mobilidade do capital, na esfera social, no mercado de trabalho. Mover-se é associado a dinamismo, a progresso, sendo incentivado mesmo quando não é necessário. Sennett (2005) avalia que os jovens estão mais propensos a buscar outras atividades, a mudar de emprego, mesmo que não haja no próximo perspectivas superiores à situação presente. A melhora está na mudança, não na permanência. (MARANDOLA JUNIOR, 2008, p.28).

Segundo Singer (1977, p.70), a urbanização tanto pode ser um aspecto necessário do desenvolvimento das forças produtivas, ou, simplesmente reflexo da incapacidade do sistema de responder positivamente ao desafio representado pelo crescimento populacional.

### **3.3 Estrutural: olhares e trajetórias**

Segundo dados do PDAD/2011, 52,4% da população da Estrutural/ SCIA são originários de outras unidades da Federação; e 47,6%, de outras RAs do Distrito Federal. Isso faz da Estrutural um campo fértil para análise acerca do sujeito que se desloca e de suas intersubjetividades. Uma vez que a mobilidade estrutura o espaço de vida, constituindo uma morfologia do dia a dia. O conjunto de

lugares e itinerários que a pessoa vive na metrópole é a espacialidade-base de sua experiência. “Os espaços de vida são cada vez mais regionais, com fluxos intensos cada vez mais significativos, implicando uma integração maior entre as cidades. Aumenta a possibilidade de escolha do local da moradia” (MARANDOLA JÚNIOR, 2008, p.18)

Diante disso, na busca pela análise da mobilidade humana, o espaço relacional que faz das culturas uma reflexão sobre o mundo vivido, quando a Geografia é cartografada no estudo dos significados das intervivências e das experiências, e de como elas podem influenciar e modelar o presente resultando numa abordagem das ações humanas, na identidade de homens e mulheres que criam, transformam e recriam a identidade do/ no lugar, sempre mediados pela significação de um mundo da vida (PAULA, 2009).

Segundo Sayad (2000, p. 20) são muitos os paradoxos da imigração, entre eles: “ausente onde está presente e presente onde está ausente”, e complementa:

Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia (SAYAD, 2000, p.20).

Quando questionado sobre o motivo da mudança para o Distrito Federal, as respostas foram bem parecidas:

Nós escolhemos aqui porque Brasília é bom de serviço. Lá no **nosso lugar** é bom pra morar, mas num tem serviço. Quando eu vim pra cá num tinha nem previsão de serviço, aí nós foi morar na casa de minha tia. Minha tia arrumou serviço pra mim lá no aterro. Trabalhar lá é melhor que trabalhar pros ôtos (sic). (Moradora da Estrutural).

A vida minha e de minha família miorou demais na Estrutural. **Lá no meu lugar**, nós trabalhava na colheita de tomate, mas um dia minhas fias comia bem, no ôto dia não comia, no ôto só comia

feijão com farinha... Aqui elas come bem todo dia (sic). (Moradora da Estrutural).

A moradora, ao utilizar o termo “nosso lugar”, trata-se do lugar de memória, de pertencimento, uma vez que o local de origem simboliza a rede de relações familiares e de vizinhança. Nas travessias o migrante se transforma.

Segundo Thompsom (1978), a circularidade é constituinte de seu próprio fazer-se, isto é, responsável pela construção identitária. Assim, em meio às tensões e incertezas, o migrante se faz, a partir das experiências nos diversos espaços sociais que vivencia.

Segundo Menezes (2012, p.26), “não se trata de verificar as opções por ficar ou sair, por uma condição de trabalho ou outra, por um lugar ou outro, mas de compreender como os indivíduos tratam subjetivamente essas possibilidades objetivas de trabalho e vida”. Para ela, a condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais.

Na fala da moradora da Estrutural (originária de Irecê/ BA) é possível compreender que os desequilíbrios regionais são, de certa forma, responsáveis pelo desencadeamento do processo migratório. A migração aparece como uma saída, uma solução para o problema do desemprego no campo, onde as oportunidades de trabalho estão escassas.

O fenômeno da migração traz consigo inúmeras implicações socioeconômicas no interior do processo de desenvolvimento regional. Assim, as causas principais desses movimentos de população devem ser buscadas mais nos locais de origem (SARMENTO, 1984). Mas a integração do migrante, segundo Sarmiento (1984, p.80), está intimamente ligada à capacidade urbana de absorver, em diferentes setores da sociedade, os migrantes que se dirigem à cidade. Entre outros setores, está o mercado de trabalho, mas que por si só não pode representar uma solução completa para a questão da marginalidade ou da integração.

Quanto à possibilidade de retorno, muitos moradores demonstraram afeto e identificação com o local de origem, mas afirmam que a sua região não oferece

condições de melhoria de vida. Assim, procuram acostumar-se com a saudade daqueles que ficaram.

É difícil **ficar aqui com saudade de lá**, mas quando nós vai prá **lá, nós sente falta daqui**. (sic). (Moradora da Estrutural).

Hoje, volto pro maranhão mais não! Eu voltei prá lá, trabalhei dois mês e 10 dia, mas não costumo mais. Num guentei não. Quando cê sai de **seu lugar, cê fica com aquilo na mente. Mas quando cê fica muito tempo no lugar que cê foi, cê num acostuma mais lá no lugar de onde cê veio**. Mas sempre que dá vou lá. Num acostuma, mas num esquece. (sic). (Moradora da Estrutural).

Tratar dos olhares e trajetórias dos migrantes da Estrutural é ultrapassar as questões exclusivas de origem – destino, atração – expulsão, mas, sobretudo, discorrer sobre histórias de vidas, de sujeitos que produziram territórios, participaram da construção da cidade em que residem.

Assim, mais importante que o processo migratório é o sujeito que atribui significado às condicionantes determinadas pela vida em sociedade, seja de caráter político, seja econômico, seja social. E, em meio às suas ressignificações, consegue conviver incorporando elementos da nova cultura em seus projetos de vida. Segundo Menezes (2012), a migração permite ao migrante uma diversidade de experiências que o influenciarão, transformando-o em outra pessoa, sem deixar de ser a anterior.

## CAPÍTULO 4

***“Tornar-se autor de si mesmo para apropriar-se de sua existência pela capacidade de ter confiança em si, de amar-se e de amar, para a convergência de sua personalidade total (...): o ser capaz de desafiar o real, a violência simbólica e física, os determinismos sociais e familiares, independente mas ligado, autônomo e lúcido, na maestria, na abertura e na inteligência de si mesmo e das situações. É improvisar sua vida a cada momento com a permanência dos seus valores fundamentais”. (RICHARD BACH, apud BARBIER, 2002, p.37)***



## CAPÍTULO 4

### **BRASÍLIA E CIDADE ESTRUTURAL: PROXIMIDADE TERRITORIAL E DISTÂNCIA SOCIAL**

O Distrito Federal é formado pelo Plano Piloto e mais trinta e uma Regiões Administrativas<sup>16</sup> – RA, entre elas, a Estrutural/ SCIA, que corresponde à RA 25, que está a 11,7 km da área tombada de Brasília.

A área onde está localizada a Cidade Estrutural fora destinada, na década de 1950, para ser o aterro sanitário para onde seria levado todo o lixo produzido da cidade Brasília. O espaço em questão começou a ser utilizado mesmo antes da inauguração de Brasília, recebendo inclusive, dejetos da própria construção.

O aterro da Estrutural faz limite com o Parque Nacional de Brasília e córrego Cabeceira do Valo. Em virtude disso, a localização do referido “lixão” passou a causar preocupações aos ambientalistas e aos demais estudiosos, principalmente pela toxicidade e potenciais danos ao meio ambiente.

As figuras 3 e 4 mostram imagens do aterro sanitário de Brasília, mais conhecido como lixão da Estrutural. O mapa 3: “Ocupação da Estrutural” representa as áreas próximas ao aterro e o mapa 4: “Ocupação da Estrutural” traz os limites da Estrutural/SCIA, conforme segue.

---

<sup>16</sup> O Distrito Federal é subdividido em trinta e uma Regiões Administrativas, sendo: Brasília (RA I); Gama (RA II); Taguatinga (RA III); Brazlândia (RA IV); Sobradinho (RA V); Planaltina (RA VI); Paranoá (RA VII); Núcleo Bandeirante (RA VIII); Ceilândia (RA IX); Guará (RA X); Cruzeiro (RA XI); Samambaia (RA XII); Santa Maria (RA XIII); São Sebastião (RA XIV); Recanto das Emas (RA XV); Lago Sul (RA XVI); Riacho Fundo (RA XVII); Lago Norte (RA XVIII); Candangolândia (RA XIX); Águas Claras (RA XX); Riacho Fundo II (RA XXI); Sudoeste/Octogonal (RA XXII); Varjão (RA XXIII); Park Way (RA XXIV); RA XXV SCIA - Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Cidade Estrutural e Cidade do Automóvel); Sobradinho II (RA XXVI); Jardim Botânico (RA XXVII); Itapoã (RA XXVIII); SIA - Setor de Indústria e Abastecimento (RA XXIX); Vicente Pires (RA XXX); Fercal (RA XXXI).

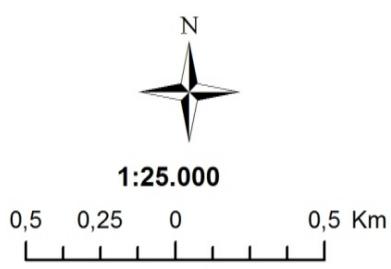
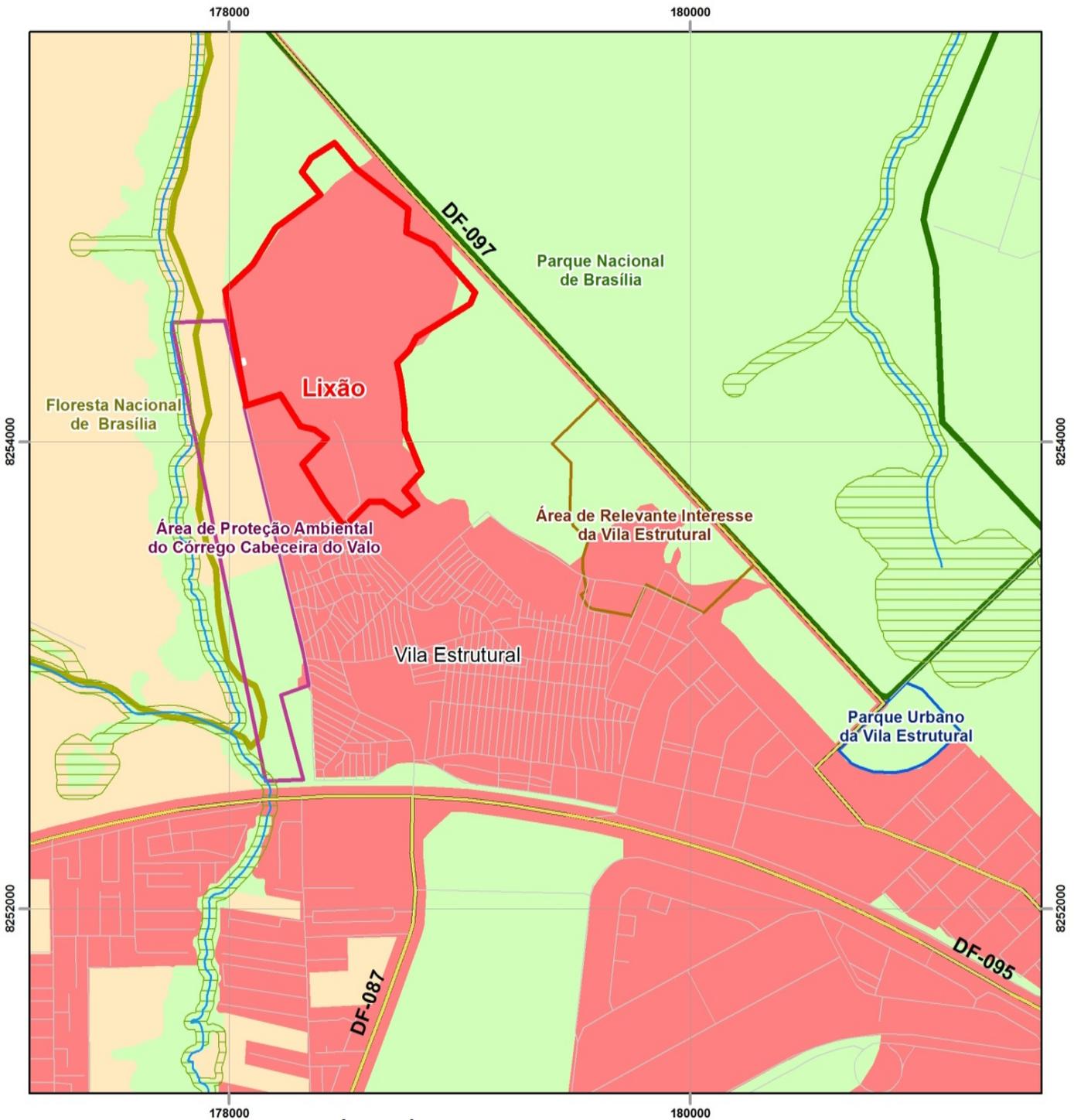


Figura 3: Aterro sanitário da Estrutural visto da área destinada a resíduos de construção civil. Ao fundo, Floresta Nacional de Brasília.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.



Figura 4: Barracos de catadores do aterro da Estrutural.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

# Mapa 3: Ocupação da Estrutural

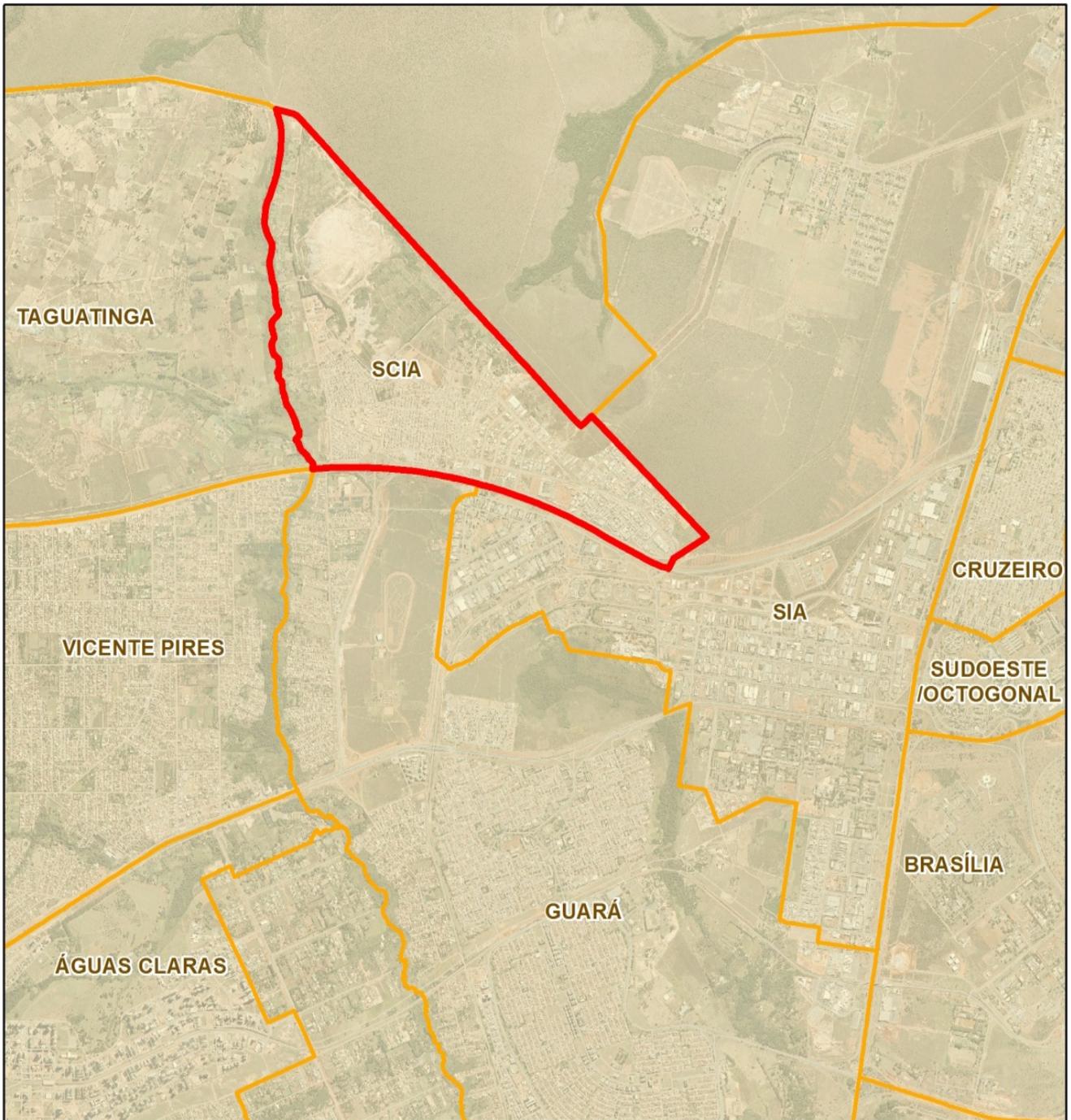


## Legenda

- |                         |   |             |             |  |                        |
|-------------------------|---|-------------|-------------|--|------------------------|
|                         | Área de Proteção Permanente                             |             | Rodovias    |  | Malha Viária           |
| Unidades de Conservação |   |             |             |  |                        |
|                         | Área de Proteção Ambiental do Córrego Cabeceira do Valo |             | Lixão       |  | Hidrografia            |
|                         | Floresta Nacional de Brasília                           | Uso do Solo |             |  |                        |
|                         | Parque Nacional de Brasília                             |             | Área Urbana |  | Agricultura / Pecuária |
|                         | Parque Urbano da Vila Estrutural                        |             | Natural     |  |                        |
|                         | Área de Relevante Interesse da Vila Estrutural          |             |             |  |                        |

Projeto: RESBIO  
Região da Biosfera  
LABOTER/IESA/UFG/GEA/UnB  
Organização: Caio Riebold

# Mapa 4: Ocupação da Estrutural



1:60.000



Fonte:  
SEDUMA  
DENIT  
Google Earth

### Legenda

 RA XXV - SCIA

 Regiões Administrativas

Projeto: RESBIO  
Região da Biosfera  
LABOTER/IESA/UFG/GEA/UnB  
Organização: Caio Riebold



Figura 7: Acesso principal à Cidade Estrutural.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

A Estrutural tem sua origem marcada por questões habitacionais. Como propõe Flávio Villaça (1986), em seu livro “*O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*”: milhares de pessoas para habitar neste planeta precisam pagar por um pedaço de chão. A origem disso está na propriedade privada da terra. A instituição da propriedade privada da terra permitiu ao capitalismo não só reforçar a propriedade privada da terra, transformando-a em mercadoria, atribuindo valor à terra pela localização, como apoio físico e, principalmente, como capital.

Nesse contexto, considerando que todas as pessoas precisam de abrigo e proteção contra as intempéries e mesmo para desenvolver sua vida individual, familiar e social, é justamente para conseguir abrigo (habitação) que a humanidade se depara com o chamado “problema habitacional”.

No que tange ao Distrito Federal a questão habitacional é um tanto mais séria que nas demais unidades da Federação, uma vez que “favelas foram autoproduzidas por trabalhadores que migraram durante os estágios iniciais da construção da cidade, (depois riscadas do mapa por decisão de governo)” (HOLANDA, 2010, p.19).

Assim como nas demais cidades brasileiras, a pobreza, a segregação socioespacial, as discontinuidades do tecido urbano provocadas, entre outras coisas, por especulação fundiária que trata a terra como reserva de valor, o que distancia da proposta original de Lúcio Costa, conforme afirma Holanda (2010, p. 66):

Lúcio Costa acreditava que a cidade ofereceria guarida à diversidade social, fruto da valorização diferenciada dos imóveis. Propôs, porém, apenas dois tipos de edifícios residenciais: os apartamentos das superquadras e as 'casas individuais' (residências unifamiliares situadas entre os primeiros e o lago). As casas eram para famílias bem aquinhoadas mesmo. Nos apartamentos, contudo, ele acreditava que a valorização diferenciada mediante acabamento, densidade, área construída, localização [...] evitariam 'uma indevida e indesejável estratificação'. Dever-se-ia impedir a 'enquistação' de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural.

Todavia, as aspirações de Lúcio Costa não foram suficientes para conter a "enquistação" de favelas no Distrito Federal. Nesse contexto, o desenvolvimento da cidade fez o arquiteto lastimar os altos custos sociais.

As questões acerca da habitação não podem ser formuladas ignorando as determinações fundamentais que historicamente a engendram. Isto é, o que se apreende como questão e/ou problema habitacional surge com o "homem livre", produto do capitalismo em meio às muitas configurações históricas imputadas por esse modo de produção, bem como pelas especificidades da luta de classes. Nesse contexto, a habitação passa a ser considerada como um direito do cidadão, de forma que no século XX é incluída na Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 25 (VILLAÇA, 1986).

Com o desenvolvimento do capitalismo e dos demais bens necessários para atender às necessidades humanas, a habitação começa paulatinamente a ganhar forma de mercadoria. Porém, o sistema econômico privado não consegue oferecer habitação a todos. Assim, a obrigação de oferecer habitação àqueles que não têm condições econômicas para pagar passa a ser do Estado. Diante disso, mesmo o Estado reconhecendo essa obrigação como sua, ele tenta esquivar-se da incumbência, criando o conceito ideológico denominado "problema habitacional" (VILLAÇA, 1986).

A casa não é uma mercadoria qualquer, uma vez que a ela está atrelada a histórias vivenciadas pelos sujeitos. Mas a lei do valor impregna as relações mercantis nesse espaço. Assim, surge o problema da habitação como questão social.

A Estrutural, por sua vez, surge no contexto em que a urbanização de Brasília se materializava por meio de interações e modificações que implicaram o reordenamento do Distrito Federal. As pulsações socioeconômicas e as implicações regionais passaram a interferir na espacialização da cidade. Nesse contexto, a habitação é considerada como mercadoria, uma vez que está subjugada à lógica da produção orientada por critérios de rentabilidade capitalista, inclusive onde não há produção capitalista de moradias (PAVIANI, 1996).

A espacialidade do capital se realiza concretamente, na territorialização dos processos objetivados pelas práticas sociais (SEABRA, 2009, p.416). Assim, à medida que o solo urbano assume os atributos de mercadoria e, que como tal, passa a circular num mercado de produtos e fatores, materialmente, o espaço urbano entra no circuito de produção e consumo da sociedade, que se dá principalmente através do parcelamento de terras com a produção de lotes urbanos, mas também pela construção de moradias (incluem-se aqui as autoconstruções).

No caso do Distrito Federal, é fundamental que se compreenda que no período em que a Estrutural surgiu como ocupação (década de 1960), as categorias do capital já estavam todas desenvolvidas. Assim, a lógica reprodutiva do capital se instaurou em escala regional, que se deu por meio da capilaridade, circulação e reprodução da riqueza enquanto capital. No território, por sua vez, a formação e estruturação da metrópole moderna se estabelecia.

O que ocorreu no Distrito Federal pode ser compreendido com a afirmação de Seabra (2009, 416), embora a mesma não se refira à cidade de Brasília. Segundo ela, a concentração geográfica de fatores de produção foi articulada por volta de uma cidade prioritária, a partir da qual se instaura o processo de diferenciação técnica do território, em estreita correlação com a concentração geográfica dos fatores de produção.

Nesse sentido, a proposta de refletir acerca dos olhares e trajetórias na/da Estrutural impõe um desafio inicial, mas pode direcionar as análises por um caminho que não se limita a pensar o novo, mas fazer uma leitura mais ampla da Estrutural no momento atual. Isto porque ela é resultado de uma variedade de processos e interpretação da realidade urbana, é produto da própria história do Distrito Federal, que se inicia com a construção de Brasília. Como sugere Sobarzo (2009, p.360):

Pautar o atual apenas com o novo pode simplificar a compreensão da realidade, na medida em que se reconhecem aspectos históricos de um fenômeno analisado, ou não são consideradas reflexões já realizadas por outros pensadores, em outros tempos, sobre aquilo que está sendo estudado. [...], não se trata de uma repetição simples da história da cidade ou de um bairro, como uma crônica de fatos cronologicamente organizados, mas da compilação de uma série de elementos que auxiliem no entendimento da dinâmica atual estudada.

Em virtude disso, não é possível compreender o processo de territorialização da Estrutural fora da dinâmica de construção de Brasília, inclusive, pelas especificidades locais, principalmente no que se refere à questão relacionada à posse de terras, uma vez que “a disponibilidade do solo apresenta a particularidade de se encontrar, em grande parte, nas mãos do poder público” (CORDEIRO; KOHLSDORF, 2010, p. 326). Para tanto, parte-se do pressuposto que o espaço produzido no território do DF e as correspondentes sociedades – população são partes de uma totalidade, que aqui, denominamos realidade social.

Cordeiro e Kohlsdorf (2010, p. 326) afirmam que a localização e a qualidade da habitação dependem do valor de mercado do solo, do sítio físico. Esse valor de mercado está intimamente vinculado às características físicas e fundiárias do sítio, à quantidade e qualidade do espaço potencialmente produzível e/ou construível nele, à acessibilidade em relação às áreas centrais ou de equipamentos e serviços da trama urbana e às condições de renda, de demanda efetiva das populações, interdependentes, por sua vez, das oportunidades de emprego e dos efeitos das formas de distribuição da renda.

Todavia, a ocupação da área que deu origem à Cidade Estrutural deve levar em conta uma série de fatores que qualificam o solo em questão como inadequado

à ocupação urbana/residencial. Para tanto, é necessário que se abra um parêntese.

A Cidade Estrutural está localizada em área insalubre, às margens da DF-095 (Via EPCT, conhecida como Via Estrutural) e ocupa uma área de 154 hectares. Próxima ao lixão do Jôquei Clube e ao Poliduto da Petrobrás, localizada próximo ao Parque Nacional de Brasília, dentro dos limites para áreas de preservação permanente – APP<sup>17</sup> estabelecidas pelo código florestal e tem a sua história marcada por fortes questões socioeconômicas.

O povoamento dessa região teve início com ocupações realizadas por pessoas que trabalhavam no aterro sanitário de Brasília e ficou conhecido como “lixão da Vila Estrutural”. Iniciou-se na década de 1960, poucos anos após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local. Embora tenha sido considerada imprópria para habitação, por se tratar de área de depósito de lixo e estar perto do Parque Nacional de Brasília, foram feitas várias tentativas de fixação dos moradores por meio da Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Diante do exposto, parece-nos oportuno destacar a reportagem que fora veiculada nos principais meios de comunicação da cidade, tendo inclusive, destaque em alguns jornais de circulação nacional. A reportagem intitulada “*Favela mantida pelo voto*” ganhou destaque por envolver nomes de governadores, deputados e senadores do Distrito Federal, conforme segue:

A invasão da Estrutural surgiu da briga entre Joaquim Roriz e Cristovam Buarque e, em poucos anos, tornou-se um grave problema urbano. [...] No princípio, era o lixo. Em 1960, ano da inauguração de Brasília, um grupo de 30 famílias abrigou-se no aterro sanitário da cidade. O lixão foi instalado numa das margens da Via Estrutural, pista que liga o Plano Piloto a Taguatinga, cidade satélite a 20 km da capital. Hoje, 15 mil pessoas vivem espremidas em 5 mil barracos homicídios, drogas e doenças contagiosas fazem parte da rotina dos favelados. A falta de saneamento criou riscos ambientais e parte dos invasores instalou-se em cima de um

---

<sup>17</sup> As Áreas de Preservação Permanente são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Como exemplos de APP estão as áreas de mananciais, as encostas com mais de 45° de declividade, os manguezais e as matas ciliares. Essas áreas são protegidas pela Lei Federal nº 4.771/65 (alterada pela Lei Federal nº 7.803/89).

poliduto da Petrobrás, por onde passam gás de cozinha, gasolina e óleo diesel. Há 2.500 cães vagando pelas ruas. Disputam comida com as crianças e os urubus. [...] A maior favela da capital é um enclave político. O líder da invasão, José Edmar Cordeiro, é hoje deputado distrital. Elegeu-se defendendo a legalização de ocupações irregulares de terra pública. Conta com o apoio do Governador Joaquim Roriz. Quando era deputado distrital, o ex-senador Luiz Estevão aliou-se a José Edmar. Juntos, organizaram a Associação Pró-Criação da Vila Operária do Baixo Estrutural (Aproviles). Patrocinaram a distribuição de kits com madeira e lona para facilitar a ocupação da área. José Edmar está na Câmara Legislativa desde 1990. Estevão foi cassado em junho desse ano sob a acusação de desviar dinheiro público. [...] Em julho de 1997, quando quase 3 mil famílias já moravam no local, Cristovam mandou a Polícia Militar remover 700 novos barracos. Mais de 1.700 policiais entraram na estrutural e foram repelidos a pau e pedra. A PM usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Cristovam instalou uma administração militar comandada por um major. Em agosto de 1998, o PM Rubens Gomes Farias foi assassinado na favela com um tiro na cabeça. A partir de então, José Edmar e Luiz Estevão denunciaram ações de represália da PM. 'Cristovam não teve pulso para controlar as invasões na Estrutural', afirma o deputado distrital Wasny de Roure, presidente regional do PT. 'Mas os invasores firmam manipulados para transformar a favela num problema político'. José Edmar quer manter a invasão intocada: 'Se retirar a Estrutural, o governo atual vai falar o que contra o PT?' Roriz não estende os serviços públicos à favela com o argumento de que ainda não sabe se vai legalizá-la. Não há sistema de esgoto, escolas, postos de saúde nem água encanada. As crianças são usadas no tráfico de drogas. 'é um quadro típico de ambiente de baixo nível cultural, alcoolismo e violência', diz o delegado Luiz Andriano Guerra, que investiga os crimes na área. O deputado José Edmar tem uma visão bucólica da favela. 'Não há problemas ambientais e, por incrível que pareça, o pessoal que trabalha no lixão não fica doente', afirma. Os relatórios do Programa Saúde da Família, do governo do Distrito Federal, mostram uma realidade diferente. O lixo tem provocado doenças de pele, como erisipela e sarna. [...]. Apenas um médico atende os 15 mil moradores. A média de atendimento de saúde no Brasil é 1,34 médico para cada grupo de 1.000 habitantes. No Distrito Federal, fora das favelas, é 2,78 por 1.000 – a maior do país (FORTES, 2012, p. 1).

A Cidade Estrutural que recebeu este nome em virtude da sua localização próxima à via estrutural. Surgiu como resultado de um processo de “invasão” de área pública, com padrão construtivo provisório e precário. Com baixos padrões de habitabilidade e com seu crescimento desordenado, formou um cenário caótico que se adensou aos poucos, como sugere (MOURA e ULTRAMARI, 1996, p.13): “espaço desarrumado e recém-desbravado que configura as periferias, expondo

seus habitantes como pioneiros”. O que pode ser visualizado na fala de um morador:

Quando vim prá cá, era um sofrimento. Não tinha luz nem água. A água, nós tirava de cisterna. Nós moramo uns 10 ano na lona (sic). Aí, no governo Roriz, ele botou energia. Aí, na outra eleição, ele botou água. **Aqui é assim, é uma coisa só por eleição.**

Meu **primeiro emprego era de fazer barraco**. Eu fazia barraco de lona e de madeirite [...] **Hoje, tem casa boa pra todo lado**. (Clemilson, Morador da Cidade Estrutural há 19 anos)

Segundo ULTRAMARI e MOURA (1996, p.14), essa desorganização aparente e a espontaneidade do traçado das periferias são, na verdade, determinadas pela lógica do modo de produção e apropriação do espaço urbano. Trata-se da interação de três elementos: o capital, o Estado e a força de trabalho. O capital determina o custo da terra e impõe a necessária concentração de atividades e mão de obra para seu próprio crescimento. O Estado, representado pelas ações do poder público, propicia (ou deveria propiciar) serviços e condições básicas para a sobrevivência e a oferta de mão de obra como forma de garantir o bom desempenho da economia. Por fim, a força de trabalho, que corresponde às pessoas que habitam a periferia, mesmo em meio às desordens.

Os três elementos destacados por Ultramari e Moura (1996) são estruturadores da cidade, uma vez que direciona o seu crescimento e lhe atribui feição, como lembra um morador da Estrutural:

Hoje a Estrutural é uma cidade. **antigamente era uma favela** da mais feia que tinha. As pessoas tinha medo daqui porque era muito feio. Mas a Ceilândia começou igual aqui e a Ceilândia hoje tem tudo, olha lá comé que tá. Fora que a estrutural tá bem mais perto do plano, mesmo de ônibus cê chega no **centro de Brasília** em menos de meia hora (sic). (Sr. Arnô, morador da Estrutural há 22 anos).

Nas áreas urbanas, as demandas, as intervenções e os interesses são mais complexos, e, no caso da Estrutural, a complexidade é ainda maior. Uma cidade que se originou por meio de interesses eleitoreiros e em área insalubre ainda tem no lixão uma importante fonte de renda para uma parcela considerável de seus moradores.

O aterro sanitário, apesar de representar uma fonte de contaminação do solo, dos mananciais de água e mesmo das pessoas que vivem próximas a ele, representa também uma importante fonte de renda para muitas famílias moradoras do local. Em 2002, 15% dos 20 mil então moradores da Estrutural sobreviviam da coleta de lixo no local. Segundo o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e a Associação de Catadores, atualmente trabalham no aterro da Estrutural um total de 2.500 catadores cadastrados.

O que me trouxe pra Estrutural foi o desemprego. Quando eu cheguei aqui, no ôto dia comecei a catar. **O lixão é um garimpo. Aqui tá cheio de baiano.** Aqui só não ganha dinheiro se num trabalhar. Tem gente aqui no aterro que tira entre 800 e 1.000 real por semana. Qual emprego vai pagar isso pra quem num tem estudo? (sic). (Sr. Arnô, originário do Maranhão. Morador da Estrutural).

Nós tamo aqui tem 1 ano e 6 mese. **Em São Gabriel nós trabalhava na irrigação de tomate, mas num tava dano mais. Vim pra miorar de vida.** Nós recebe no aterro 600,00 na semana. Muitos pai de família sobrevive de disso. A maioria das pessoa da Estrutural véve do lixão (sic). (Lília, originária de São Gabriel, município de Irecê/BA, moradora da Estrutural, catadora).



Figura 8: Organização dos catadores em volta do caminhão “cuca” à espera do descarte dos resíduos sólidos.

Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.



Figura 9: Realização da coleta pelos catadores após a saída do “cuca”.

Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

Embora a Região Administrativa XXV seja composta pela Cidade Estrutural, SCIA e Cidade do Automóvel, trata-se de realidades distintas. Enquanto a Estrutural concentra uma gama das mazelas sociais, o SCIA e a Cidade do Automóvel são formados por grandes empresas, como construtoras e concessionárias de veículos.

Segundo a Administração do SCIA, a Cidade do Automóvel é fruto de parceria realizada entre empresários e o Governo do Distrito Federal e constitui a maior concentração de revendas de veículos da América Latina. Conta com mais de 150 revendas automobilísticas presentes no local, o que gera concorrência e grandes oportunidades de negócios. Sua localização privilegiada permite acesso rápido e fácil para as principais cidades do Distrito Federal.



Figura 10: Área do SCIA dotada de infraestrutura, lotes pertencentes a grandes empresas.

Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

O espaço onde a Cidade Estrutural se localiza tem passado por valorização, pois é a aglomeração urbana mais próxima de Brasília entre todas as cidades do Distrito Federal. Fala-se no fechamento do aterro sanitário, mas os moradores que vivem da renda proveniente do lixão estão preocupados e temerosos com a possibilidade de retirada, como mencionam:

Mas tem ôta coisa, se o lixão “for” pra Samambaia, vai valorizar os lotes daqui. Asa Norte tá cheia, Asa Sul tá cheia, octogonal, cruzeiro e Sudoeste, mesmo se num tiver cheio, num é todo mundo que pode comprá lá, porque é muito caro. **O governo só dexô nós aqui porque as empretêra num tem interesse ne área perto do lixo. Porque se num fosse o lixão, esse lugar, perto do plano, num ía sobrá pra pobre** (sic). (Clemilson, morador da Estrutural).

Se tirar o lixão é ruim, porque o governo sabe que fechando o lixão ele num tira emprego de só de dois pai de família. Hoje trabalha no lixão, mais de 2500 famílias, essas, só as cadastrada, mas deve ter bem mais, porque tem gente que tem emprego fichado e vai catar pra miorá o dinheiro das despesas. Essas famílias tudo véve daqui de dentro do aterro. Mas será que vai tirar o lixão mesmo? Tem 20 ano que eu escuto isso e nunca tira (sic). (Sr. Arnô, morador da Estrutural, catador).

Diante da fala dos moradores, é perceptível, sobretudo na história da RA XXV que a terra urbana e a habitação no Distrito Federal são objetos de interesse generalizado, que envolvem agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Isso faz com que se estabeleça uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém, permanente, em torno da terra urbana e da habitação. Se isso não constitui a contradição básica, transforma-se, contudo, em problema para uma enorme parcela da população (CORRÊA, 2012, p.41).

Isso quer dizer que a produção do espaço é condição para reprodução da vida social. Isto é, ao mesmo tempo em que o homem produz o mundo objetivo, real e concreto, produz igualmente uma consciência sobre si. Assim, o homem se produz como sujeito, consciência e desejos, um mundo de determinações capazes de transformar a realidade. É nesse sentido que o processo de produção alcança uma dimensão mais ampla, aquela da produção de relações sociais, de uma cultura, de uma ideologia e de um conhecimento, do mundo e de si mesmo (CARLOS, 2012).

A partir das formas e possibilidades da visão de mundo que enumeramos fica claro que não se compreende por esse termo apenas a concepção da conexão entre as coisas naturais, mas ao mesmo tempo, uma interpretação do sentido e da finalidade do ser-aí-humano e, com isso, da história. A visão de mundo sempre encerra em si a visão da vida. A visão de mundo emerge de uma meditação conjunta sobre o mundo e o ser-aí-humano; e isso, por sua vez, ocorre de maneiras diversas: expressa e conscientemente junto ao particular ou por meio da assunção de uma visão de mundo dominante. Crescemos em uma tal visão de mundo e nos acostumamos com ela. A visão de mundo é determinada pelo entorno: povo, raça, estado, nível de desenvolvimento da cultura. (HEIDEGGER, 2012, p.5)

Nesse contexto, quando falamos de visões de mundo, tencionamos ideias, o que há de derradeiro e total no homem, tanto subjetivamente, como vivência, força e modo de pensar, quanto objetivamente como um mundo configurado. É nesta perspectiva que se apreende o espaço Estrutural/ SCIA, com base nos diversos falares dos migrantes que analisam, a seu modo, como se deu o processo de territorialização da Estrutural.

Para tanto, traz-se a história (passado) da Estrutural como uma das dimensões mais importantes da singularidade, que é prelúdio para compreensão

desse processo. Uma vez que na/através da paisagem está materializada a história da cidade. Essa materialidade se preserva na “instituição de memória, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares [...]. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado” (ABREU, 1998, p.79).

Heidegger (2012, p.21) por sua vez, afirma que “nós precisamos compreender a realidade efetiva, realidade, vitalidade, existencialidade e consistência” para que dessa forma, nos comportemos positivamente em relação ao efetivamente real, ao real, ao vivente, ao existente e ao consistente; e completa: “nós precisamos poder compreender realidade efetiva antes de toda experiência daquilo que é efetivamente real” (HEIDEGGER, 2012, p.21).

Assim, na busca pelo passado através da história da Estrutural e também da fala dos moradores, foi possível compreender que teve origem na busca por habitação, ou casa própria. Segundo Villaça (1986) a ideia de segurança econômica e social atrelada à aquisição de casa própria fora difundida pela classe dominante e seria uma espécie de “seguro face as incertezas do futuro”. O termo “casa própria” representa a expressão ideal das relações dominantes, em um período do desenvolvimento da habitação no Brasil que ganha destaque, especialmente, na década de 1950.

Atualmente, não se trata de ideologia apenas. A posse de um lote, uma casa e/ou escritura deles não só confere mais *status* como facilita as relações econômicas, viabiliza empréstimos e crediários, além de consistir em uma forma segura de investimento, principalmente no Distrito Federal, com a supervalorização do solo urbano.

#### **4.1 A integração do migrante no Distrito Federal: características e transformações na Estrutural**

A Estrutural/SCIA tem aproximadamente 25.732 habitantes (PDAD/DF 2011). Embora a Estrutural tenha se originado na década de 1950, o maior quantitativo de imigrantes chegou entre as décadas de 1991 e 2000, conforme

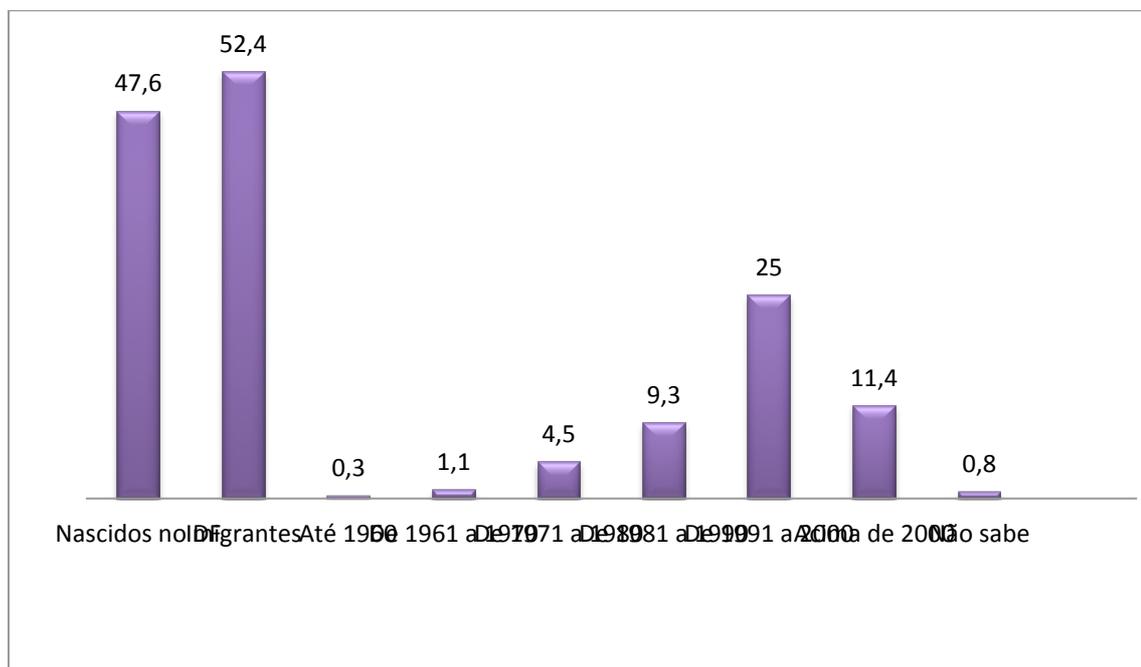
dados do PDAD/2011. Trata-se do segundo mandato de Joaquim Roriz.<sup>18</sup> O aumento de imigrantes em Brasília nesse período é resultado de uma política eleitoreira, em que o então governador utilizava o tema “problema habitacional” como forma de justificar o crescimento desordenado de favelas, ou “invasões”, como o termo se popularizou no Distrito Federal. Uma vez que se instalava uma ocupação, o governo oferecia lotes, aos moradores. Todavia, nos lotes eram construídos barracos de lona e/ou madeirite, sem qualquer infraestrutura, como lembra Morelli:

Em 1988, assume como governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, nomeado pelo então presidente José Sarney. Sua política eleitoreira retirou do Plano Piloto sessenta e quatro invasões e favelas, oferecendo lotes para as 130 mil famílias desalojadas. Com isso, diversas cidades foram construídas. Essa política de distribuição de lotes desenvolvida por Joaquim Roriz ainda atrai muitos migrantes para Brasília. Desta maneira, o Distrito Federal iniciou a década de 90 com 1,6 milhão de pessoas, e menos da metade de seus habitantes estavam no Plano Piloto (MORELLI, 2002).

Conforme pode ser observado no gráfico que segue, o grande contingente populacional começa a chegar à Estrutural/ SCIA entre o final da década de 1980 e o ano 2000, período que destacam os quatro mandatos do então Governo Roriz, conhecido especialmente por promover “loteamentos” (ocupação de áreas públicas) e também, por impulsionar o processo de favelização no Distrito Federal.

---

<sup>18</sup> Joaquim Roriz foi Governador do Distrito Federal – **1º mandato:** de 17/10/1988 – 15/03/1990; **2º mandato:** 1º/01/1991 – 1º/01/1995; **3º mandato:** 1º/01/1999 – 1º/01/2003; **4º mandato:** 1º/01/1999 – 31/03/2006.

**Gráfico 1** – População segundo o ano de chegada na Estrutural/ SCIA

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Quanto à Estrutural, cabe um parêntese. É comum que moradores do DF e da própria Estrutural utilizem três termos que remetem a períodos distintos na história da cidade para se referir à cidade, como “invasão da Estrutural”, “Vila Estrutural” e “Cidade Estrutural”. O termo “invasão” remete ao período em que a Estrutural se iniciara, com cerca de 30 barracos nos arredores do aterro sanitário de Brasília. “Vila” é o termo utilizado pelos moradores, no início da década de 1980, período em que a Estrutural formava duas vilas (Vila Velha e Vila Nova), pois o número de barracos havia crescido como lembra um morador da cidade:

Quando cheguei na Estrutural era tudo Cerrado, e meio do Cerrado tinha uns barracos perdidos. A maioria dos barraco tava lá onde hoje é a cidade do automóvel, lá tinha uma favelinha que nós chamava de **‘Vila Nova’**. Aqui mais perto de onde é o **centro da Estrutural** também tinha uns barraco, bem perto de onde hoje é o CRAS que nós chamava de **‘Vila Velha’** (sic).

O termo “*cidade*” começou a ser utilizado recentemente, quando a Estrutural passou a ser a Região Administrativa XXV do Distrito Federal, por meio da Lei nº 3.315 de 27 de janeiro de 2004.

**Tabela 2** – População segundo ano de chegada no DF – SCIA/Estrutural.

<b>População segundo o ano de chegada no Distrito Federal – SCIA/Estrutural</b>			
<b>Anos</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>	<b>% de imigrantes</b>
Nascidos no DF	12.239	47,6	-
Imigrantes	13.493	52,4	100
Até 1960	77	0,3	0,6
De 1961 a 1970	294	1,1	2,1
De 1971 a 1980	1.151	4,5	8,6
De 1981 a 1990	2.404	9,3	17,7
De 1991 a 2000	6.434	25,0	47,7
Acima de 2000	2.916	11,4	21,8
Não sabe	217	0,8	1,5
Total	25.732	100,0	-

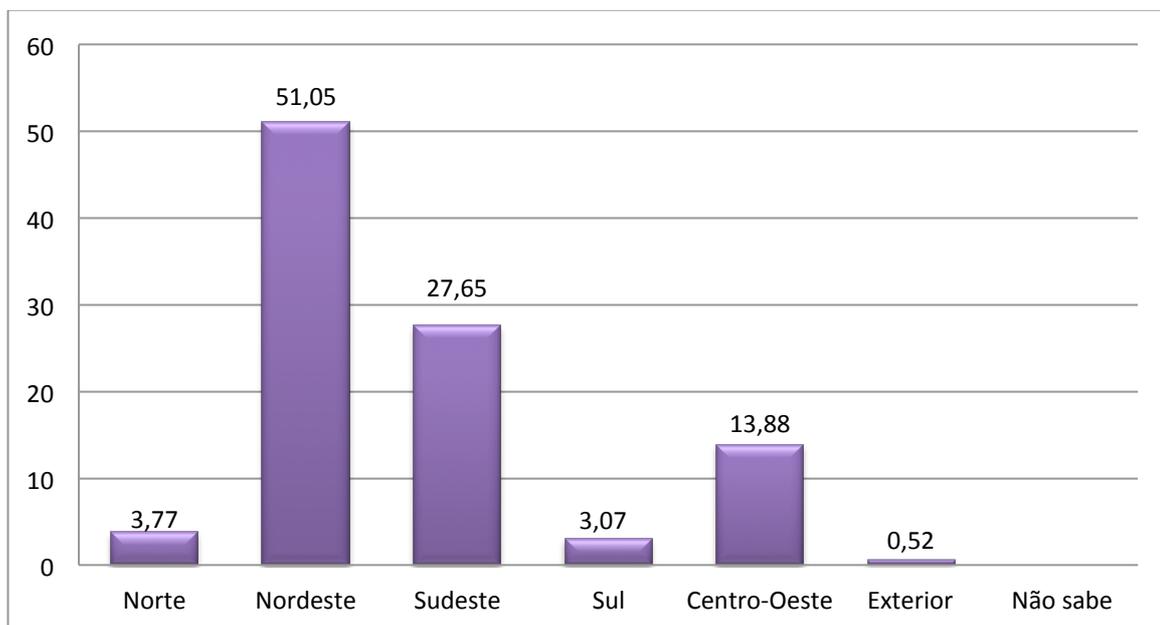
Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Entre os moradores, 47,6% são naturais do próprio Distrito Federal. Dos imigrantes, 69,5% são naturais da Região Nordeste, 13,6% do Sudeste e 12,2% do Centro-Oeste, enquanto apenas 4,9% são da região Norte. Os naturais do Sul do País não foram representativos na localidade. Em relação à origem por estados, Bahia é o mais representativo com (22,6%), seguido do Maranhão com (20,5%), e Piauí com (14,1%). Na sequência, aparecem Minas Gerais e Goiás com 11,5% e 11,1%, respectivamente, conforme tabela que segue:

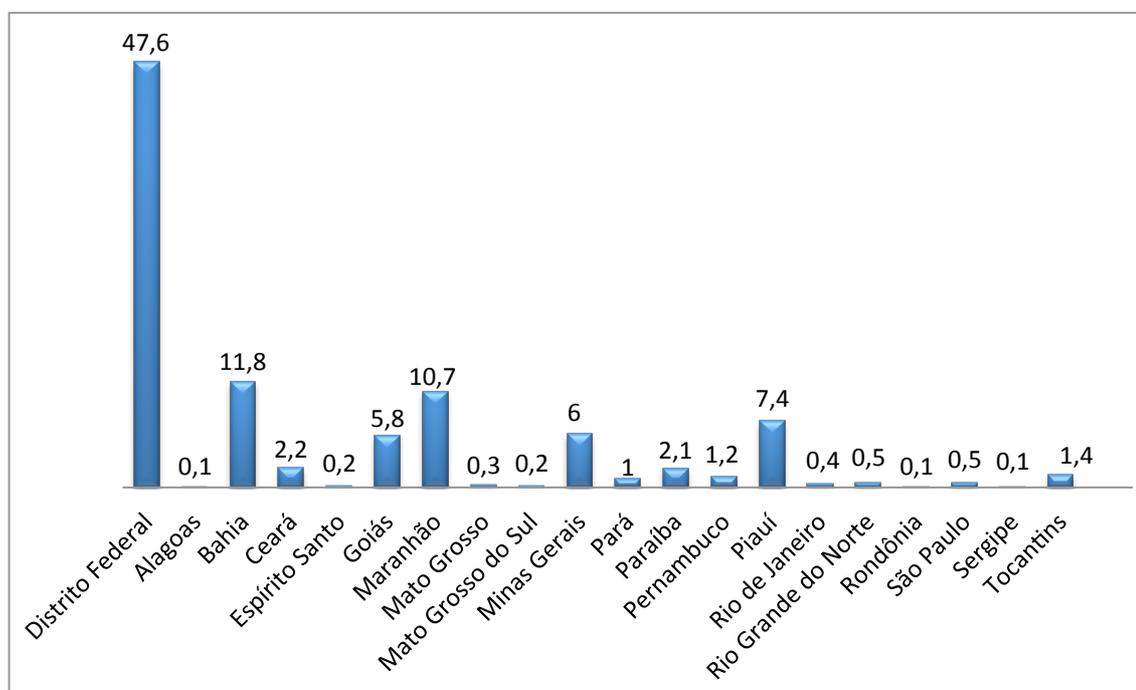
**Tabela 3:** População segundo a naturalidade – Estrutural/ SCIA.

<b>População segundo a naturalidade – Estrutural/ SCIA</b>			
<b>Unidade da Federação</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>	<b>% de imigrantes</b>
Distrito Federal	12.239	47,6	-
Outras Unidades da Federação	13.493	52,4	100
Alagoas	38	0,1	0,3
Bahia	3.044	11,8	22,6
Ceará	576	2,2	4,3
Espírito Santo	51	0,2	0,4
Goiás	1.496	5,8	11,1
Maranhão	2.763	10,7	20,5
Mato Grosso	90	0,3	0,7
Mato Grosso do Sul	51	0,2	0,4
Minas Gerais	1.548	6,0	11,5
Pará	269	1,0	2,0
Paraíba	550	2,1	4,1
Paraná	13	0,0	0,1
Pernambuco	320	1,2	2,4
Piauí	1.906	7,4	14,1
Rio de Janeiro	102	0,4	0,8
Rio Grande do Norte	128	0,5	0,9
Rondônia	26	0,1	0,2
São Paulo	128	0,5	0,9
Sergipe	38	0,1	0,3
Tocantins	358	1,4	2,7
Total	25.732	100,0	-

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

**Gráfico 2 – População imigrante da Estrutural/ DF segundo a naturalidade (%)**

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

**Gráfico 3 – População da Estrutural/ SCIA segundo a naturalidade**

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Grande maioria dos atuais moradores da Estrutural (52,2%) veio para o DF acompanhando parentes, seguindo com (44,8) dos que vieram para procurar trabalho, conforme lembram os moradores:

Minha família veio do Maranhão pra trabalhar na construção de Brasília. Nós tinha roça lá, mas com o tempo a roça ficou difícil, aí nós vendeu a roça e veio pra cá. Todo mundo que veio arrumou trabalho. Com o dinheiro da venda da roça meu pai comprou uma **casa** ne Ceilândia. Hoje ne minha família, todo mundo **tem sua casa**. Num volto mais pro Maranhão, porque aqui eu ganho mais. Minha vida melhorou só depois que eu tô aqui. Dificuldade ne Brasília é a pessoa baixar a cabeça e num trabalhar. Só na Estrutural eu tô a 22 anos. O que nós tem foi depois da Estrutural (sic). (Sr. Arnô, morador da Estrutural).

**A vida nossa melhorou demais aqui na Estrutural.** Eu e meus irmãos não tinha nada, **hoje cada qual tem seu lote**. Tem local aqui na Estrutural onde nêgo invadiu e hoje vale 150/ 160.000,00. Moça, isso é muito dinheiro! (sic). (Clemilson, morador da Estrutural).

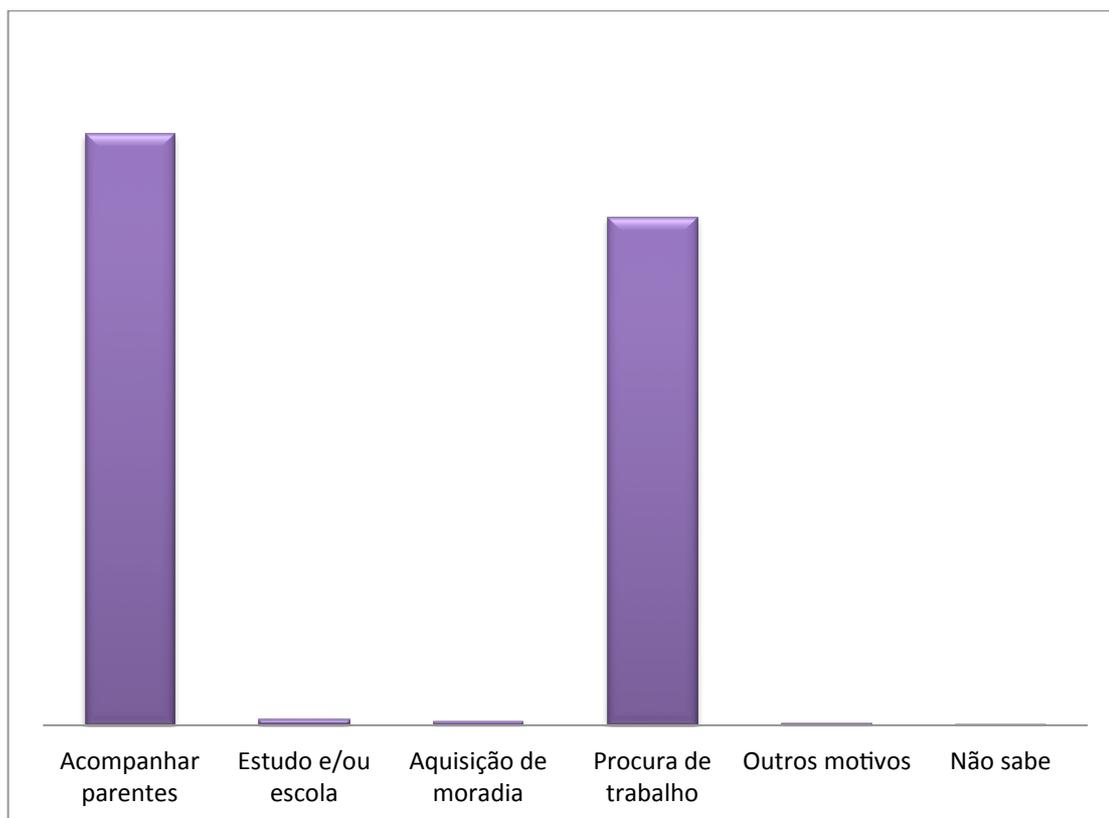
As falas dos moradores deixam claro que a mobilidade espacial, no caso das suas famílias, propiciou uma mobilidade social. Isso fica claro quando o morador destaca que todos de sua família têm emprego e casa própria, segundo ele, conseguido ao longo dos anos, conforme demonstrado nos dados da tabela a seguir:

**Tabela 4:** População segundo o motivo da mudança para o Distrito Federal – SCIA/Estrutural.

<b>População segundo o motivo da mudança para o Distrito Federal – SCIA/Estrutural</b>			
<b>Motivo da Mudança</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>	<b>% de imigrantes</b>
Acompanhar parentes	7.047	27,4	52,2
Estudo e/ou escola	64	0,2	0,5
Aquisição de moradia	38	0,1	0,3
Transferência do local de trabalho	13	0,0	0,1
Procura de trabalho	6.037	23,5	44,8
Melhor acesso aos serviços de saúde	192	0,7	1,4
Mudança de estado civil	51	0,2	0,4
Dificuldade no relacionamento familiar	13	0,0	0,1
Outros motivos	26	0,1	0,2
Não sabe	13	0,0	0,1
Distrito Federal	12.239	47,6	-
Total de Imigrantes	13.493	52,4	100,0
Total	25.732	100,0	-

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Segundo Brito (2009), essa é uma realidade observada no padrão migratório da década de 1980. Para o autor, trata-se de “uma questão fundamental, pois era uma das poucas possibilidades de mobilidade social aberta pela sociedade brasileira e, mesmo assim, com uma probabilidade condicionada de êxito”. Se o direito à mobilidade espacial deve ser resguardado, o mesmo deve ser considerado para o direito à mobilidade social. Ou, em outras palavras, a liberdade de movimento deve estar articulada, na perspectiva da justiça, ao direito de melhoria nas condições de vida. Nas condições atuais da sociedade e da economia, sabe-se bem, que é uma possibilidade remota reviver essa articulação (BRITO, 2009, p.19).

**Gráfico 4 – População segundo o motivo da mudança para o Distrito Federal**

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Entre os moradores da Estrutural/SCIA, apenas 0,4% são originários do Entorno do DF; 47,6% são originários de outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. Mas o número correspondente a outras unidades da Federação é 52,4%. Segundo os moradores, algumas pessoas da família que já moravam no DF “buscavam” e/ou contavam aos parentes que ficaram sobre a facilidade de se conseguir trabalho e moradia na capital, como conta o morador:

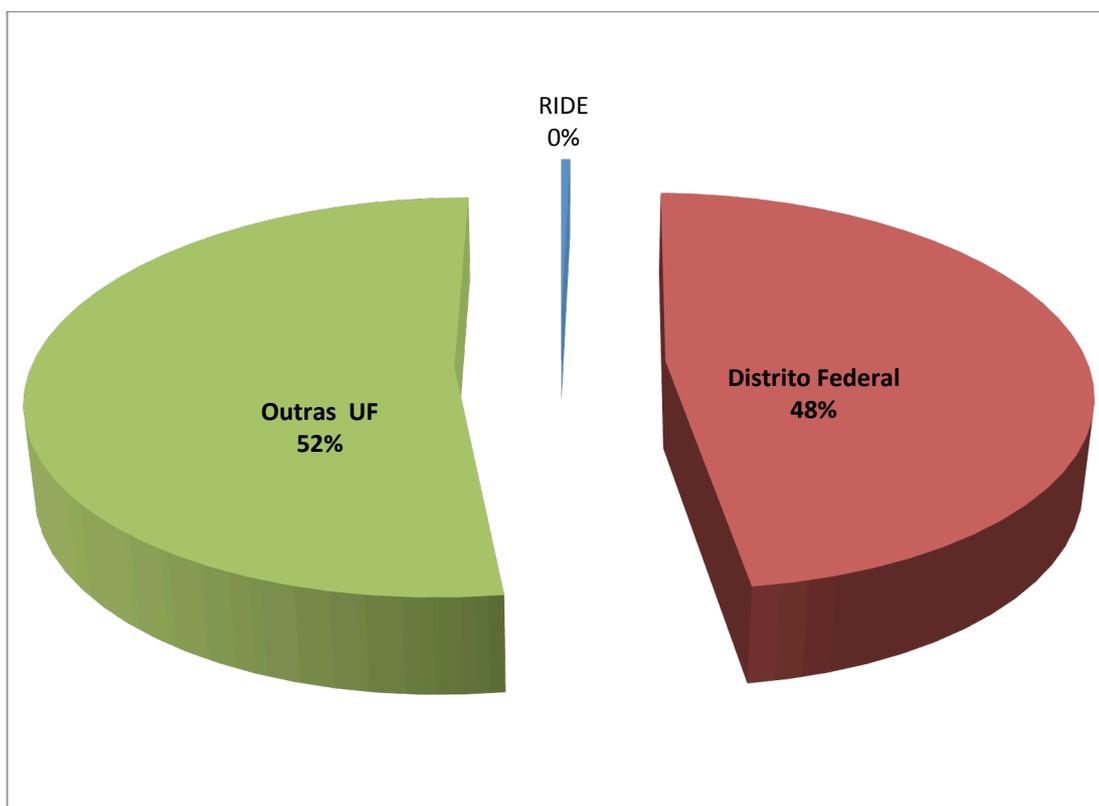
Meu tio vêi e trouxe meu pai, só depois vêi a renca toda. Meu tio morava no PSul [endereço de Ceilândia], mas trouxe meu pai direto para a Estrutural, porque na época aqui já era invasão. Meu pai vêi porque meu tio conhecia muita gente ni Brasília e ele achava que era mais fácil de arrumar emprego. Pai chegou num dia, no outro ele tava trabalhando como porteiro, e fichado. Depois, nós vêi todo mundo (sic). (Clemilson, morador da Estrutural).

**Tabela 5:** Moradores segundo unidade da Federação/ RIDE– SCIA/Estrutural.

<b>Moradores segundo Unidade da Federação/ RIDE Estrutural/ SCIA</b>			
<b>Unidade da Federação/ RIDE</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>	<b>% de imigrantes</b>
RIDE	102	0,4	0,8
Distrito Federal	12.239	47,6	-
Outras UF	13.493	52,4	-
<b>Total</b>	<b>25.732</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Os moradores são originários de muitas RAs, mas predominam os que vieram de Ceilândia, Samambaia e Taguatinga.

**Gráfico 5 –** Moradores segundo origem/ Unidade da Federação, RIDE

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Embora as cidades de origem tenham infraestrutura, todas elas começaram como a Estrutural, sem água, energia, rede de esgoto, mas quando passam a ser RA começam a receber melhorias por parte do Governo. Segundo os moradores, essas melhorias já fazem parte da realidade da Estrutural, como afirmam os moradores:

***O povo de fora, das ôtas cidades de Brasília pensava que na Estrutural só tinha malandro.*** Quando nós ía caçar trabalho e as vezes pra consultar, nós tinha que arrumar endereço de conhecido ou parentes de outras cidades (Gama, Ceilândia, Taguatinga), porque eles achava que na Estrutural só tinha ladrão e traficante. Nós já sabia disso, mas né culpa das pessoa pensar assim, porque quando o lugar tá no começo vem gente ruim também, só que o povo trabalhador e direito é muito mais.(sic).

A Estrutural tá quase toda asfaltada, tem BRB, vila olímpica, escolas, posto de saúde, lojas prá comprar financiado.

A tabela que segue apresenta a Região Administrativa das quais vieram os moradores da Estrutural/SCIA.

**Tabela 6:** População segundo a Região Administrativa de Procedência – SCIA/Estrutural.

<b>População segundo a Região Administrativa de Procedência – SCIA/Estrutural</b>			
<b>Região Administrativa</b>	<b>Nº.</b>	<b>%</b>	<b>% de imigrantes</b>
RA I - Brasília	448	1,7	3,6
RA II - Gama	320	1,2	2,6
RA III - Taguatinga	1.330	5,2	10,8
RA IV - Brazlândia	384	1,5	3,1
RA V - Sobradinho	217	0,8	1,8
RA VI - Planaltina	345	1,3	2,8
RA VII - Paranoá	217	0,8	1,8

<b>População segundo a Região Administrativa de Procedência – SCIA/Estrutural</b>			
RA VIII - Núcleo Bandeirante	128	0,5	1,0
RA IX - Ceilândia	4.016	15,6	32,7
RA X - Guará	601	2,3	4,9
RA XI - Cruzeiro	217	0,8	1,8
RA XII - Samambaia	2.034	7,9	16,6
RA XIII - Santa Maria	345	1,3	2,8
RA XIV - São Sebastião	141	0,5	1,1
RA XV - Recanto das Emas	576	2,2	4,7
RA XVI - Lago Sul	13	0,0	0,1
RA XVII - Riacho fundo	192	0,7	1,6
RA XVIII - Lago Norte	26	0,1	0,2
RA XIX - Candangolândia	38	0,1	0,3
RA XX - Águas Claras	102	0,4	0,8
RA XXI - Riacho Fundo II	51	0,2	0,4
RA XXIV - Park Way	128	0,5	1,0
RA XXV - SCIA -Estrutural	128	0,5	1,0
RA XXX - Vicente Pires	256	1,0	2,1
Não Sabe	26	0,1	0,2
Nunca mudou	13.454	52,3	-
Região Administrativa	12.278	47,7	100,0
Total	25.732	100,0	-

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD SCIA/Estrutural, 2011.

Embora não seja objetivo desse trabalho focar o aspecto quantitativo, é fundamental que os percursos e os circuitos que a Estrutural faz parte sejam reconstruídos. São esses circuitos que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa profundamente compreender – a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como

condensação de práticas e relações diversas (FRANCISCO; ALMEIDA, 2007, p.21).

Assim, a Estrutural participa de um outro jogo de referência, construído entre a dureza do desemprego que deu origem ao trabalho no lixão, do trabalho incerto (temporário), e a atração do mercado de consumo que envolve todos, mas sobretudo, os novos circuitos de sociabilidade traçados na interface das mudanças operadas no mundo do trabalho, no Distrito Federal, e seus espaços. Nesse sentido, apreender esta cidade, notadamente desfavorecida, é refletir acerca de um plano de consistência que a autoriza permanecer urbana.

Como sugere Francisco e Almeida (2007), é sob essa perspectiva que a questão da segregação urbana pode ser situada. Nas mobilidades urbanas, nos seus percursos e deslocamentos, tem-se a chave para apreender as dinâmicas urbanas que (re)definem as condições de acesso à cidade e seus espaços.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento de Brasília com a formação de áreas periféricas paralelamente, com a ampliação de problemas urbanos, é uma realidade incontestável. Os mecanismos de mercado, que acompanham a apropriação do espaço urbano, são os principais geradores dessa situação, criando áreas reservadas à especulação e induzindo o crescimento da cidade para além dos vazios (MOURA; ULTRAMARI, 1996), o que pode ser verificado com certa facilidade no Distrito Federal.

O descaso do Estado em solucionar os problemas urbanos, ora é direcionado à falta de recursos públicos, mas, na maioria das vezes, é atribuída, de forma equivocada à ignorância do povo e/ou ao atraso das comunidades, uma vez que é sabido que as favelas e periferias não vêm do acaso, mas estão subordinadas ao “processo de acumulação e reprodução do capital” (ULTRAMARI e MOURA, 1996, p.).

Nesse contexto, parece necessário conhecer os atores/forças que impulsionaram a urbanização, para então compreender as imposições, acomodações, ajustes e transformações em curso. Os atores, moradores que vivenciaram as práticas sociais cotidianas que deram origem à Estrutural, que foi “invasão”, que virou “vila” e se transformou na Região Administrativa XXV do Distrito Federal, como resultado do acontecer solidário, e só hoje é visto como

história. E os seus moradores conhecem toda a história, e talvez por isso, sentem-se parte dela. Como sugere Santos (2008a, p.164), embora tenha escrito em outro contexto:

[...] para agir, os homens não saem do mundo, mas, ao contrário, é dele que retiram as possibilidades, a serem realizadas nos lugares. Nestes eventos simples são amalgamados, formando situações. Por isso, mediante sua realização concreta, os eventos são localmente solidários. As diversas situações são resultantes do acontecer solidário. É assim que a integração entre o universal e o individual ganha um novo conteúdo histórico em nosso mundo atual.

No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam “espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes”, seus percursos passam por meio de diversas fronteiras e são esses traçados que informam sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão (TELLES, 2006, p. 51-52), mas pouco se diz sobre os sujeitos em seus percursos.

Como propõe Chambers (1994, p. 6):

Vir de algum lugar, de ‘lá’, e não ‘aqui’ e ser simultaneamente ‘de dentro’ e ‘de fora’ da situação dada, é viver na intersecção das histórias e memórias, vivenciando tanto sua preliminar dispersão quanto sua subsequente translação em uma nova, mais extensiva combinação ao longo das possibilidades emergentes [...]. Este drama, raramente escolhido livremente é o dilema do estranho. Expulso da tradição da terra natal, experimentando uma identidade em constante desafio, do estranho se requer perpetuamente que se sinta em casa, numa interminável discussão entre uma herança histórica dispersa e um presente heterogêneo.

## **4.2 Estrutural: velhos desafios, novas necessidades**

A Estrutural como lugar da experiência e da ação, como espaço vivido e sentido é entendida como um sistema de relações particular, “já que o lugar é mais que a soma de objetos ou uma localização” (RELPH, 1979). Assim, pode-se sugerir que a espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta, articulada e redefinida como plano de reprodução das relações sociais vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática socioespacial (SOUZA, 2012, p. 63).

Segundo Santos (1996, p.258), o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

E é como “o lugar do afeto” que a Estrutural é contada e citada nas falas de seus moradores, mesmo cômicos de todas ou de boa parte das demandas sociais e ambientais pela qual os moradores enfrentaram e enfrentam até os dias atuais.

A história da Estrutural é amalgamada à história de Brasília, pois, segundo os moradores daquela cidade, com a abertura do aterro, muitos viram no lixão a possibilidade de geração de renda. Assim, muitas pessoas se deslocavam entre as RAs mais afastadas do Plano Piloto e de algumas cidades do entorno imediato do Distrito Federal para trabalhar no aterro de Brasília e retornavam ao final do dia. Com o passar dos anos, devido ao tempo despendido para o deslocamento, e ao sonho da casa própria, alguns trabalhadores decidiram permanecer próximo ao aterro.

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas” (CASTELLS, 2000, p. 250). Não se trata de um processo exclusivo de Brasília/ Estrutural, mas caracteriza a cidade de um modo geral. Segundo Corrêa (1995) “ainda que sob a égide do capitalismo a segregação assume novas dimensões espaciais”.

Isto quer dizer que o Estado dá legitimidade à segregação socioespacial, na medida em que atua como agente na valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. Projetos de revitalização de RAs, a entrada de equipamentos do Estado em áreas de ocupação (aglomerados urbanos em área pública, por exemplo), aumento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), benfeitorias em geral fazem com que uma parcela da população migre compulsoriamente para áreas mais longínquas, ou de riscos ambientais, áreas usualmente inadequadas (BRAVIN, 2009). Nesse sentido, As medidas viabilizadas pelo Estado acabam por influenciar na migração da população de menor poder aquisitivo, dando espaço àqueles que detêm condição pecuniária de habitar determinado espaço.



Figura 11: Águas Claras (acima) e casas populares (abaixo).  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

Os primeiros moradores afirmam que o deslocamento entre o local de moradia e o lixão (local de trabalho) era mais cansativo que trabalhar como catador. Fato considerável, isso porque, atualmente, mais de 50 anos após a inauguração da capital federal, o sistema de transporte público do Distrito Federal é deficitário, formado pelo sistema de metrô (que atende a um número pequeno de RAs) e por uma frota de ônibus velhos que apresentam problemas constantes, deixando centenas de trabalhadores impossibilitados de exercer o direito de ir e vir com dignidade. A realidade nos anos iniciais da nova capital era ainda pior, afirmam alguns moradores. Segundo Villaça, (1986), p.41:

Nesse sentido, o 'perto' e o 'longe' não podem ser reduzidos a simples distâncias físicas. São produzidos através dos sistemas de transportes, através da diferente disponibilidade de veículo por entre as diferentes classes sociais, (automóvel x transporte público) através da distribuição espacial das classes sociais, dos locais de emprego, das zonas comerciais e de serviços.

Dadas as diferenças de condições de transportes das distintas classes sociais em nossas cidades, cada ponto do seu território oferece diferenciadas possibilidades de deslocamentos para os demais pontos da cidade. A ampla possibilidade de deslocamentos é vital para o homem urbano, sendo inclusive um índice revelador de riqueza e desenvolvimento. Segundo Villaça (1986), os sistemas de transportes são vitais na modelagem das cidades, a ponto de elas serem classificadas e periodizadas em função desses sistemas.

Fala-se na desativação do aterro da Estrutural. O SLU já abriu licitação para a abertura do novo aterro de Brasília, o aterro oeste, que funcionará na Região Administrativa Samambaia. Todavia, o caso é mais complexo, uma vez que atuam na coleta de recicláveis do lixão, mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) catadores cadastrados pelas associações de catadores e pelo SLU.

Diante dessa nova realidade, Samambaia se recusa a aceitar a instalação do aterro, enquanto na Estrutural, muitos moradores lamentam a possibilidade de perdê-lo. Conforme afirmam alguns moradores:

Tão dizendo que vão tirar o lixão daqui em 2014, mas se tirar o trem num vai ser bom não. Porque **o povo da Estrutural quer que o lixão fica e o povo de samambaia não quer o lixão**. Se deixar aqui, tá tudo certo. Num desagrada ninguém (sic).

Mas tem ôta coisa, **se o lixão “for” pra Samambaia, vai valorizar os lotes daqui**. Asa Norte tá cheia, Asa Sul tá cheia, octogonal, cruzeiro e Sudoeste, mesmo se num tiver cheio, num é todo mundo que pode comprá lá, porque é muito caro. **O governo só dexô nós aqui porque as empreiteiras num tem interesse ne área perto do lixo. Porque se num fosse o lixão esse lugar, perto do plano, num ía sobrá pra pobre** (sic).

Se tirar o lixão é ruim, porque o governo sabe que fechando o lixão ele num tira emprego de só de dois pai de família. Hoje trabalha no lixão, mais de 2500 famílias, essas só as cadastrada, mas deve ter bem mais, porque **tem gente que tem emprego fichado e vai catar pra miorá o dinheiro das despesas. Essas famílias tudo véve daqui de dentro do aterro**. Será que vai tirar o lixão mesmo? Tem 20 ano que eu escuto isso e nunca tira (sic).

Mesmo os moradores que não vivem de renda proveniente do trabalho no aterro afirmam que a cidade pode sofrer sérios problemas com o fechamento dele. Segundo estes, o comércio local, além dos catadores, serão os primeiros a

impactarem com a mudança do aterro, pois os moradores consomem na própria Estrutural.

A “invasão” que se iniciou com 30 barracos, é hoje, uma cidade que passa por um processo de especulação imobiliária. Segundo os moradores, só falar na retirada do lixão já foi motivo de alta no preço dos imóveis.

Ressalte-se ainda que, mesmo passando por um processo de valorização de imóveis, boa parte dos moradores dessa RA ainda ocupam imóveis com baixo padrão de habitabilidade, ruas com pouca ou nenhuma infraestrutura, principalmente aquelas mais afastadas da área central.



Figura 12: Lixo espalhado pela rua alagada.

Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2013), Estrutural – DF.



Figura 13: Rua alagada, com muitos barracos de madeirite.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2013), Estrutural – DF.



Figura 14: Estrutural, área próxima ao aterro sanitário.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2013), Estrutural – DF.



Figura 15: Rua asfaltada, utilizada pelas crianças como espaço de lazer.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

Apreender o espaço urbano da Estrutural como fragmentado e articulado é também compreendê-lo como reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 1995). É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

#### **4.3 Estrutural e as formas de sociabilidade: o lixo como pano de fundo**

Para refletir acerca das formas de sociabilidade na Estrutural este estudo partirá das transformações e/ou ressignificação espaço-tempo. Nesse sentido, é importante redefinir o escopo e a qualidade das relações entre pessoas nesta/desta cidade. Para tanto, são elencados dois espaços para a reflexão: a feira livre e o lixão dessa comunidade. Articular três dimensões das transformações na modernidade, como ressignificação tempo/espaço, o desencaixe e a reflexibilidade (GUIDENS, 1991).

O deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. A ideia é

analisar as práticas sociais além da aparente simplicidade. Trata-se de perceber as representações das pessoas envolvidas, refletindo a partir da importância atribuída pelos moradores envolvidos.

A feira da Estrutural se realiza aos domingos no período da manhã, lá os moradores encontram comidas típicas, verduras, peixes, temperos, além de brechós. A feira localiza-se na área central da RA, local de fácil acesso e visibilidade dos moradores que circulam pela cidade.

A feira em questão não é uma simples prática comercial, mas um espaço para encontro, convivência e também acesso a produtos da região de origem, como lembra uma moradora: “aqui tem galinha caipira, farinha, rapadura e açafão, igual na Bahia”. Todavia, o “fazer feira” ou “ir à feira” envolve outras questões que ultrapassam as questões do consumo, como sugere (GONÇALVES; ABDALA, 2012, p.1):

O ato de ‘fazer a feira’, mais do que simples utilitarismo, agrega valores e significados. A prática desse comércio de rua constitui-se como um arranjo social, no qual são estabelecidas trocas simbólicas e uma forte sociabilidade, uma afirmação e reafirmação dos laços sociais. Concepções de mundo, formas de viver e se relacionar, todo um sentimento comum está presente no apertado corredor da feira, onde encontros e desencontros acontecem.

Segundo Vedana (2004), as feiras constituem importantes espaços comerciais e sociais. Nesses espaços existem redes de sociabilidades que são vivenciadas pelos atores sociais no âmbito desses territórios construídos e reconstruídos.



Figura 16: Barraca de produtos nordestinos.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.



Figura 17: Barraca de bijuterias.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

O aspecto informal da feira da Estrutural viabiliza a pessoalidade entre os sujeitos que a frequentam mais pela interação e fixação das relações sociais que pela aquisição deste ou daquele produto. O que ocorre com frequência, é a conversa “sem pressa”, entre o cafezinho e o pastel, e entre uma compra e outra. Tanto na figura 16 como na 17, pode-se observar o bate-papo entre os clientes e clientes-vendedor.

Outro fator considerável são os padrões de comportamentos e regularidades a partir da feira, na forma que os moradores utilizam o espaço da feira e também, quanto aos códigos exercitados, como amizades, vínculos de vizinhança e solidariedade. Caso muito curioso, em se tratando de uma RA considerada “problema” devido aos altos índices de criminalidade.

Segundo Gonçalves e Abdala, 2012, a pessoalidade no trato entre feirantes e fregueses se revela como um significativo elemento de sociabilidade. Nesse sentido, é importante analisar seu significado, desvendando o sentido e o valor que lhes são atribuídos. Os autores complementam:

Trata-se de reconhecer que, num cotidiano comumente percebido como banal e insignificante e, por mais utilitaristas que possam parecer, as feiras-livres agregam sentimentos, significados e hábitos engendrados no ‘bate-papo e na conversa-fiada’ entre aqueles que a frequentam. Um sentir comum, quase festivo, é compartilhado (GONÇALVES; ABDALA, 2012, p.22)



Figura 18: Comercialização de galinha caipira viva.  
Fonte: LESSA, Temizia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.



Figura 19: Banca de verdura, produzida nas chácaras da Estrutural.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

Outra forma de sociabilidade se dá por meio do trabalho, no caso dos catadores, no aterro ou lixão da Estrutural. Os catadores se organizam em volta do “cuca” (Caminhão com lixo) à espera do despejo. Com a saída do caminhão, inicia-se o processo de catação, onde os trabalhadores selecionam o material a ser coletado. Entre um *bag* (saco utilizado para a coleta e comercialização do material selecionado) e outro, os catadores conversam, sorriem. Embora sejam mais de dois mil e quinhentos catadores, a grande maioria se conhece.

Nesse contexto, onde “o lixo é o pano de fundo”, as trajetórias urbanas dialogam e os percursos ocupacionais se traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos (FRANCISCO; ALMEIDA, 2007).

Entre os catadores, o nível de escolaridade é baixo, e, por isso, muitos se encontram num círculo vicioso, uma vez que a elevação do grau de instrução depende da situação financeira. E, como lembram alguns: “no fim do dia nós só qué durmí”. Assim, as tramas sociais se articulam no mundo da rua entre histórias individuais e destinações coletivas por meio de associação de catadores, que embora eles não digam, apresenta uma terminologia de economia solidária.



Figura 20: Barracos de madeirite construídos dentro do aterro, sobre o lixo.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2013), Estrutural – DF.



Figura 21: Interação entre catador e agente do SLU.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.



Figura 22: Cozinha improvisada no lixão, utilizada por três famílias.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2013), Estrutural – DF.



Figura 23: A marcha da sobrevivência, a primeira coleta após o despejo.  
Fonte: LESSA, Temízia Cristina Lopes (2012), Estrutural – DF.

As relações sociais que se estabelecem no espaço da “casa” e da “rua” são de tipos diametralmente opostos e complementares. Essas esferas de significação social – casa e rua – mais do que separar contextos e configurar atitudes, conferem visões de mundo e éticas particulares. Nesse sentido, têm-se um código próprio da casa e da família (marcado pela noção de pessoa, avesso à mudança, à história, à economia e ao individualismo) e um código próprio da rua (marcado pela noção de indivíduo, aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) (DAMATTA, 1997).

Como afirmou uma moradora: “Aqui nós tá em casa”, o que remete aos traços que uma sociabilidade de comunidade. Ser de casa, é ser da família, é, sobretudo, uma forma de expressar o seu pertencimento ao grupo, seja de catadores, seja de moradores, sua pertença a algum grupo da Estrutural.

Esse tipo de expressão tem, na maioria das vezes, um fundo emotivo. A feira remete às origens, o aterro é o meio de provimento de muitas famílias, a cidade é muito boa. Para muitos desses sujeitos, é difícil imaginar uma cidade sem uma feira, assim como sem praças, igrejas e, no caso da Estrutural, é quase impossível imaginá-la sem o lixão.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

*“Só pesquisamos a verdade que nos afeta – mais ainda ao lembrar que afetar vem de afeto”.* (JESUS MARTIN-BARBERO, 1997)

*“Compreendemos quando fazemos parte do que é compreendido”.*  
(MARTIN HEIDEGGER, 2012)



## À GUIA DE CONCLUSÃO

Pensar a origem da Estrutural/ SCIA no contexto do Distrito Federal é refletir acerca de um período que tem como principal característica a mudança contínua, movimento permanente de rápidas substituições e interações entre o velho e o novo, da “imprevisibilidade das transformações” entre os anúncios das mudanças e os processos efetivamente vivenciados.

A Estrutural é testemunha de todas as mudanças, pelas quais passou o Distrito Federal. E, nesse contexto, em que sua população passou a ser composta paulatinamente por meio da “a-territorialidade insegura”, pela mobilidade compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de flexibilidade, em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana.

Assim, na relação entre território e sujeitos e/ou território e população é possível apreender a própria dinâmica do cotidiano vivido pelos moradores da Estrutural, uma vez que o processo migratório pode ser considerado elemento estruturante do próprio ser – estar moderno, o que potencializa a incerteza e induz a desterritorialização. Todavia, é fundamental destacar que a política territorial deve ser pensada como um conjunto complexo de programas e ações dirigidos para a eliminação de obstáculos à total socialização dos espaços nacional, regional e local pela reprodução expandida do capital.

Nesse sentido, a Estrutural foi um dos loteamentos irregulares que alcançaram grandes proporções. Com isso, tornou-se extremamente problemático desalojar seus moradores e encaminhá-los a áreas legais e urbanizadas. Este é o lado que reproduz esquemas característicos da chamada urbanização periférica, como má qualidade dos serviços coletivos na periferia, dificuldade de acesso às vantagens da urbanização, além de problemas sociopsicológicos decorrentes das dificuldades de adaptação dos migrantes a um novo espaço, diferente daquele de origem.

Nesse contexto, pode-se considerar como as principais dificuldades da migração, a baixa qualificação dos migrantes e sua insuficiência de recursos. Mas

no caso da Estrutural, o aterro sanitário, ao longo de sua história foi um “grande” empregador, responsável pela geração de renda para aproximadamente dois mil e quinhentos trabalhadores.

A organização espacial do Distrito Federal sofreu intensas alterações, resultado da criação de novos núcleos urbanos, da proliferação de loteamentos irregulares, bem como da disseminação de ocupações. Assim, aos poucos, a cidade polinucleada deu lugar à conurbação, que foi reforçada pela ocupação horizontal do solo urbano, o que resultou no intenso crescimento populacional, reflexo da imigração acentuada vivenciada pelo Distrito Federal entre as décadas de 1960 e 1970.

A falta de programas habitacionais que contemplassem o crescimento vegetativo e migratório do Distrito Federal levou ao uso urbano das terras rurais, ao aumento das invasões de áreas públicas, de preservação e conservação ambientais e à comercialização cada vez mais rápida das terras em poder de particulares.

O processo de regionalização, advindo do intenso processo de urbanização e de redistribuição espacial da população e das atividades econômicas, fez emergir novas modalidades de deslocamentos populacionais, particularmente entre cidades vizinhas, configurando os movimentos pendulares. A RA Cidade Estrutural, por sua vez, teve origem a partir de movimentos migratórios marcados pela condição de pobreza de moradores oriundos do Entorno do Distrito Federal e de Regiões Administrativas mais afastadas do Plano Piloto.

Assim, a Estrutural/ SCIA pode ser pensada sob o signo da mobilidade urbana e das trajetórias sociais. Os fluxos migratórios, os deslocamentos habitacionais e os percursos ocupacionais traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas na Capital da República.

Diante disso, o espaço transformado em território ofereceu aos sujeitos migrantes uma base e uma estabilidade que eles não teriam sem o “lugar” de morar. Isso fez nascer entre eles, um sentimento de segurança, identificação e principalmente, de afeto, um dos componentes essenciais das identidades.

Nesse sentido, é na interação entre o território e os moradores da Cidade Estrutural que se enche de sentido o conceito de lugar trazido até aqui. Uma vez que é na dinâmica construtiva que os aspectos materiais e imateriais se colocam de maneira indissociável no território vivido e sentido, que formam uma realidade complexa. E assim, através das interações sociedade – território, a Estrutural, ganha *status* de “lugar do afeto”, sem deixar de ser reflexo e condição para reprodução das relações sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas escalas de análises.

Os valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos investidos no espaço, e não somente aos valores materiais, é uma das maneiras de entender o território cultural da Estrutural como precedente ao político, que por sua vez é anterior ao econômico. E isso, configura os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou um povo sobre o espaço a partir da experiência.

Diante disso, os movimentos migratórios são, portanto, soluções que continuarão se transformando em problemas. Enquanto não forem oferecidas condições para o homem viver dignamente no seu lugar de origem, o migrante sempre expressará a saudade da terra de origem, a esperança de um futuro melhor, quer no retorno quer no acesso a moradia.

Os moradores, predominantemente migrantes socializam as experiências antagônicas da migração, “ausente onde está presente e presente onde está ausente”. Assim, a mobilidade estruturou o espaço de vida na/da Estrutural, construindo a morfologia local, na dinâmica do Distrito Federal a partir dos diversos itinerários.

Mas, ao término dessa pesquisa surgem novos questionamentos: Como os moradores que vivem do aterro farão para sustentar suas famílias? Quais as influências do fechamento do aterro da Estrutural no comércio local? O fechamento do lixão influenciará no preço dos imóveis? E, com o esgotamento do aterro, as famílias permanecerão ou migrarão mais uma vez? Como sugere Drummond no poema “*A ilusão do migrante*”: [...] “*porque tudo é consequência de um certo nascer ali*”.

## REFERÊNCIAS

***“O que procurei com tudo isto foi captar significações”  
(ROLAND BARTHES, 1980, p.8)***



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, v. XIV, Porto, 1998, p 77-97.

ANJOS, Rafael S. A. dos. Brasília – 50 anos de Dinâmica Territorial. *Revista Eletrônica: Tempo, Técnica e Território*, v.3, n.1 2012. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/view/84/58>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

ÂNTICO, Claudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide *et al.* *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas: Instituto de Economia Unicamp/Fapesp, 1997.

BACHELARD, Gaston. A intuição do instante. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 2ª edição. Campinas, SP: Verus Editora, 2010.

BAENINGER, Rosana. *Região, metrópole e interior*. Espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.

BAILLY, A. Les représentations em géographie. In: Baillo et al. (dir). *Encyclopédie de géographie*. Paris: Economica, 1995.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 4 edição. São Paulo: Difel, 1980.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro – RJ, Nova Fronteira, 1984.

BONNEMAISON, Joel; CAMBRÉZY, Luc. *Le lien territorial: entre frontières e identités*. Géographies et cultures, Paris: L'Harmattan CNRS, 20, 1996.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis n.ºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, de 20 jul.1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7803.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7803.htm)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.315 de 27 de janeiro de 2004. Cria a Região Administrativa e as Sub-Administrações Regionais que especifica, e da outras providências. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, DF, de 29 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id\\_norma=51257](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=51257)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

BRAVIN, Nilvam J. R. O espaço urbano: da construção e valorização à problemática habitacional. *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*, v.1, n.2, p.105-117, jul. 2009. <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-194

CAMPOS, Neio; KRAHL, Mara F. L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, Marília (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

CARDOSO, Jorge de Jesus. Patrimônio Ambiental Urbano e Requalificação: Contradições no Planejamento do Núcleo histórico de Santos. São Paulo: DG/USP – Tese doutorado – FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. 8ª. ed. São Paulo: Contexto, 2007. 98p.

\_\_\_\_\_. A ilusão da transparência do espaço e a fé cega no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica. In: *Cidades*, v. 6, n. 10, 2009.

CARNEIRO, Sandra de S.; SANT'ANNA, Maria J. G. *Cidades, olhares, trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. O debate sobre a teoria do espaço. In: \_\_\_\_\_. *A Questão urbana*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983. p. 181-199.

CASTRO, Iná E. de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

CHAMBERS, Iain. *Migrancy, culture, identity*. New York & London: Routledge, 1994.

CHAUVET, Gustavo. O caminho do Ananguera. A inédita história do Brasil Central. – Brasília: Instituto Terra Mater Brasilis, 2009.

CINTRA, Anael *et al.* *Movimento pendular da população na região sul*. Relatório de Atividades 4. 2009. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopolos.ufrj.br/pendular\\_sul.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopolos.ufrj.br/pendular_sul.pdf)>. Acesso em:

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia In: KOZEL, Salette; MENDONÇA, Francisco (Orgs.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-43

COELHO, Maria Cláudia. Uma certa antropologia urbana: a experiência subjetiva em ambientes fragmentados. In: CARNEIRO, Sandra de Sá. SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. São Paulo: Ática, Série Princípios, 3 ed. 2002.

COSTA, Eduarda M. da. Cidades médias: contributos para sua definição. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, XXXVII, n. 74, p. 101-128, 2002.

COSTA, Wanderley M. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a Geografia)

CRULS, Luís. *Planalto Central do Brasil*. Introdução de Gastão Cruls. Coleção Documentos Brasileiros, 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957. 333p.

DAMIANI, Amélia Luísa. A cidade (des)ordenada e o cotidiano. In: SILVA, José B. da; COSTA, Maria C. L.; e DANTAS, Eutógio W. C. (Org.). *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 221-234.

DARTIGUES, André. *O que é a fenomenologia?* São Paulo: Centauro, 2005.

DEBARBIEUX, Bernard. As problemáticas da imagem e da representação em Geografia. In: BAILLY, Antoine (Org.). *Les concepts de la Géographie humaine*. 4ª ed.. Paris: Armand Colin, 1998. Tradução de Ricardo José Batista Nogueira.

DOLLFUS, Olivier. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos, *Para ler e pensar*. Disponível em: <<http://www.paralerepensar.com.br/drummond.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

FARRET, Ricardo L. Aspectos Regionais de Brasília. In: Anais do I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília. Senado Federal. Brasília. 1974.

FARRET, Ricardo L. O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*, São Paulo: Projeto CNPq, 1985. p. 25-36.

FERREIRA, Aurélio B.; de H. Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. totalmente rev. e ampliada, Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Ignez C. B. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: PAVIANI, Aldo *et al.* (Org.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 23-54.

FORTES, Leandro. Favela mantida pelo voto. *Revista Época*, 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI154522-15518,00.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

FRANCISCO, Elaine M. V.; ALMEIDA, Carla Cristina L. de. *Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERMANI, G. (1974). Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo, Mestre Jou, 261 p.

GOMES, Paulo C. C. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GONÇALVES, Alexandre O. ABDALA, Mônica C. *Na banca do “seu” Pedro é tudo mais gostoso: personalidade e sociabilidade na feira livre*. 2013. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

GRAFMEYER, Yves. *Sociologie urbaine*. Paris: Éditions Nathan, 1995.

GUATARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: *Espaço & Debates*, ano V, n. 16, São Paulo, 1985.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. (trad. Raul Fiker) São Paulo: Ed. UNESP, 1991. 177p.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 43-71.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 2005.

HEIDEGGER, Martin. Os problemas fundamentais da fenomenologia. Tradução de Marco Antônio Casanova – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HOLANDA, Frederico de. *Brasília, cidade moderna, cidade eterna*. Brasília: FAU UnB, 2010.

HUSSERL, Edmund. *A ideia da fenomenologia*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1990.

\_\_\_\_\_. *Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana*. 2008. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008b.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LACAZE, Jean-Paul. *A cidade e o urbanismo*. Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, Florianópolis: Paralelo 27, 1995.

MARANDOLA \_\_\_\_\_; GALLO, Priscila M.; D. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populares*, v. 27 n. 2 São Paulo July/Dec. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. In: *Antropolítica*, n. 24. 2008a

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. *Migrantes*. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José de S. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade*. Bertrand do Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

MATTA, Roberto da. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos*. In: BAENINGER, Rosana. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. BRAGA, Antonio Mendes da Costa (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia de espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORELLI, Ana L. F. *Correio Braziliense: 40 anos - Do pioneirismo à consolidação - Universidade de Brasília*, 2002.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. (Org.). *Metrópole grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Ipardes, 1994.

NUNES, Brasilmar F. *Brasília, a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do espaço social de Brasília: o descontrole planejado*. 2010. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Sociologia/artigos/espaco\\_social.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Sociologia/artigos/espaco_social.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

PATARRA, Neide L. et al. (Org.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas, SP: Unicamp/Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Tendências demográficas recentes e perspectivas para a próxima década*. São Paulo: Fundap, 1991.

\_\_\_\_\_.; PACHECO, Carlos A. *Movimentos migratórios anos 80. Novos padrões? 1997*. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p445a462.pdf>>. Acesso em:

PAULA, Andréa Maria N. R. de. *Travessias – movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia/ UFU, 2009.

PAVIANI, Aldo. *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2. ed. 2010a.

\_\_\_\_\_. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre a urbanização*. Brasília: Editora UnB, 2. ed. 2010b.

\_\_\_\_\_. *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora UnB, 2010c.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. MACHADO, Maria Salete. JACCOUD, Luciana de Barros. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, Aldo. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996.

\_\_\_\_\_. et al. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010d.

\_\_\_\_\_.; GOUVÊA, Luiz Alberto de C. *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003.

PELUSO, Marília Luiza. OLIVEIRA, Washington C. de. *Distrito Federal: paisagem, população e poder*. São Paulo: Harbra, 2006.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da geografia. In: *Revista de Geografia*, v.4, n. 7, Rio Claro. 1979.

RIBEIRO, Gustavo L. *A capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

RIDENTE, Marcelo. *Classes sociais e representações*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, Arlete M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, Elson M. (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008. p. 111-126.

SANTOS, Mauro Augusto dos. *et al. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Pobreza urbana*. São Paulo: Editora Hucitec. 2. ed. 1977.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, p. 81-99, 1977.

\_\_\_\_\_. *Território e sociedade*. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SARMENTO, Walney M. *Nordeste – a urbanização do subdesenvolvimento*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 184p.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v.13, N. Esp., p.7-32, jan. 2000.

SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Tradução de Raquel Weiss. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Metropolização: A reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. In: *Cidades: Revista científica*, volume 6, nº 10, 2009.

SERPA, Ângela. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto: 2011.

SETTON, Maria da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20. maio/jun./jul./ago. de 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. In: *Espaço e Tempo*, n. 19, p. 81-91, São Paulo: Geosp, 2006.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (Org.) *Migração interna*, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 211-244, 722p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Marcelo José L de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana F. A et. al. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. Da diferenciação de áreas à diferenciação socioespacial: a visão (apenas) de sobrevoos como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades, Revista Científica*, v. 4, n. 6, Presidente Prudente, 2007, p. 1-114.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPÓSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Unesp, 2004.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo, BRAGA, Antonio Mendes da Costa, BAENINGER, Rosana (org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

TELLES, Vera da S. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera da S.; CABANES, Robert (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*, São Paulo: Humanitas, 2006. Disponível em: <[http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/2006-Nas-tramas-da-cidade\\_Telles-Cabanes.pdf](http://www.veratelles.net/home/wp-content/uploads/2013/04/2006-Nas-tramas-da-cidade_Telles-Cabanes.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

TITTONI, Jaqueline. MAURENTE, Vanessa. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa: A fotocomposição e outros caminhos possíveis. *Psicologia & Sociedade*, vol. 19, no.3, set-out, p.33-38, 2007.

TOURRAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo das percepções, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Horiz. antropol.* [online]. 2013, vol.19, n.39, pp. 41-68. ISSN 0104-7183.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global Editora, 1986.

VOLOCHKO, Danilo. Sociedade urbana e urbanização da sociedade: elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. In: *Cidades, Revista Científica*, Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.1, Presidente Prudente, 2004.

WEBER, Max. Ação social e relação social. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de S. *Sociologia e sociedade*. 2. ed. São Paulo: LTC, 1999.

## ANEXOS

***“Uma experiência de desocultação da verdade (...) o corpo molhado de história de marcas culturais, de lembranças, de sentimentos, de dúvidas, de sonhos rasgados mas não desfeitos. (...) Novos fatos, novos saberes constituindo-se então em novas tramas ”. (FREIRE, 1992, p.6/7).***



## ANEXOS

### **PESQUISA: “O MIGRANTE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NO DISTRITO FEDERAL: O caso da Estrutural, o espaço construído no contexto do lixo”**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA** *(Opinião do migrante)*

##### *Dados referentes à migração e ao trabalho*

- 1) Qual estado/cidade de origem?
- 2) Porque escolheu o Distrito Federal para morar?
- 3) Porque escolheu o Distrito Federal para procurar trabalho?
- 4) Se houvessem melhores condições voltaria a morar em seu lugar de origem? Por quê?
- 5) Quais são/foram as grandes dificuldades encontradas no Distrito Federal?
- 6) Como se deu a chegada ao Distrito Federal? (morava com parentes?)
- 7) A sua vida e da sua família melhorou no Distrito Federal? Por quê?
- 8) Tempo de permanência na Estrutural.
- 9) Local de residência anterior à Estrutural.
- 10) Trabalho anterior à vinda ao DF (Estrutural)?
- 11) Quando chegou à Estrutural qual foi seu primeiro trabalho?
- 12) Quantas vezes mudou de município na vida?
- 13) Motivo da mudança para a Estrutural.
- 14) Na busca de trabalho encontrou algum problema por morar na Estrutural?
- 15) Gosta de morar na Estrutural? Por quê?
- 16) Como você vê/percebe a cidade Estrutural? (quando chegou e atualmente).
- 17) Como as pessoas de outras cidades veem a Estrutural?
- 18) Fala-se sobre a retirada do lixão da cidade. Tem alguma informação sobre isso?
- 19) Conhece alguém que trabalha no lixão?
- 20) Conhece algum morador da Estrutural que mora aqui desde o início? Quem?
- 21) Qual(is) o(s) maior(es) problema(s) da Estrutural?
- 22) O lixão o(a) incomoda de alguma forma?
- 23) Concorde com a retirada do lixão?
- 24) Qual mensagem daria para quem pretende sair da sua região de origem e vir para o Distrito Federal em busca de trabalho e/ou melhores condições de vida?